



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA NASCIMENTO

ELIMINANDO BARREIRAS:

as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade
Federal de Pernambuco – UFPE

Recife

2020

DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA NASCIMENTO

ELIMINANDO BARREIRAS:

as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade
Federal de Pernambuco – UFPE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Prof^{ta}. Dr^a. Gabriela da Silva Tarouco.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

N244e Nascimento, Douglas Henrique da Silva.
Eliminando barreiras : as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE / Douglas Henrique da Silva Nascimento. – 2020.
138 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gabriela da Silva Tarouco.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.

1. Política pública. 2. Acessibilidade. 3. Educação. 4. Ensino superior. 5. Universidade Federal de Pernambuco. I. Tarouco, Gabriela da Silva (Orientadora). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-091)

DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA NASCIMENTO

ELIMINANDO BARREIRAS:
as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade
Federal de Pernambuco – UFPE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: 28/05/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Gabriela da Silva Tarouco (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a. Tícia Cassiany Ferro Cavalcante (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

À minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, que sempre colocaram minha educação em primeiro lugar e que me ensinaram os grandes valores da vida: educação e respeito ao próximo. Tudo o que sou e que alcancei na vida é graças ao esforço deles.

À minha mulher, pela paciência, compreensão e por sempre acreditar na minha capacidade.

À minha irmã e minha tia, que sempre estiveram ao meu lado e me apoiaram muito nessa etapa.

Aos meus colegas da turma 03, pela troca de conhecimentos e pela convivência maravilhosa.

À minha orientadora, Gabriela Tarouco, pelo acolhimento, paciência e pelo tempo dedicado à minha orientação durante a construção deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, por todo apoio e estímulo antes e durante o processo de seleção do mestrado como também no decorrer do curso.

Por fim, agradeço a todos que dedicaram um pouco do seu tempo para participar dessa pesquisa: profissionais, discentes com deficiência e gestores, em especial à equipe do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco.

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda
não foram terminadas – mas que elas vão
sempre mudando.”
(ROSA, 2006, p.23-24)

RESUMO

Este estudo trata de política pública educacional, tendo como objeto de estudo o Programa Incluir: acessibilidade na educação superior, cujo objetivo é implementar recursos, serviços, apoios técnicos que minimizam as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação e informação nas Instituições Federais de Ensino Superior. A pesquisa foi orientada pela seguinte pergunta: Quais as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)? Tem como objetivo geral analisar os desafios da acessibilidade e da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco, e como objetivos específicos: a) analisar a acessibilidade a partir das percepções dos alunos com deficiência, de docentes e da gestão do Núcleo de Acessibilidade da UFPE; b) identificar as barreiras de infraestrutura, de comunicação e informação, e dos projetos de pesquisa e extensão existentes e; c) contribuir, a partir dos resultados da pesquisa, com sugestões de medidas que atenuem as barreiras identificadas. Metodologicamente, o desenho da pesquisa adotado para o alcance do objetivo proposto consistiu de métodos quantitativos e qualitativos, combinando estatística descritiva e análise textual discursiva. A coleta de dados ocorreu através de entrevista semiestruturada aplicada aos sujeitos participantes do quadro amostral: discentes com deficiência, docentes e a gestão do Núcleo de Acessibilidade da UFPE. A dissertação conclui que, para as pessoas participantes da pesquisa, embora a implementação do Programa Incluir contribuisse na efetivação de apoios técnicos necessários para dar suporte aos alunos com deficiência, bem como de recursos financeiros que contribuíssem para a instalação do laboratório de acessibilidade, no qual foram disponibilizadas tecnologias assistivas e materiais pedagógicos acessíveis, foi constatada uma desigualdade na disponibilidade de recursos didáticos pedagógicos acessíveis, problemas na área de infraestrutura, problemas na área de comunicação e informação e a falta de apoio aos estudantes com deficiência quanto a participação em projetos de pesquisa e extensão. Portanto, os principais resultados da pesquisa, tendo como base as percepções dos sujeitos entrevistados, indicam que o Programa Incluir contribuiu de forma parcial com o percurso de participação acadêmica dos discentes com deficiência na UFPE. Por fim, foi disponibilizada neste trabalho uma Proposta de Intervenção com o objetivo de amenizar as dificuldades relatadas, sendo fruto da pesquisa realizada no âmbito do presente trabalho.

Palavras-chave: Acessibilidade. Política pública. Percepção. Implementação. Programa Incluir.

ABSTRACT

This study deals with educational public policy, having as object of study the Programa Incluir: acessibilidade na educação superior, whose objective is to implement resources, services, technical support that minimize the architectural, pedagogical and communication and information barriers in the Federal Higher Education Institutions. The research was guided by the following question: What are the perceptions of the implementation of the Programa Incluir at the Recife Campus of the Federal University of Pernambuco (UFPE)? Its general objective is to analyze the challenges of accessibility and the implementation of the Programa Incluir at the Recife Campus of the Universidade Federal de Pernambuco, and as specific objectives: a) to analyze accessibility from the perceptions of students with disabilities, teachers and management UFPE Accessibility Center; b) identify barriers to infrastructure, communication and information, and existing research and extension projects; c) contribute, based on the research results, with suggestions for measures that mitigate the identified barriers. Methodologically, the research design adopted to achieve the proposed objective consisted of quantitative and qualitative methods, combining descriptive statistics and discursive textual analysis. Data collection took place through semi-structured interviews applied to subjects participating in the sample frame: students with disabilities, teachers and the manager of the Accessibility Center at UFPE. The dissertation concludes that, for the people participating in the research, although the implementation of the Programa Incluir contributed to providing the necessary technical support to support students with disabilities, as well as financial resources that contributed to the installation of the accessibility laboratory, in which assistive technologies and accessible teaching materials were made available, there was an inequality in the availability of accessible teaching resources, problems in the area of infrastructure, problems in the area of communication and information and the lack of support for students with disabilities regarding participation in research projects and extension. Therefore, the main results of the research, based on the perceptions of the interviewed subjects, indicate that the Programa Incluir contributes partially with the course of academic participation of students with disabilities at UFPE. Finally, an Intervention Proposal was made available in this work in order to alleviate the reported difficulties, as a result of the research carried out within the scope of the work.

Keywords: Accessibility. Public policy. Perception. Implementation. Programa Incluir.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de Matrículas de Alunos com Deficiência nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, segundo a Categoria Administrativa das IES – 2005 a 2017.....	31
Gráfico 2 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião a respeito dos alunos se ajudarem na questão do aprendizado.	58
Gráfico 3 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião a respeito da colaboração das famílias no processo de aprendizagem do aluno.....	59
Gráfico 4 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente ao respeito mútuo entre funcionários e alunos no ambiente universitário.	60
Gráfico 5 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente a UFPE ser um modelo de cidadania democrática.	61
Gráfico 6 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente a todos os alunos serem igualmente valorizados.	62
Gráfico 7 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente à UFPE combater todas as formas de discriminação.	63
Gráfico 8 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente à estrutura da UFPE ser acessível a todas as pessoas.	64
Gráfico 9 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente ao aprendizado de linguagem e comunicação voltadas às pessoas com deficiência.	65
Gráfico 10 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente à inserção de temáticas voltadas à inclusão na estrutura curricular.	66
Gráfico 11 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente ao planejamento das atividades de aprendizagem.	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dispositivos legais e normativos.....	30
Quadro 2 – Síntese dos trabalhos relacionados à avaliação do Programa Incluir na Educação Superior.	42
Quadro 3 – Montagem do roteiro das entrevistas.	50
Quadro 4 – Limite Financeiro dos programas e auxílios da política de assistência estudantil (PAE) po faixa de renda familiar "per capita".	57
Quadro 5 – Recursos orçamentários recebidos pela UFPE do Programa Incluir.....	85
Quadro 6 – Equipamentos de tecnologia assistiva disponíveis no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da UFPE (LABC).	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Quantitativo dos discentes de graduação do Campus Recife distribuídos de acordo com o tipo de deficiência. Dados do ano de 2018.....	47
Tabela 2 –	Caracterização dos estudantes com deficiência entrevistados.	55
Tabela 3 –	Especialistas na área de acessibilidade disponíveis na UFPE.....	89
Tabela 4 –	Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à infraestrutura que atenda aos princípios de acessibilidade.	99
Tabela 5 –	Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à quantidade de técnicos especializados para auxiliar no apoio aos alunos com deficiência.....	99
Tabela 6 –	Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à utilização de metodologias adequadas de ensino.	100
Tabela 7 –	Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à formação específica dos professores para atuar junto aos alunos com deficiência.	100
Tabela 8 –	Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à integração entre os professores e gestores para promoção de uma qualidade de ensino para todos.	101
Tabela 9 –	Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à avaliação e acompanhamento dos alunos por professores e equipe pedagógica.	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATD	Análise Textual Discursiva
CAC	Centro de Artes e Comunicação
CADM	Conselho de Administração
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE	Centro de Educação
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CNS	Conselho Nacional de Saúde
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LABC	Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da UFPE
MEC	Ministério da Educação
NACE	Núcleo de Acessibilidade
NTI	Núcleo de Tecnologia e Informação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Política de assistência estudantil
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIG@	Sistema de Informações e Gestão Acadêmica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINFRA	Superintendência de Infraestrutura
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção com hiperatividade
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	ACESSIBILIDADE, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL.....	21
2.1	O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE	21
2.2	A COMPREENSÃO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA.....	22
2.3	LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL.....	25
3	O PROGRAMA INCLUIR	33
3.1	PROGRAMA INCLUIR: ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR	33
4	REVISÃO DA LITERATURA	37
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
5.1	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	44
5.2	TIPO DA PESQUISA.....	44
5.3	LOCAL DA PESQUISA	45
5.4	SUJEITOS DA PESQUISA.....	46
5.5	AMOSTRAGEM	47
5.6	COLETA DE DADOS.....	49
5.7	ANÁLISE DOS DADOS.....	52
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
6.1	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	54
6.2	CONCEPÇÕES A RESPEITO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO INCLUSIVO	58
6.3	INFRAESTRUTURA	68
6.3.1	Acessibilidade física e estrutural	69
6.3.2	Obstáculos e insegurança nos espaços de circulação	72
6.3.3	Sinalização	73
6.4	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	80

6.4.1	Equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos acessíveis	81
6.4.2	Serviços especializados no atendimento ao estudante com deficiência	88
6.4.3	Acesso à informação	91
6.4.4	Recursos pedagógicos	93
6.5	PROGRAMAS DE PESQUISA E EXTENSÃO.....	97
6.6	DEMANDAS NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO CAMPUS RECIFE DA UFPE.	98
7	RECOMENDAÇÕES À GESTÃO	103
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE A - PROPOSTA DE INTERVEÇÃO	117
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	122
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DISCENTES.....	126
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DOCENTES.....	130
	APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTÃO	135

1 INTRODUÇÃO

Quem nunca presenciou uma situação onde uma pessoa com deficiência não conseguisse fazer algo simplesmente porque o local não era estruturado para recebê-la? Por exemplo: um cadeirante ter que se locomover no meio da rua, junto com os carros, ônibus e caminhões, correndo o risco de ser atropelado porque simplesmente a calçada está em péssimo estado de conservação. Ou um aluno, também cadeirante, não conseguir assistir suas aulas porque, no centro onde estuda, os elevadores estavam todos quebrados, impossibilitando que ele acessasse os andares superiores. Ou uma pessoa com deficiência visual esbarrar em uma barreira que não deveria estar naquele local. Infelizmente, essas e diversas outras situações ainda são parte da realidade de muitos brasileiros.

Os vários obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência em seu dia-a-dia, sejam eles sociais, econômicos ou educacionais, estabelecem uma situação preocupante. Para aquelas, um dos direitos mais básicos da nossa Constituição, o de ir e vir, praticamente inexistente na maior parte das cidades brasileiras. As barreiras estão presentes nas diversas instituições do cotidiano: nas áreas públicas, nas instituições educacionais, no ambiente de trabalho e até em suas próprias residências. Nesse sentido, o desenvolvimento da acessibilidade é um dos mais relevantes fatores que coordena o elo entre a sociedade e as pessoas com deficiência.

Na história, em todas as culturas e sociedades, a acessibilidade percorreu diversas fases. Sasaki (1997) afirmou que:

A sociedade [...] começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas - não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais. (SASSAKI, 1997, p. 15).

O uso do termo inclusão social é recente, e a realização dessa prática, no âmbito geral, tem ocasionado diversos debates. De acordo com Sasaki (1997) a inclusão social pode ser entendida como um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e simultaneamente, estas preparam-se para assumir seus papéis na sociedade.

Incluir é abranger a todos sem exceção. Na educação inclusiva, os espaços são adequados para o convívio de todos, assim como os materiais utilizados nas atividades. É uma educação que busca identificar todo e qualquer obstáculo que o aluno possa enfrentar e eliminar

as barreiras. Por isso, incluir é reconhecer a diversidade de aprendizado. Para Ferrari & Sekkel (2007), a construção de um ambiente inclusivo na educação não se dá por meio de uma padronização, ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças.

Diante desse contexto, se faz necessário propor pesquisas a respeito de como está ocorrendo as adequações das escolas e universidades com o objetivo de incluir as pessoas com deficiência, visto que a acessibilidade é de extrema importância para que aquelas tenham as condições necessárias de participar de todas as atividades acadêmicas e utilizar os serviços disponíveis no ensino superior com autonomia e dignidade.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios da acessibilidade no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e como objetivos específicos: a) analisar a acessibilidade a partir das percepções dos alunos com deficiência, de docentes e da gestão do Núcleo de Acessibilidade (NACE) da UFPE; b) identificar as barreiras de infraestrutura, de comunicação e informação, e quanto aos projetos de pesquisa e extensão existentes e; c) contribuir, a partir dos resultados da pesquisa, com sugestões de medidas que atenuem as barreiras identificadas.

Nesse sentido, a questão central que é levantada na pesquisa é: Quais as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco?

O objeto principal de estudo, o Programa Incluir: acessibilidade na educação superior foi criado em 2005 pelo Ministério da Educação no governo do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e objetiva orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência na educação superior.

O programa é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência na vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Entre os anos de 2005 e 2011, o Programa Incluir funcionou através de chamadas públicas concorrenciais¹, por meio das quais as IFES apresentaram projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade.

Já a partir de 2012, no Ministério da Educação (MEC), por intermédio da SECADI e da SESu, esta ação foi generalizada, atendendo todas as IFES com aportes de recursos financeiros previstos na matriz orçamentária das Instituições, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade.

A Universidade Federal de Pernambuco instituiu no dia 16 de fevereiro de 2016, ou seja, quatro anos após a generalização dos aportes dos recursos financeiros, através da Portaria Normativa nº 04/2016, o Núcleo de Acessibilidade (NACE). Essa unidade tem por finalidade, como é citado no art. 1º da referida normativa: “apoiar e promover a acessibilidade aos estudantes e servidores com deficiência, mobilidade reduzida, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação”. (UFPE, 2016)

Para alcançar o êxito na análise, dentre as estratégias existentes², a teoria da implementação se torna mais adequada, facilitando o processo de análise de políticas públicas. De acordo com Rua (2013), é um método em que não se questiona a racionalidade do desenho da política, mas sim a lógica que preside a sua implementação e a consistência dessa com os resultados pretendidos, medida pela distância entre os resultados almejados, os procedimentos adotados e os resultados obtidos.

A realização desta pesquisa é justificada pela concepção de que nem sempre os resultados esperados nas políticas públicas são alcançados, e muitas vezes isso é justificado por não existir uma análise mais aprofundada nas fases do processo de implementação do ciclo das políticas públicas.

Neste trabalho, analisamos as percepções do público alvo do Programa Incluir a respeito da acessibilidade no Campus Recife da UFPE, bem como as eventuais falhas na implementação

¹ Ver os resultados dos projetos selecionados em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir/191-secretarias-112877938/sesu-478593899/13380-programa-incluir-edital-e-resultados>>. Acesso em 15 de julho de 2019.

² Segundo Rua (2013), há três tipos de abordagens de análise: (1) Teoria do Programa; (2) Teoria da Implementação e (3) Teoria da Mudança do Programa, onde cada abordagem deve ser escolhida com base no foco e o objetivo da análise, a natureza do objeto avaliado, as restrições de tempo e custo, entre outros critérios.

desse Programa e propomos um plano de intervenção, que objetiva melhorar a qualidade de execução da política quanto à obtenção dos seus resultados finais. Dessa forma, deseja-se que a análise das percepções do Programa Incluir possa ser aproveitada pelos gestores da UFPE, em especial do NACE, com o objetivo de sempre buscar a melhoria da implementação do programa, solucionando ou amenizando os principais gargalos que foram detectados e que os conhecimentos adquiridos possam ser usados em favor do direito a uma educação superior mais inclusiva.

Com tais considerações, o presente trabalho está desenvolvido em oito capítulos, além desta introdução:

O segundo capítulo apresenta aspectos relacionados à questão do conceito da acessibilidade e as políticas educacionais como política pública a partir da década de 1960, período no qual houve a primeira Lei de Diretrizes e Bases nº 4024/61, até a instituição do Programa Incluir. Destacando-se as principais legislações implantadas nesse período no processo de elaboração de políticas públicas para a educação superior e aquelas específicas para a educação inclusiva.

O terceiro capítulo detalha o Programa Incluir como uma política de inclusão no ensino superior, enfatizando seus objetivos e sua implementação. São apresentadas as características essenciais do Programa e analisados os editais publicados para a participação das IFES, mais precisamente a participação da Universidade Federal de Pernambuco.

O quarto capítulo apresenta a revisão da literatura, delimitando a problemática da pesquisa. Foi realizado um levantamento a respeito dos trabalhos produzidos no período de 2005 a 2019 sobre os seguintes temas: acessibilidade, inclusão na educação superior, pessoas com deficiência e Programa Incluir.

No quinto capítulo é apresentado o percurso metodológico utilizado na realização da presente pesquisa, destacando as técnicas e principais variáveis de interesse que foram avaliadas.

O sexto capítulo trata dos resultados da avaliação das percepções da implementação da educação inclusiva no âmbito do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

No capítulo sete, são apresentadas as recomendações à gestão com base nos resultados da pesquisa.

Por fim, nas considerações finais, são sintetizadas as principais discussões desenvolvidas, as conclusões, reflexões a que se chegou com a análise da implementação das políticas de educação inclusiva.

2 ACESSIBILIDADE, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A abordagem referente às pessoas com deficiência, no decorrer dos anos, esteve diretamente relacionada com o modo como a sociedade foi estruturada. A respeito desse quesito, Moreira (2004, p.81) adverte que “precisamos levar em conta a gama de conceitos e valores que refletem as visões de mundo e de homem que as sociedades construíram”.

Neste capítulo apresentamos a concepção social da deficiência e as políticas educacionais como política pública a partir da década de 1960, período no qual houve a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4024/61, até a instituição do Programa Incluir. Destacamos as principais legislações implantadas nesse período no processo de elaboração de políticas públicas para a educação superior e aquelas específicas para a educação inclusiva.

2.1 O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE

De acordo com a NBR 9050/2015, a acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Para ser acessível, o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento tem que permitir o alcance, acionamento, uso e vivência por qualquer pessoa, inclusive por aquelas com mobilidade reduzida.

De acordo com Pupo, Melo e Ferrés (2006), a acessibilidade consiste em eliminar qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem e terem acesso à informação. Pode ser, portanto, urbanística, envolvendo as edificações, espaços de circulação e os transportes, bem como referente aos sistemas de comunicação e informação.

Ainda segundo os autores supracitados, existem seis quesitos básicos que devem ser verificados, com o apoio da tecnologia, para que a sociedade seja considerada acessível:

- Acessibilidade Arquitetônica. Não deve haver barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transportes individuais ou coletivos;
- Acessibilidade Comunicacional. Não deve haver barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual;

- Acessibilidade Metodológica. Não deve haver barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação dos filhos;
- Acessibilidade Instrumental. Não deve haver barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e de lazer ou recreação;
- Acessibilidade Programática. Não deve haver barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas e normas ou regulamentos;
- Acessibilidade Atitudinal. Não deve haver preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (Pupo, Melo e Ferrés, 2006, p. 18)

Este entendimento amplo para acessibilidade, relacionado aos vários aspectos que interferem no convívio e na participação na sociedade, pode contribuir para o delineamento de uma sociedade para todos.

2.2 A COMPREENSÃO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

De acordo com Jannuzzi (2004), os acontecimentos do nosso cotidiano não se dão de maneira arbitrária. A organização social como um todo, bem como as crenças e ideologias são um processo humano muito complexo. Para compreender a evolução da ideia do respeito e atenção às pessoas com deficiência como cidadãos, bem como dos fatores que ainda interferem nesse desenvolvimento, é necessário recordar um pouco o passado.

De acordo com Galvão Filho (2009), observou-se, através da história da educação, que no século XVI, as pessoas com deficiência não chegavam nem a ser consideradas parte da população, era um sentimento de que elas não pertenciam a lugar algum. Elas viviam confinadas em ambientes segregados, separadas dos demais, muitas vezes em asilos e manicômios para o tratamento de seus comportamentos “destoantes”. Escondidas nesses espaços, com a falsa ideia de que estavam sendo protegidas da sociedade, as pessoas com deficiência viviam segregadas por toda a sua vida.

Mudando essa realidade, surgem as primeiras instituições só para pessoas com deficiência. Ainda de acordo com Galvão Filho (2009, p. 89), essas instituições aparecem no século XVIII em Paris, e eram voltadas para a educação das crianças cegas e surdas. Por exemplo, o próprio Luís Braille, criador do sistema de leitura e escrita em braile para cegos, residiu até o fim de sua vida no Instituto Nacional para Jovens Cegos de Paris.

A partir do século XIX, são fortalecidos nas instituições de ensino regulares, os espaços exclusivos destinados às pessoas com deficiência, eram as chamadas classes especiais. Essas classes eram consideradas como os locais apropriados para o ensino dos chamados alunos com “problemas de aprendizagem”. (MENDES, 2006).

De acordo com Galvão Filho (2009), foi apenas a partir do século XX que começaram a surgir inúmeros documentos internacionais, como por exemplo: convenções, acordos e declarações, que deram um novo significado à deficiência nas suas diferentes tipologias. Temos como grande marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre os anos de 1946 e 1948, sendo considerada como o documento orientador de inúmeros outros. A Declaração é composta por trinta artigos, os quais determinam os direitos básicos que todo ser humano deve possuir, sobretudo as pessoas com deficiência, como bem traz em seu artigo 25:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948)

Inicia-se a partir de então, a busca pela integração das pessoas com deficiência na sociedade. De acordo com Galvão Filho (2009, p. 89):

As ideias da integração social pressupõem uma mudança na forma de lidar com a problemática da deficiência, pois, sob esse novo paradigma, abre-se a possibilidade da pessoa com deficiência ser inserida na sociedade, através de processos de busca de uma suposta "normalidade". A busca dessa "normalidade" pressupõe que a pessoa com deficiência seja preparada, adquirindo habilidades semelhantes as das pessoas consideradas "normais". (GALVÃO FILHO, 2009, p 89).

Devido à falta do equilíbrio entre as condutas pedagógicas e o processo de integração utilizado na época, o processo supracitado não resultou em êxito. Galvão Filho (2009) argumenta que na busca pela "normalidade", a pessoa com deficiência permanecia muitos anos em treinamento e tratamentos na instituição especializada, o que a mantinha fora do convívio escolar.

Surgiu então, a partir da década de 90, um novo conceito que alterou o entendimento da sociedade a respeito das questões relacionadas à deficiência: o conceito da inclusão. A partir desse conceito, viu-se a necessidade de considerar as diferenças e singularidades de cada ser humano. Para Ferrari & Sekkel (2007), a construção de um ambiente inclusivo na educação não se dá por meio de uma padronização, ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças.

A inclusão de pessoas com deficiência nos mais diversos ambientes sociais é de extrema necessidade. O uso do termo inclusão social é recente, e a realização dessa prática, no âmbito geral, tem ocasionado diversos debates.

A ideia de inclusão como uma luta constante contra a segregação da pessoa com deficiência foi fortalecida, sobretudo, devido ao crescimento dos movimentos sociais relativos aos direitos humanos e aos princípios da normalização que, segundo Sasaki (1997), foram importantes elementos na aquisição de conhecimentos e experiências para o surgimento do paradigma da inclusão.

De acordo com Mendes (2006), a inclusão, nesse sentido, deve ser pensada na perspectiva de igualdade de oportunidades em todos os espaços da sociedade, inclusive naquele responsável pela educação formal, pois, historicamente é nele que efetivamente se promove, entre outras coisas, as discussões sobre as diferenças sociais.

De modo geral, a educação inclusiva prima pela inclusão de todos, independentemente de sua deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural. Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade e a sociedade se conscientiza da necessidade de funcionar respeitando o valor social de igualdade.

Sobre a educação inclusiva, Jannuzzi (2004) argumenta que em vez de focalizar a deficiência da pessoa, deve-se enfatizar o ensino e a escola, bem como as formas de aprendizagem; em vez procurar, no aluno, a origem de um problema, deve-se focar nos recursos e apoio que a escola tem disponíveis para proporcionar um aprendizado adequado; por fim, em vez de pressupor que o aluno tem que se ajustar aos padrões de 'normalidade' para aprender, deve-se apontar para que a escola se reorganize para atender a diversidade de seus alunos.

De acordo com Mendes (2006, p. 402), o debate acerca da inclusão da Pessoa com deficiência no sistema educacional sugere que ainda há muito a avançar:

Ainda estamos na luta pelo acesso, e este direcionado necessariamente para aumentar as matrículas nas classes comuns das escolas públicas do ensino regular. Entretanto, só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e

das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática. (MENDES, 2006, p. 402).

O contexto descrito evidencia que as conquistas em prol das pessoas com deficiência até então alcançadas, decorreram do processo de reconstrução social nos diferentes países. De uma forma geral, podemos afirmar que nas últimas décadas, vivenciamos inúmeras transformações, principalmente no que diz respeito à educação, onde as políticas educacionais fortaleceram a ótica da educação inclusiva.

2.3 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

A defesa do pensamento de uma sociedade inclusiva se fortaleceu a partir de meados do século XX. A partir desse período, foram consolidadas as objeções às práticas de segregação dos estudantes que eram enviados para ambientes especiais, o que gerava o questionamento da homogeneização de ensino e aprendizagem. Nessa conjuntura, desponta a relevância do surgimento e implementação de políticas públicas que garantam a inclusão de pessoas com deficiência no contexto social, especialmente no contexto da educação.

Antes de debater acerca das políticas educacionais, é necessário desenvolver uma discussão sobre o que são as políticas públicas. Em linhas gerais, as políticas públicas podem ser caracterizadas como uma intervenção do Estado no contexto social, regulando a oferta de bens e serviços e o acesso aos direitos sociais.

Souza (2006) argumenta que não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública e que muitas das definições existentes enfatizam que estas existem para resolver problemas e concentram o foco no papel do governo.

As definições de políticas públicas guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e os indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUZA, 2006, p.25).

A autora, a partir do momento que considera política pública como um campo holístico, evidencia a interdisciplinaridade das políticas públicas, que tem como consequência a repercussão em diversos campos do conhecimento como a sociologia, a ciência política, a psicologia, a administração e a economia, direito etc.

Ainda segundo Souza (2006),

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Desse modo, as políticas públicas estão presentes em todos os segmentos da sociedade e regulam a maneira como os indivíduos devem conduzir o processo de desenvolvimento das ações que as envolvem. Estas podem ser reconhecidas também como uma espécie de “luta” que usa a percepção dos conflitos gerados entre as ações esperadas pela sociedade civil e as ações colocadas em prática pelo Estado. Nesse contexto, encontram-se diferentes tipos de políticas públicas que regulam segmentos específicos da sociedade, tais como: educação, saúde, previdência, economia, entre outros.

Em relação aos debates que fundamentam as mudanças e conquistas para as pessoas com deficiência no decorrer dos anos, podemos destacar alguns documentos que serviram de base para ações que garantam os direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Moreira (2004) afirma que foi a partir da década de 60 que se institucionalizou a educação da pessoa com deficiência no Brasil, época em que foram apontadas pelo poder público questões referentes à educação especial, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61. Essa lei trata de forma bem superficial a questão da educação acessível, destinando apenas dois artigos para a temática, os artigos 88 e 89. De acordo com o referido documento, o acesso das pessoas com deficiência deveria ser feito “[...] no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961). A grande questão é que a LDB de 1961 não traz como deve ser feito esse acesso. Em uma análise mais geral, percebe-se que não há prerrogativas específicas para o atendimento dessas pessoas no título que abordava a educação superior.

De acordo com Jannuzzi (2006), a partir da década de 1970, a escola passa ser enfatizada como mecanismo para formação de capital humano, o qual agregado ao capital físico da empresa aumentará a produtividade. A partir dessa concepção, com a aprovação da LDB nº 5.692/71, ficou explicitada a questão da educação da pessoa com deficiência como um caso do ensino regular, como condição para o desenvolvimento da sociedade.

A segunda versão da LDB, criada em 1971 e que vigorou até a promulgação da mais recente, em 1996, fixou as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, e teve como objetivo “[...] proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania”. Em seu artigo nono, traz a garantia que “os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos Conselhos competentes de educação” (BRASIL, 1971).

Dois anos após a criação da segunda versão da LDB, em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). A partir de então, a responsabilidade do atendimento educacional foi repassada para o MEC. De acordo com Mazzotta (2005), naquele momento, os Ministérios da Educação e Cultura e da Previdência e Assistência Social estabeleceram diretrizes básicas para a ação integrada dos órgãos a eles subordinados, no atendimento a pessoas com deficiência. Havia uma preocupação na época com a oferta de atendimento especializado pela via regular de ensino ou salas especializadas, e também uma recomendação de inserção de profissionais especializados para esse atendimento.

No final dos anos 1970 não foram promulgadas novas leis para o atendimento das pessoas com deficiência. A próxima grande contribuição para o fortalecimento de ambiente inclusivo foi com a Constituição de 1988, que prevê em seu texto o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, garantindo o direito à escola para todos.

Com a Constituição de 88, passaram-se a garantir vários direitos fundamentais, sobretudo o direito de ser educado com a coletividade e o Estado brasileiro devendo assumir a responsabilidade em educar a todos, sem qualquer discriminação ou exclusão social.

Com relação ao atendimento às pessoas com deficiência e do ponto de vista de debater e propiciar modificações no quesito educacional, a Constituição traz, em seu artigo 205, que “a educação é um direito de todos, e visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo após, no artigo 206, inciso I, diz que é um dos princípios do ensino, “a existência de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e que é dever do Estado, como traz o artigo 208, inciso III, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na

rede regular de ensino”. Dessa forma, ficou regulamentado o direito à educação por parte de todos os cidadãos, incluindo aquelas pessoas com deficiência.

Incontestavelmente, a Constituição de 1988 é o mais importante documento do país, contendo as normas e os princípios fundamentais do Estado. É inegável que a Constituição contribuiu fortemente para a valorização dos direitos da pessoa com deficiência. A partir dela, outros documentos foram aprovados no sentido de normatizar ou de orientar a política educacional voltada para as pessoas com deficiência, como a Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que em seu capítulo V coloca que a educação das pessoas com deficiência deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino, que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e inclusão dessas pessoas.

Ainda no ano de 1996, foi elaborado o Aviso Circular nº 277/96, emitido pelo MEC aos Reitores das Instituições de Ensino Superior. Ele foi considerado a primeira legislação a recomendar ações voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência. O documento recomendava ajustes em três momentos do processo de seleção:

- A elaboração do edital, para que possa expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo vestibulando no momento da prova, bem como dos critérios de correção a serem adotados pela comissão do vestibular;
- No momento dos exames vestibulares, quando serão providenciadas salas especiais para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção de respostas pelo vestibulando;
- No momento da correção das provas, quando será necessário considerar as diferenças específicas inerentes a cada portador de deficiência, para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos, além de encaminhar sugestões quanto à garantia de acesso destes estudantes. (Aviso Circular Nº 277/MEC/GM).

Em 2001 houve a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência, materializada através do Decreto 3.956/01. Por meio deste decreto, o Brasil se comprometeu a tomar medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista ou de qualquer outra natureza para eliminar todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e garantir sua plena integração à sociedade.

No ano de 2002, tivemos dois grandes marcos para o fortalecimento de uma educação inclusiva, que foi a promulgação da Lei nº 10.436/02 e da Portaria nº 2.678/02. A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados. Foi somente a partir da promulgação dessa lei que foi possível realizar, em âmbito nacional, discussões relacionadas à necessidade

do respeito à particularidade linguística da comunidade surda e do uso desta língua nos ambientes escolares e conseqüentemente, o desenvolvimento de práticas de ensino que estejam preocupadas com a educação de alunos surdos numa perspectiva bilíngue de ensino.

A Portaria nº 2.678/02 aprovou a diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Em 2003, foi instituída a Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para a autorização e reconhecimento de novos cursos e credenciamento de instituições.

No ano seguinte, em 2004, foi instituído o Decreto nº 5.296/04, onde foram estabelecidas normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário e acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004)

Em 2005, O Decreto nº 5.626/05 regulamentou as normas sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras e estabeleceu que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de Libras em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.

Ainda em 2005, foi criado Programa Incluir: Acessibilidade ao Ensino Superior, que é o objeto de estudo desse trabalho. O Programa tem como foco a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

Após o ano de 2005, ainda foram criadas variadas normas legais, com ênfase em todos os níveis de ensino, do básico ao superior, as quais podemos verificar no Quadro 01, exposto no documento Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

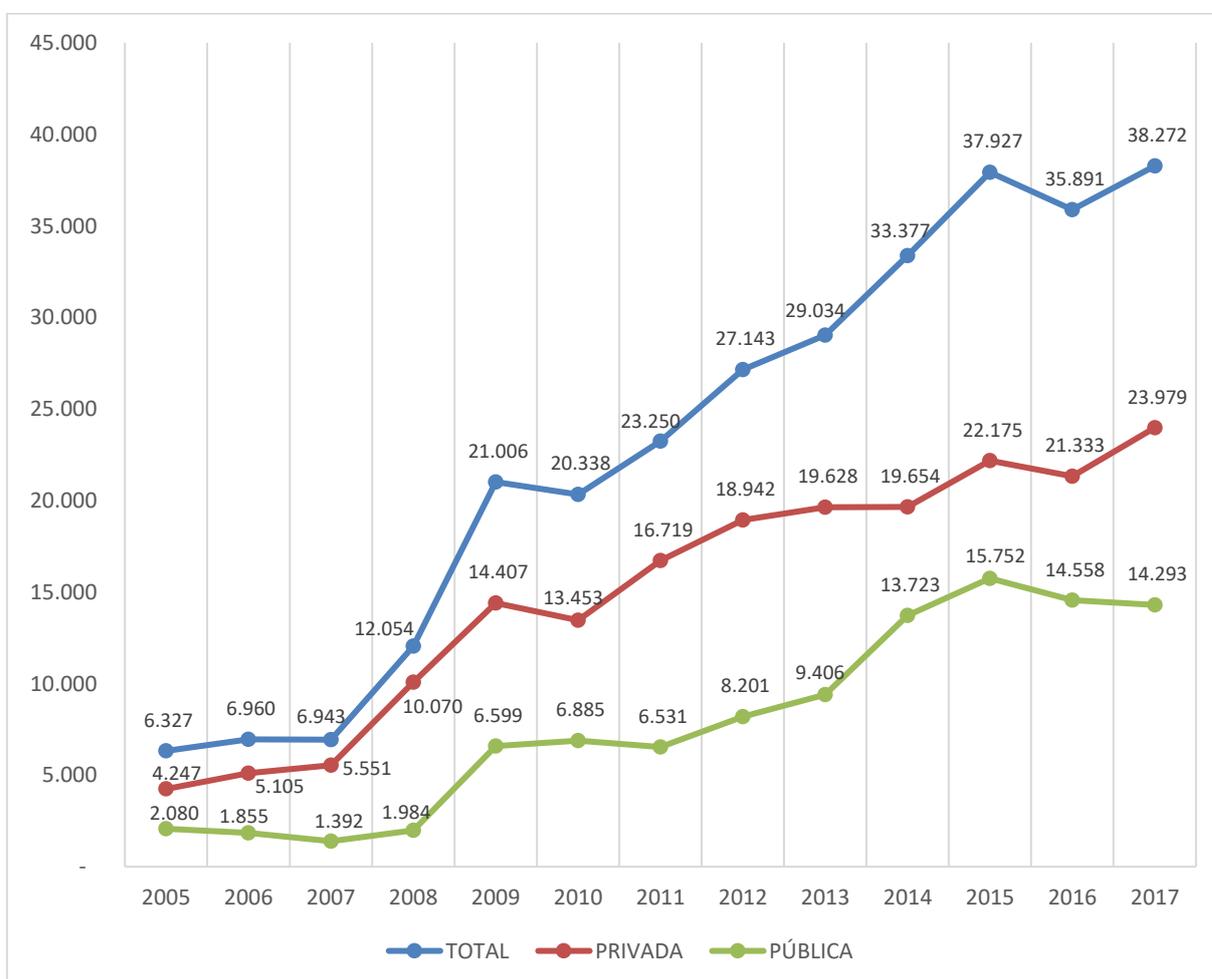
Quadro 1 - Dispositivos legais e normativos

DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS	TEOR
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006)	Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.
Decreto nº 5.773/2006	Dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino.
Plano de Desenvolvimento da Educação/2007	O Plano propõe vários eixos de ações, entre os que interessam a este estudo, cita-se: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior, com o objetivo de melhorar a educação em todos os níveis educacionais.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)	Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Decreto nº 6.949/09	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 7.234/10	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.
Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010	Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.
Decreto nº 7.611/11	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no art. 5º § 2º, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP 8/2012	Recomenda a transversalidade curricular das temáticas relativas aos direitos humanos. O Documento define como “princípios da educação em direitos”: a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, a democracia na educação, a transversalidade, vivência e globalidade, e a sustentabilidade socioambiental.

Fonte: Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) 2013.

Essa criação de dispositivos legais traz como consequência a introdução e crescimento progressivo de recursos, formação de profissionais especializados, criação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições, dentre outros fatores, o que pode acarretar, de certo modo, o aumento de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior, como podemos verificar na Gráfico 01:

Gráfico 1 - Evolução de Matrículas de Alunos com Deficiência nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, segundo a Categoria Administrativa das IES – 2005 a 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados dos Censos da Educação superior / INEP referente aos anos de 2005 a 2017.

Como podemos verificar, há um constante aumento no número de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior. De acordo com os Censos da Educação Superior, de 2005 a 2017, no Brasil como um todo, houve um crescimento de matrículas na ordem de

aproximadamente 505%. Na rede privada, o crescimento foi de aproximadamente 465% e na rede pública, houve um aumento aproximado de 587%.

Os dados acima expostos não deixam dúvida da importância da criação do aparato legal com o objetivo de garantir o direito à educação para as pessoas com deficiência no ensino superior. A introdução de recursos, serviços, atendimento educacional especializado, criação e estruturação de núcleos de acessibilidade nas IFES, formação de profissionais nessa área, entre outros, promovem e asseguram condições de igualdade, direitos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania.

3 O PROGRAMA INCLUIR

Neste capítulo apresentamos o Programa Incluir como uma política de inclusão no ensino superior, enfatizando seus objetivos e sua implementação. Evidenciamos as características essenciais do Programa e analisamos os editais publicados para a participação das IFES, mais precisamente a participação da Universidade Federal de Pernambuco.

3.1 PROGRAMA INCLUIR: ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Incluir é abranger a todos sem exceção. Na educação inclusiva, os espaços são adaptados para o convívio de todos, assim como os materiais utilizados nas atividades. É uma educação que busca identificar todo e qualquer obstáculo que o aluno possa enfrentar e eliminar as barreiras. Por isso, incluir é reconhecer a diversidade de aprendizado. Para Ferrari e Sekkel (2007), a construção de um ambiente inclusivo na educação não se dá por meio de uma padronização, ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças. Diante dessa abordagem, foi criado, em 2005, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir).

O Programa Incluir, de acordo com seu documento orientador (Ministério da Educação/SECADI/SESu, 2013), objetiva orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, nº 6.949/2009, nº 5.296/2004, nº 5.626/2005 e nº 7.611/2011.

O programa é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência na vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Entre os anos de 2005 e 2011, o Programa Incluir funcionou através de chamadas públicas concorrenciais, por meio das quais, as IFES apresentaram projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade.

Os Núcleos de Acessibilidade se caracterizam como a constituição de espaço físico, com profissionais responsáveis pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade, e efetivação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atuam diretamente no favorecimento da acessibilidade das pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo núcleo devem se articular às demais atividades da instituição, como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio e cooperação técnico-científica. (BRASIL, 2005).

De acordo com os editais publicados no Diário Oficial da União de 2005 a 2010, as instituições públicas de educação superior do Brasil enviaram propostas, conforme objetivos dos editais ao Programa, que poderiam, dentre outros aspectos, se voltar para criação ou reestruturação de núcleos de acessibilidade; adequação arquitetônica para acessibilidade física - rampas, barras de apoio, corrimãos, pisos táteis, elevadores, sinalizadores e alargamento de portas; aquisição de equipamentos, como teclados de computadores, impressoras, máquinas de escrever em braile, lupas eletrônicas e amplificadores, além de aquisição de material didático específico para acessibilidade, como livros em áudio, braile e falados, *software* para ampliação de tela e sintetizadores de voz, entre outros que se façam necessários para o melhor atendimento do aluno.

Após o envio, as propostas eram avaliadas por uma comissão da Secretaria de Educação Especial que liberava recursos apenas para aquelas que atendiam às exigências do Programa. Segundo balanço da Gestão 2003 a 2010, nos seis editais lançados pelo programa INCLUIR entre 2005 e 2010, o MEC transferiu R\$ 17,4 milhões em apoio a 199 projetos de instituições em todas as regiões brasileiras, promovendo ações de acessibilidade, acolhimento e acompanhamento do estudante com deficiência no Ensino Superior. (SOUZA, 2018, p. 68)

Após uma análise minuciosa dos editais publicados pelo MEC³, verificamos que a UFPE, no período de 2005 a 2011, foi contemplada em duas oportunidades com os seguintes projetos: “Inclusão e cidadania na UFPE” no ano de 2006 e “Pro-Inclusão: quebrando barreiras e promovendo a formação” no ano de 2007, tendo recebido as quantias de R\$ 100.000,00 e R\$ 50.000,00, respectivamente.

O Programa Incluir, em tese, se configura como o primeiro programa governamental no Brasil voltado para viabilizar o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior. Contudo, a natureza concorrencial desse Programa no seu desenho inicial guarda consigo incerteza, descontinuidade, pois apenas as IFES contempladas nos editais poderiam dispor de recursos para tal finalidade.

A partir de 2012, contudo, o governo federal expandiu este financiamento para todas as Instituições de Ensino Superior sem a necessidade de submissão de projetos para serem aprovados, atendendo com aportes de recursos financeiros previstos na matriz orçamentária dessas Instituições, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade.

É defendido no documento orientador do Programa Incluir que o foco da política institucional das IFES, através de seus núcleos de acessibilidade, seja com base em quatro eixos de atuação: Infraestrutura; Currículo, comunicação e informação; Programas de extensão e Programas de pesquisa.

- Infraestrutura: os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES devem ser concebidos e implementados atendendo aos princípios de desenho universal;
- Currículo, comunicação e informação: deve-se garantir o pleno acesso, participação e aprendizagem por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviço de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras;
- Programas de extensão: deve-se assegurar a participação da comunidade nos projetos de extensão por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade; além disso, disseminar

³ Ver os resultados dos projetos selecionados em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir/191-secretarias-112877938/sesu-478593899/13380-programa-incluir-edital-e-resultados>>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, como compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva;

- Programas de pesquisa: o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana. Assim, é possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com a área da tecnologia assistiva.

De acordo com o Documento Orientador do Programa Incluir, dentre os recursos e serviços de acessibilidade disponibilizados pelas Instituições de Ensino Superior, destacam-se o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete, equipamentos de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos acessíveis, atendendo às necessidades específicas dos estudantes. Assim, as condições de acessibilidade à comunicação e aos materiais pedagógicos se efetivam mediante demanda desses recursos e serviços pelos estudantes com deficiência, matriculados nas IFES e pelos participantes nos processos de seleção para ingresso e atividades de extensão desenvolvidas pela instituição. Cabe às IFES a responsabilidade pelo provimento destes serviços e recursos em todas as atividades acadêmicas e administrativas.

Ainda em consonância com o Documento supracitado, o financiamento das condições de acessibilidade deve integrar os custos gerais com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. As IFES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

4 REVISÃO DA LITERATURA

A fim de delimitar a problemática da pesquisa, foi realizado um levantamento a respeito dos trabalhos produzidos no período de 2005 a 2019 sobre os seguintes temas: acessibilidade, inclusão na educação superior, pessoas com deficiência e Programa Incluir.

No que diz respeito a artigos, dissertações e teses, percebe-se que o interesse acadêmico quanto à realização de avaliação de políticas de acessibilidade nos Institutos e Universidades brasileiras vem crescendo bastante nos últimos anos. Com base em pesquisas realizadas no banco de dados da Capes⁴ e Biblioteca Digital de teses⁵, foram encontrados os seguintes autores: Souza (2010); Viana (2010); Castro (2011); Ferreira (2012); Oliveira (2013); Juvêncio (2013); Silva (2013); Maciel (2014); Silva (2014); Saraiva (2015); Branco (2015); Araújo (2015); Santos (2016); Braga (2016); Alencar (2017); Reis (2017); Severino (2017). Quando partimos para a ótica dos artigos publicados a respeito do tema, em pesquisa realizada no banco de dados da Scielo⁶, encontramos 06 artigos: Melo & Araújo (2018), Almeida & Ferreira (2018), Ciantelli & Leite (2016), Lacerda & Gurgel (2011), Cabral & Melo (2017) e Oliveira & Silva (2017). Sem esquecer de diversos outros autores, como Mantoan (2003), Mazzota (2005), Carvalho (2005) e Sasaki (1997).

Percebe-se que há uma grande produção sobre os temas supracitados, porém, foi verificado que apenas cinco pesquisas, entre dissertações e teses, são referentes ao processo de avaliação do Programa Incluir nas Instituições de estudo, são eles: Castro (2011), Souza (2010); Silva (2013), Santos (2016) e Severino (2017). Dessa forma, somente esses cinco trabalhos foram utilizados nesta pesquisa, pois apresentavam uma relação mais direta com o objeto da pesquisa.

O primeiro trabalho com relevância no que se refere ao tema em questão foi a Dissertação de mestrado de Souza (2010) intitulada: “Programa INCLUIR (2005-2009): uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil”, do

⁴ Seleção de Dissertações e Teses com base nos seguintes parâmetros de busca: Avaliação, Implementação, Acessibilidade, Educação Superior, Deficiência e Programa Incluir. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em 15 set. 2019.

⁵ Seleção de Dissertações e Teses com base nos seguintes parâmetros de busca: Avaliação, Implementação, Acessibilidade, Educação Superior, Deficiência e Programa Incluir. Disponível em: <<http://bdt.ibict.br/vufind/>> Acesso em 15 set. 2019.

⁶ Seleção de artigos científicos com base nos seguintes parâmetros de busca: Acessibilidade, Educação Superior e Inclusão. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Na pesquisa, a autora desenvolve uma fundamentação teórica do Programa INCLUIR.

Por meio do estudo de Souza (2010), conhecemos o objetivo principal do Programa INCLUIR, lançado em 2005. A pesquisa ampliou os conhecimentos relativos ao Programa, uma vez que todos os editais, desde a implantação em 2005, até o edital de 2009, foram analisados na Dissertação, oferecendo uma visão mais detalhada das propostas enviadas pelas instituições públicas, o que facilitou o entendimento a respeito do processo de implementação do Programa.

Segundo a autora, o Programa Incluir se configura como sendo um importantíssimo Programa para a permanência das pessoas com deficiência nas IFES, e também como o único meio pelo qual o Governo Federal atua para a promoção da acessibilidade.

Ao longo do trabalho pudemos perceber que o INCLUIR não só se revela como representativo do acesso e permanência de sujeitos com deficiência à educação superior pública, como é a única iniciativa governamental estruturada voltada ao público supracitado que financia ações nas instituições. (SOUZA, 2010, p.152)

O segundo trabalho que trata do tema foi a tese de doutorado de Castro (2011) intitulada: “Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras”, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos. Na tese, a autora identificou as ações e iniciativas de treze universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência, e verificou as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no dia a dia do ensino superior. A pesquisa observou que as Universidades estão desenvolvendo ações para minimizar as barreiras existentes, porém, essas medidas não foram suficientes para a permanência e participação dos alunos com deficiência.

Castro (2011) argumenta a respeito da estruturação das políticas públicas de inclusão com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na educação superior, porém nem tudo o que está determinado nos dispositivos legais se reflete na realidade vivenciada pelos alunos com deficiência. Segundo a autora:

Isso fica constatado nos relatos dos alunos que demonstram haver uma lacuna entre a realidade vivenciada no contexto acadêmico e as determinações estabelecidas pelos dispositivos legais, principalmente quando os alunos citam as barreiras ainda encontradas no ensino superior, tais como: barreiras arquitetônicas, barreiras comunicacionais, barreiras pedagógicas e as barreiras atitudinais. (CASTRO, 2011, p. 226)

Silva (2013), com sua dissertação de mestrado intitulada: “Acesso e permanência do estudante deficiente na educação superior: análise do Programa INCLUIR na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2005 – 2010)”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, analisou o Programa INCLUIR como mecanismo de acesso e permanência dos estudantes com deficiência na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2010.

A pesquisa de Silva (2013) teve grande relevância para este trabalho pois permitiu um entendimento mais aprofundado a respeito das políticas de inclusão como forma de acesso e permanência dos alunos com deficiência, sobretudo o Programa Incluir. Segundo a autora, o programa mobilizou pessoas que antes não tinham o conhecimento para atuar na universidade com pessoas com deficiência, proporcionando uma conscientização de que essas pessoas existem e que precisam de atendimento. Portanto, o Programa, ao ser implantado, trouxe mudanças de atitudes nas universidades.

Porém, também nos permitiu observar que nem tudo acontece de forma rápida e eficaz:

Desse modo, a intenção em oferecer oportunidade de acesso às pessoas com deficiência na Educação Superior vem acontecendo de forma ainda lenta, bem como a qualificação dos novos educadores nos cursos de Licenciaturas, disponibilizando o conhecimento por meio das disciplinas de Educação Especial e Língua Brasileira de Sinais (Libras). (SILVA, 2013, p. 86)

Outro relevante trabalho com relação ao tema foi a tese desenvolvida por Santos (2016) intitulada: “O programa incluir na UFMT: acesso e permanência na educação superior”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco/MS. A autora analisou o Programa Incluir através das ações do Núcleo de Inclusão e Educação Especial como ação para favorecer a permanência de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Mato Grosso.

A autora traz a importância do atendimento educacional especializado para os estudantes e o papel que a Universidade tem como uma fonte transformadora da sociedade:

O Atendimento Educacional Especializado, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns constitui parte distinta do currículo dos estudantes da Educação Especial. Dada a sua importância para os estudantes, público alvo da Educação Especial, deverá integrar os Projetos Pedagógicos dos Cursos e estar vinculado com a proposta curricular desenvolvida pelos docentes.
[...]

Assim, os projetos têm como finalidade oferecer debates mostrando pontos contraditórios e relevantes que existem na implantação da Educação Inclusiva na Educação Superior. A universidade deve repensar seu papel de mediadora social para que aconteça uma transformação cultural dentro da mesma e conseqüentemente na sociedade. (SANTOS, 2016, p. 169-170)

Segundo a autora, antes do Programa Incluir, as Instituições de Ensino Superior não se preocupavam em instituir um espaço exclusivo voltado para o atendimento das pessoas com deficiência, e isso apenas ocorreu após a instituição do Programa.

Estudando os documentos oficiais observa-se que os mesmos foram elaborados para o acesso das pessoas à Educação Superior. Só a partir do Programa Incluir é que as IES se preocuparam em organizar um espaço específico para o atendimento dessas pessoas, através dos Núcleos de Acessibilidade. (SANTOS, 2016, p. 175)

Santos (2016), mesmo reconhecendo a grandiosa contribuição que o Programa Incluir trouxe para as IFES e para os alunos com deficiência, enxergou diversas limitações em sua implementação, tais como a falta de diálogo entre o governo e a comunidade acadêmica sobre a inclusão das pessoas com deficiência e suas reais necessidades. Outro ponto foi que o Programa Incluir não considerou as especificidades das pessoas com deficiência, nem as universidades receberam formação para a implantação dos núcleos. Bem como também não contemplou todas as Instituições de Ensino do país, apenas as públicas federais, sendo que os maiores programas de acesso e permanência como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) são para as instituições privadas. Vale salientar também que, segundo a autora, os professores não foram capacitados para receber esses novos acadêmicos, pois a maioria não desenvolvia programas ou projetos de apoio a estes.

Para finalizar, temos a tese desenvolvida por Severino (2017) intitulada: “Avaliação do processo de implementação do programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012-2014)”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A autora avaliou o processo de implementação do Programa Incluir na UFRN e identificou os fatores que facilitam e os fatores que dificultam a implementação do Programa Incluir na Universidade estudada.

Esse estudo foi de grande relevância para esta pesquisa pois, ao apresentar concepções históricas e legais para organização do atendimento dessas pessoas, nos permitiu maior compreensão do objeto dessa pesquisa.

O arcabouço jurídico-legal brasileiro que trata e regulamenta a educação especial na educação superior não deixa dúvida de que, nesse nível educacional, as iniciativas

estatais foram tardias, conforme se pode constatar por meio dos mecanismos jurídicos citados a seguir. A primeira legislação versando sobre o acesso de pessoas com deficiência na educação superior data de 1994, por meio da Portaria Nº 1.793/1994, Art. 1º e 3º. Posteriormente, é sancionado um conjunto de aportes legais com esse teor, a exemplo do Aviso Circular Nº 277/1996, do Decreto nº 3.298 de 1999, que regulamenta a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, da Portaria Nº 1.679/1999, revogada pela Portaria Nº 3.284/2003, Resolução Nº 1/2002, Decreto Nº 5.296/2004, que institui o Programa Incluir, e do Decreto Nº 7.611/2011, que trata do atendimento educacional especializado.

[...]

Entendemos que o Programa Incluir, criado em 2005, configura-se como parte constitutiva de uma política educacional visando promover a inclusão de acadêmicos com deficiência na educação superior. Sua criação se conecta ao contexto de movimentos em defesa da educação inclusiva, iniciado em nível internacional e com repercussões nacionais. (SEVERINO, 2017, p. 26-28)

Outro fato que a autora expõe em seu trabalho é a visão de que é necessário que haja mudanças no sistema educativo para que se tenha uma educação mais inclusiva e efetiva. Essas mudanças são no sentido de ampliar progressivamente as alternativas educativas e também as oportunidades de participação das pessoas com deficiência nas diferentes atividades da sociedade. A transformação abordada pela autora implica mudanças de vários aspectos, como edificação, mobiliário, recursos didático-pedagógicos, acervo de laboratórios e bibliotecas, currículo, dentre outros.

De acordo com Severino (2017, p. 117), as mudanças requeridas para a efetivação da educação inclusiva são mais amplas, transversais, envolvem as dimensões culturais, atitudinais, didático-pedagógicas, comunicacionais, arquitetônicas, uma vez que o público-alvo da educação especial necessita de atendimento diferenciado, por apresentar uma maneira peculiar de aprender, ou necessita de recursos adicionais para viabilizar seus processos de participação e aprendizagem nos espaços educacionais. Isso gera desafios para o sistema de ensino em todos os níveis e modalidades, requisita a revisão e ressignificação de práticas pedagógicas, de bases conceituais que estão subjacentes às mesmas. Igualmente demanda mudanças atitudinais de quem está envolvido no processo, pautadas no respeito às diferenças, em tratar cada um conforme as suas necessidades específicas sem, contudo, acentuar a discriminação.

A seguir, no Quadro 02, estão sintetizadas as pesquisas relacionadas à avaliação do Programa Incluir na Educação superior que foram selecionadas para formar o referencial empírico deste trabalho.

Quadro 2 - Síntese dos trabalhos relacionados à avaliação do Programa Incluir na Educação Superior.

AUTOR (ANO)	TRABALHOS E CONCLUSÕES
Souza (2010)	Analisa, através de dados coletados via questionário on-line junto a Instituições de Ensino Superior, cinco editais publicados pelo MEC entre os anos de 2005 e 2009 do Programa Incluir. Conclui que, apesar do Programa auxiliar o acesso e permanência das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos nas Instituições, a implementação de um Núcleo de Acessibilidade não é suficiente para garantir a qualidade satisfatória do processo.
Castro (2011)	Aponta um levantamento, em 13 Universidades públicas brasileiras, das barreiras e os facilitadores encontrados pelos estudantes com deficiência no cotidiano do ensino superior. Foram verificadas nas Universidades estudadas barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, chegando à conclusão de que as Universidades desenvolvem ações para a permanência e participação dos alunos com deficiência, porém ainda insuficientes.
Silva (2013)	Analisa o Programa Incluir como mecanismo de acesso e permanência dos estudantes na educação superior, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2010. Chegou à conclusão de que o Programa INCLUIR tem suas fragilidades, tais como: a avaliação e monitoramento de todas as instituições contempladas para verificar se realmente os recursos estão favorecendo o acesso e a permanência, bem como a acessibilidade das pessoas com deficiências conforme o objetivo principal do Programa.
Santos (2016)	Analisou o Programa Incluir na Universidade Federal do Mato Grosso, através das ações do Núcleo de acessibilidade para favorecer a permanência de estudantes com deficiência da Instituição. Verificou-se uma grande gama de irregularidades, como o encerramento das atividades do Núcleo de acessibilidade, materiais adquiridos com os recursos destinados ao Programa Incluir ficaram encalhados em almoxarifados, comprometendo em partes o objetivo primordial do Incluir.
Severino (2017)	Avalia o processo de implementação do Programa Incluir na UFRN (2012-2014), identifica os fatores que facilitam e os fatores que dificultam a implementação do Programa Incluir na UFRN, além de externar os serviços, recursos e apoios técnicos existentes e disponibilizados pela Instituição em questão. Pode concluir que o processo de implementação do Programa Incluir na UFRN contribui com o percurso profissional e a participação parcial dos acadêmicos com deficiência, sendo constituído por uma série de facilitadores, como apoio técnico, serviços de intérprete de Libras, recursos pedagógicos em formato acessível, dentre outros. Porém, há também alguns entraves, como por exemplo: o certo desconhecimento do Programa Incluir, público-alvo distinto do preconizado no documento oficial.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em pesquisas realizadas no banco de dados da Capes e Biblioteca Digital de teses.

Esses estudos apresentam algumas semelhanças: (1) a abordagem metodológica é predominantemente qualitativa; (2) o público-alvo dos estudos são principalmente os estudantes com deficiência e os gestores e (3) todos os estudos apresentaram como conclusão

que as Instituições de Ensino Superior não cumprem em sua totalidade os objetivos e metas preconizados nas legislações pertinentes, necessitando ainda que muitas barreiras sejam superadas, demonstrando dessa forma que as IFES ainda não estão preparadas para garantir a todos o acesso ao conhecimento.

Todas essas pesquisas, bem como outras que não foram citadas, com suas metodologias de estudo e suas conclusões, foram de grandiosa relevância para o desenvolvimento deste trabalho, pois auxiliaram no entendimento das políticas de inclusão nas Universidades e Institutos Federais do Brasil, assim como nas ações que foram implementadas com a finalidade de universalizar o acesso e a permanência dos alunos e servidores que tenham algum tipo de necessidade especial.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os aspectos relacionados aos procedimentos metodológicos da pesquisa. Com base na literatura especializada (Souza & Keurbauy, 2017; Moraes e Galiazzi, 2006; Bardin, 2011; Richardson, 1999; Minayo, 2005; Marconi & Lakatos, 1996; Yin, 2001; Minayo e Sanches, 1993), estruturamos a metodologia deste trabalho da seguinte forma: Aspectos éticos da pesquisa; Tipo, Local e Sujeitos da pesquisa; Coleta de dados; Análise dos dados; e Análise Textual Discursiva (ATD).

5.1 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Este estudo foi realizado de acordo com a resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual estabelece as Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (CEP/UFPE), sob o nº CAAEE 21841719.0.0000.5208, parecer nº 3.687.134.

5.2 TIPO DA PESQUISA

Com o intuito de maximizar a quantidade de informações disponíveis e melhor compreender os fenômenos investigados, o desenho de pesquisa contém a aplicação de métodos quantitativos e qualitativo, ou seja, métodos mistos. Sobre o assunto, Souza & Kerbauy (2017), ao analisar a abordagem de pesquisa quanti-qualitativa no campo da educação, argumentam que as abordagens qualitativas e quantitativas se complementam e podem ser usadas em conjunto nas pesquisas. Ao citarem Flick (2004), as autoras argumentam que com a utilização das duas técnicas em conjunto, a pesquisa fica mais enriquecedora.

Dentre as contribuições da pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa, o autor destaca: reúne controle de vieses (métodos quantitativos) com compreensão, a partir dos agentes envolvidos na investigação (métodos qualitativos); agrega a identificação de variáveis específicas (métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (métodos qualitativos); enriquece constatações obtidas sob condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência; e a validade da confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas. (FLICK, 2004, *apud* SOUZA & KERBAUY, 2017, p. 19)

Nesse quesito, foram consideradas as questões relacionadas ao perfil dos estudantes, bem como foram realizadas entrevistas cujo objetivo foi dar voz às opiniões dos sujeitos da pesquisa a respeito da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

No que se refere aos objetivos, será realizada uma pesquisa descritiva, buscando maior familiaridade com o tema proposto, detalhando as características de determinada população ou fenômeno, neste caso, os alunos com deficiência do Campus Recife da UFPE. A pesquisa também será explicativa, contribuindo para a análise de possíveis causas ou consequências advindas da intervenção do Programa Incluir na vida de seus participantes.

O estudo de caso foi escolhido como método, uma vez que contribui para o conhecimento de fenômenos organizacionais e individuais, bem como processos e programas, focalizando questões do tipo “como” e “por que”, aproximando do objetivo desta pesquisa. Com este instrumento é possível ganhar evidências qualitativas, fazer observações específicas e descrições do mundo real para proceder às avaliações (YIN, 2001).

5.3 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Campus Recife da UFPE, onde o pesquisador atua como assistente administrativo. A Universidade Federal de Pernambuco é uma instituição pública de ensino superior, pesquisa e extensão, que possui como competência institucional ministrar o ensino em grau superior, realizar pesquisa e estimular atividades criadoras no campo das ciências e das letras, ampliando os campos do conhecimento humano. Como instituição pública, suas competências são executadas por intermédio de políticas públicas para atender às necessidades dos beneficiários diretos e indiretos, estendendo o ensino e a pesquisa à comunidade, mediante cursos ou serviços especiais.

A UFPE reúne mais de 40 mil pessoas, entre professores, servidores técnico-administrativos e alunos de graduação e pós-graduação, distribuídos em três campi: Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão (UFPE, 2019).

No Campus Recife, são mais de 40 prédios, entre eles a Reitoria, nove Centros Acadêmicos, oito Órgãos Suplementares, Centro de Convenções, Concha Acústica, Clube

Universitário, Creche, Casas dos Estudantes Masculina e Feminina e o Restaurante Universitário.

5.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram divididos em três grupos:

- Discentes com deficiência;
- Docentes que tiveram em suas turmas acadêmicos com deficiência;
- Gestão do Núcleo de Acessibilidade da UFPE.

De acordo com os dados fornecidos pelo Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) da UFPE⁷, nos três Campi (Centro Acadêmico do Agreste, Centro Acadêmico de Vitória e o Campus Recife), no ano de 2018, havia um total de 458 pessoas com deficiência vinculados à UFPE, sejam eles, discentes, docentes e técnicos administrativos. Apenas no campus Recife, no ano de 2018, eram 367 alunos com deficiência vinculados à Universidade, ou seja, um pouco mais de 80% do total. A tabela 01 demonstra a distribuição desses alunos de acordo com o tipo de deficiência.

⁷ Dados obtidos através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, protocolo nº 23480003399201949

Tabela 1 - Quantitativo dos discentes de graduação do Campus Recife distribuídos de acordo com o tipo de deficiência. Dados do ano de 2018.

TIPO DE DEFICIÊNCIA	QUANTIDADE	%
Altas habilidades / Superdotação	15	4,09
Autismo infantil	5	1,36
Cegueira	21	5,72
Deficiência auditiva	67	18,26
Deficiência física	134	36,51
Deficiência intelectual	17	4,63
Deficiência Múltipla	4	1,09
Síndrome de Asperger	12	3,27
Surdez	24	6,54
Transtorno desintegrativo da infância	2	0,54
Visão Sub-Normal ou Baixa Visão	66	17,98
TOTAL	367	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo NTI/UFPE.

5.5 AMOSTRAGEM

Nesta pesquisa, o critério de recrutamento foi o de incluir na amostra alunos com deficiência do Campus Recife da UFPE. Para montar o quadro amostral, foi feita uma solicitação junto ao NACE com o pedido de disponibilização dos dados referentes ao e-mail ou telefone dos alunos com deficiência vinculados ao Campus Recife da UFPE para que fosse possível realizar os contatos com esses discentes, uma vez que eles se inscrevem como potenciais sujeitos da pesquisa.

Em resposta à solicitação, a coordenadora geral do Núcleo argumentou que não poderia fornecer os dados solicitados sem antes entrar em contato com os mesmos para consultá-los sobre a possibilidade de participarem dessa pesquisa. Passadas duas semanas após a formalização do pedido, o Núcleo de Acessibilidade disponibilizou uma lista de e-mails com apenas quinze estudantes, o que, por conseguinte, inviabilizou a montagem de um quadro de referência que possibilitasse se ter como alternativa a escolha de qualquer tipo de amostra tipicamente probabilística.

A partir dessa lista com quinze alunos com deficiência fornecida pelo Núcleo de Acessibilidade, foram enviados os e-mails para convidá-los a participar da pesquisa. Esperava-

se que todos os quinze estudantes respondessem, visto que foram indagados previamente pelo Núcleo de Acessibilidade, entretanto, apenas três alunos responderam os e-mails.

Nessas circunstâncias, e para superação desse obstáculo, o método de amostragem utilizado na pesquisa foi a do tipo “bola de neve”.

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística⁸ utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto: o “ponto de saturação”. O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994). Em outras palavras, a amostra tipo bola de neve é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. É um método muito utilizado com populações raras ou desconhecidas, onde os integrantes destas populações não foram todos identificados previamente e são mais difíceis de contatar.

Dessa forma, a partir dos três alunos iniciais, a amostra foi crescendo, até ao limite em que as novas entrevistas não traziam um acréscimo de informação determinante para os objetivos do estudo, chegando-se ao número de doze discentes com deficiência que, por sua vez, indicaram seis professores que estavam ministrando aulas para eles no período em que as entrevistas aconteceram. Dos seis professores, dois responderam aceitando colaborar com a pesquisa. A saturação da informação foi assim o critério utilizado para definir o número final de entrevistas a incluir na investigação.

Desse modo, o quadro amostral foi constituído de doze discentes com deficiência, dois professores e a coordenadora geral do NACE.

Devemos ressaltar que as considerações acerca da definição e tamanho da amostra e a validade da nossa pesquisa não se distanciam do rigor científico com que a literatura trata essa questão. Nessa concepção, Minayo et al (2005, p. 95) apresentam as seguintes características da amostragem qualitativa:

⁸ A Amostra Não Probabilística é obtida a partir do estabelecimento de algum critério de inclusão, e nem todos os elementos da população alvo têm a mesma oportunidade de serem selecionados para participar da Amostra. Este procedimento torna os resultados não passíveis de generalização (BICKMAN & ROG, 1997, *apud* Baldin & Munhoz, 2011, p.332)

- I- Considera que o tamanho da amostra é suficiente a partir da reincidência das informações, mas não despreza informações singulares;
- II- Trabalha com a noção de que os informantes sejam suficientemente diversificados a ponto de possibilitarem a apreensão de semelhanças e diferenças;
- III- Busca que a escolha do campo e dos grupos a serem observados conttenham o conjunto das experiências que se pretende captar. (MINAYO et al, 2005, p. 95)

5.6 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada no período de julho a novembro de 2019, com a finalidade de contemplar a maior diversidade de alunos com relação às deficiências assistidas pelo Núcleo de Acessibilidade da UFPE. Os dados foram coletados por meio de entrevista de forma semiestruturada.

Com relação à aplicação do questionário, este instrumento continha perguntas referentes à caracterização dos sujeitos, sendo adaptado a cada uma das categorias participantes: alunos com deficiência, professores e gestor.

Em se tratando das entrevistas semiestruturadas foi utilizado um roteiro com perguntas fechadas e abertas, sendo adaptadas a cada uma das categorias, padronizado em conformidade com o objetivo da pesquisa de modo a abranger todos os fatores que influenciam na implementação do programa Incluir na UFPE.

Com base no Documento Orientador do Programa Incluir, verificamos, no Quadro 3, os eixos centrais de análise que serviram como norteadores para montagem do roteiro das entrevistas:

Quadro 3 - Montagem do roteiro das entrevistas.

QUESTÕES	EIXOS DE ANÁLISE
<ul style="list-style-type: none"> - No processo de formação acadêmica, você precisa de algum atendimento, apoio ou serviço especializado? - A quantidade de serviços, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, atende às suas necessidades? - A frequência com que esses serviços e recursos são disponibilizados é satisfatória? - Os recursos e serviços são adequados às necessidades educacionais dos alunos com deficiência? Como você avalia a qualidade desses recursos e serviços? - Com relação a estrutura física, como você avalia o grau e a qualidade da acessibilidade dos espaços, ambientes, edificações, mobiliários, equipamentos da UFPE? - Usa algum material didático – pedagógico e/ou outros recursos para atender as demandas específicas dos discentes com deficiência? - A quantidade de serviços, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, atende as necessidades dos acadêmicos com deficiência? - A periodicidade com que esses serviços e recursos são disponibilizados corresponde ao ritmo das suas atividades docentes? - Os recursos e serviços são adequados às necessidades educacionais dos acadêmicos com deficiência? - Segundo os dados do NTL, a UFPE tem mais de 300 alunos com algum tipo de deficiência, a quantidade de recursos, serviços, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, bolsistas especializados como por exemplo os ledores, atende as necessidades dos acadêmicos com deficiência no geral? - A UFPE mantém alguma parceria ou estabelece uma rede de apoio com outras instituições que trabalham com educação numa perspectiva inclusiva? Ou vocês dependem exclusivamente dos recursos do Programa Incluir? 	Infraestrutura
<ul style="list-style-type: none"> - Com relação aos recursos, serviços, atividades, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis e apoios materializados na UFPE: São disponibilizados por qual órgão/departamento/centro acadêmico da UFPE? Como e quando teve acesso a essa informação? - Como é a atuação dos professores em sala de aula? Eles adotam metodologias adequadas para todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência? - Encontra alguma dificuldade em lecionar acadêmicos com deficiência? - A UFPE tem ofertado capacitações? - Você considera necessário algum tipo de curso de orientação/capacitação para trabalhar com discentes com deficiência? - Como os serviços e recursos oferecidos pelo NACE são divulgados no âmbito da comunidade acadêmica? - Como se efetiva o acesso e acompanhamento dos acadêmicos com deficiência a esses serviços e recursos? É apenas através das demandas deles ou existe algum tipo de processo por parte daqui do NACE para oferecer esses recursos? - O NACE recebe ou proporciona capacitações, seja ele para professores, alunos ou bolsistas? Caso afirmativo, como essas capacitações são implementadas? 	Comunicação e Informação
<ul style="list-style-type: none"> - Há planejamento de programas de atividades extra aula, como projetos de pesquisa e extensão, de modo a contemplar a todos os inseridos no processo de inclusão? 	Programas de Pesquisa e Extensão

Fonte: elaborado pelo autor, baseado no documento orientador do Programa Incluir.

Esses eixos centrais de análise foram extraídos do próprio Documento Orientador do Programa Incluir, e tem como objetivo verificar se os projetos arquitetônicos e urbanísticos do

Campus Recife da UFPE são concebidos e implementados, atendendo os princípios do desenho universal. Também permitem verificar se há a garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, se estão sendo disponibilizados materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, bem como equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras. Além dos programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de verificar se a participação nos projetos de pesquisa e extensão está sendo assegurada a todos os alunos com deficiência do Campus Recife da UFPE.

Com o objetivo de avaliar e validar o instrumento de coleta de dados foi aplicado o pré-teste com três alunos da UFPE, os quais foram escolhidos aleatoriamente. Dos três, dois alunos fizeram uma observação cada: o primeiro verificou uma possível dificuldade em entender o sentido de uma pergunta, ficando meio confuso o que de fato a pergunta queria extrair. O segundo aluno sugeriu que fosse incluído outro ponto para enriquecer a entrevista. De um modo geral, os três alunos deram um feedback positivo em relação ao entendimento das questões e formulação das perguntas. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 71), o pré-teste visa “evitar possíveis falhas ou imprecisões na redação, complexidade das questões, questões desnecessárias, constrangimentos para o informante, exaustão, etc.”. Com base nos retornos dos alunos que participaram do pré-teste, foram feitas as correções necessárias, e posteriormente foram iniciadas as entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Antes de iniciar as entrevistas, os participantes foram informados do objetivo da pesquisa, foi comunicado que a participação seria de espontânea vontade, foi dada a possibilidade de ter conhecimento do roteiro da entrevista e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram realizadas em diferentes centros e ambientes da UFPE. Todos os locais foram cuidadosamente escolhidos pelos próprios participantes de modo a preservar o maior conforto deles e manter sempre a privacidade. No que se refere ao estudante surdo, a entrevista foi mediada por uma intérprete de Libras, gentilmente cedida pelo Núcleo de Acessibilidade.

Como parte do processo, todos assinaram o TCLE, e, com a permissão dos entrevistados, foram feitas as gravações das entrevistas para posterior transcrição. Como garantia do anonimato dos participantes da entrevista, foram utilizados codinomes como forma de identificação. Com relação aos discentes, foi utilizado o nome “Discente” mais um número,

por exemplo:” Discente 01”, “Discente 02”, “Discente 12”, fechando assim o quantitativo total de alunos participantes da pesquisa. O mesmo raciocínio vale para os docentes e a gestora do NACE.

Depois de coletados, os dados foram organizados, categorizados e analisados, propiciando que fosse feita a avaliação da percepção da implementação do Programa incluir no Campus Recife da UFPE.

5.7 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os dados que foram obtidos por meio das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, foi utilizada a técnica de Estatística Descritiva Simples e a Análise Textual Discursiva, especificamente através da organização em categorias, tendo por aporte o material extraído dos depoimentos registrados.

A Estatística Descritiva Simples, com o auxílio do *Software* Microsoft Excel 2016, foi a técnica utilizada para analisar os dados obtidos através das questões fechadas, as quais foram elaboradas com base na escala tipo Likert (LIKERT, 1932). Dessa forma, havia cinco opções de resposta para investigar a concepção dos entrevistados a respeito do plano de desenvolvimento inclusivo da UFPE – Campus Recife. As opções de respostas eram as seguintes: 1) Discordo totalmente, 2) Discordo, 3) Neutro ou não sei opinar, 4) Concordo e 5) Concordo totalmente.

Para analisar as questões abertas, foi utilizada a Análise Textual Discursiva – ATD proposta por Moraes e Galiazzi (2006). Essa técnica pode ser entendida como um processo que envolve um ciclo de desconstrução, reconstrução e produção de novos entendimentos sobre os fatos. Segundo os autores supracitados, a ATD é uma abordagem metodológica mediada por duas formas “consagradas” de análise na pesquisa qualitativa: a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso. No entanto, a ATD assume um caráter específico, pois é um processo constituído por três importantes elementos: (1) a desmontagem de textos, (2) o estabelecimento de relações e, (3) a captação do emergente.

O primeiro deles, a “desmontagem de textos”, é referente aos conceitos e significados diversos possibilitados pela leitura do texto e sua interpretação. A partir do contato com toda a

produção textual que será objeto de análise do pesquisador, parte-se para a desconstrução do texto e a sua unitarização, em que os textos são separados em unidades de significado.

Depois da realização da unitarização, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise.

Nesta pesquisa as categorias foram definidas a partir do próprio documento orientador do Programa Incluir e analisadas desde a construção do quadro teórico, especificamente quando tratamos dos tipos de barreiras existentes na proposição de ambientes acessíveis.

Os quatro eixos de atuação preconizados no documento foram agregados em três categorias de análise, havendo uma junção entre os eixos Programa de Pesquisa e Programas de Extensão. Com isso, foram definidas três categorias finais: (1) Infraestrutura, (2) Comunicação e Informação e (3) Programas de Pesquisa e Extensão.

O terceiro elemento constituinte da ATD, a “captação do emergente”, é possibilitado quando ocorre a finalização da produção das categorias e se inicia um novo ciclo: o estabelecimento das relações entre as categorias para proporcionar a construção da análise e interpretação.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, são apresentados os resultados sistematizados das percepções acerca do processo de implementação do Programa Incluir na conjuntura da Universidade Federal de Pernambuco – Campus Recife, conforme a realização de entrevistas com doze alunos com deficiência, dois professores que tiveram experiências em sala de aula com alunos com deficiência e a coordenadora geral do Núcleo de Acessibilidade da UFPE. Os dados estão estruturados por meio de tabelas e análises referentes às três categorias de análise, agrupadas devido às suas características em comum. Essas três categorias foram extraídas diretamente do Documento Orientador do Programa Incluir: Infraestrutura; Comunicação e Informação; e Programas de Pesquisa e Extensão.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Foram entrevistados ao todo 15 (quinze) sujeitos, sendo 12 (doze) alunos com deficiência, 2 (dois) professores e 1 (um) gestor.

Para identificar o perfil dos alunos com deficiência, foram abordadas questões relativas ao sexo, a faixa etária, desenvolvimento de atividade remunerada, renda familiar, estado civil, curso, ano de ingresso na UFPE e tipo de deficiência. A tabela 02 expõe a caracterização dos estudantes com deficiência, conforme respostas ao questionário das entrevistas.

Tabela 2 - Caracterização dos estudantes com deficiência entrevistados.

VARIÁVEL	CATEGORIAS	FREQUÊNCIA
Sexo	Masculino	4
	Feminino	8
Faixa Etária	17-24	8
	25-34	2
	35-44	1
	Acima de 45	1
Desenvolve atividade remunerada	Sim	1
	Não	11
Renda Familiar	Até 1 salário mínimo	3
	De 1 a 2 salários mínimos	5
	De 2 a 5 salários mínimos	2
	De 5 a 10 salários mínimos	0
	De 10 a 20 salários mínimos	0
	Mais de 20 salários mínimos	0
Estado Civil	Não quis opinar	2
	Solteiro (a)	10
	Casado (a)	1
Curso	Viúvo (a)	1
	Música / Licenciatura	1
	Pedagogia	5
	Medicina	1
	Psicologia	2
	Letras/Libras Licenciatura	2
Ano de Ingresso	Administração	1
	2015	1
	2016	1
	2017	3
	2018	4
Tipo de deficiência	2019	3
	Cegueira	2
	Deficiência auditiva	1
	Deficiência física	4
	Visão Subnormal ou Baixa-Visão	2
	Deficiência Intelectual	1
	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)	1
	Deficiência Múltipla	2
Surdez	1	

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme resultados da pesquisa (2019)

Com relação à Tabela 02, verificamos que a maioria dos alunos entrevistados é do sexo feminino, com oito alunas entrevistadas e quatro alunos do sexo masculino. Observamos também uma prevalência entre os entrevistados com deficiências sensoriais (visão e audição),

totalizando seis estudantes⁹. Quatro¹⁰ entrevistados apresentam deficiência motora, um aluno apresenta deficiência intelectual e um aluno apresenta Transtorno de Déficit de Atenção com hiperatividade (TDAH).

Esses aspectos corroboram as informações do Censo 2010 no que diz respeito a dados sobre gênero e tipologia das deficiências dos entrevistados, ou seja, entre os indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência, a maioria é do sexo feminino e no que se refere aos tipos de deficiência, a maioria apresenta necessidades sensoriais, sobretudo visuais. (IBGE, 2012).

Com relação à faixa etária, oito alunos com deficiência estão na faixa de idade de 17 a 24 anos. Dois alunos estão na faixa dos 25 a 34 anos. Um aluno tem entre 34 a 45 anos e outro tem mais de 45 anos.

Dos doze alunos entrevistados, apenas um desenvolve uma atividade remunerada, o que pode ser justificado pela grande dificuldade que eles têm para tentar conciliar os estudos com o mercado de trabalho. Além do fator tempo, muitas vezes as empresas ainda não têm estrutura física para receber os alunos com deficiência. De acordo com Lobato (2009), há uma grande dificuldade dos empregadores em contratar pessoas com deficiência, pelo fato de necessitarem de fazer adaptações no ambiente físico da empresa, como por exemplo: a construção de rampas, adequação de banheiros, colocação de elevadores para viabilizar o acesso aos diversos espaços da empresa, ter transcrições em braile, ter a disponibilidade de intérpretes em Libras, entre outros fatores.

Quando questionados sobre a renda familiar, os dados constantes na Tabela 02, evidenciam que três alunos entrevistados tem renda familiar de até um salário mínimo, cinco alunos têm entre um e dois salários mínimos de renda, dois discentes informaram que têm de três a quatro salários mínimos e outros dois alunos não se sentiram à vontade para opinar sobre essa temática.

Conforme a Resolução nº 02/2016-CADM (Conselho de Administração), que regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pernambuco e considerando que o acesso a grande parte das bolsas distribuídas pela UFPE vincula-se ao

⁹ Incluindo os dois alunos com deficiência múltipla (motora e visual), o número vai para oito.

¹⁰ Incluindo os dois alunos com deficiência múltipla (motora e visual), o número vai para seis.

critério socioeconômico dos acadêmicos, supõe-se que ao menos três dos discentes com deficiência que participaram da pesquisa se encontram na faixa de renda familiar per capita que dá a condição de pleitear uma bolsa de assistência estudantil da UFPE, como podemos verificar no Quadro 4, dado que em 2019, ano da realização das entrevistas, o salário mínimo era de R\$ 998,00.

Quadro 4 - Limite Financeiro dos programas e auxílios da política de assistência estudantil (PAE) po faixa de renda familiar "per capita".

Níveis dos Programas e Auxílios da PAE	Faixa de Renda Familiar “per capita” (R\$)		Limite Financeiro dos Programas e Auxílios da PAE ¹¹ (R\$)	
	DE	ATÉ	Campus Recife	Campi Agreste e Vitória
Nível 1	990,01	1320,00	100,00	200,00
Nível 2	660,01	990,00	200,00	300,00
Nível 3	330,01	660,00	300,00	500,00
Nível 4	0,00	330,00	400,00	700,00

Fonte: Resolução nº 02/2016-CADM/UFPE

Os cursos frequentados pelos alunos entrevistados são variados. Destaca-se, entre eles, o curso de Pedagogia, com cinco alunos; seguidos pelos cursos de psicologia e letras / Libras, com dois alunos cada um. Os demais cursos (música, medicina e administração) contam com um aluno entrevistado cada.

Do quadro amostral, nos dados referentes aos anos de ingresso dos alunos não foi verificada uma variação grande. O ano de 2018 registrou o maior número de ingressantes, com quatro alunos entrevistados, seguidos dos anos de 2017 e 2019, com três discentes e um aluno em 2015 e em 2016.

As características analisadas dos alunos com deficiência entrevistados no Campus Recife da UFPE contribuem para a análise dos serviços e suporte ofertados pelo Programa Incluir e o Núcleo de Acessibilidade, não obstante as muitas dificuldades identificadas no decorrer da dissertação, expostas nas próximas etapas.

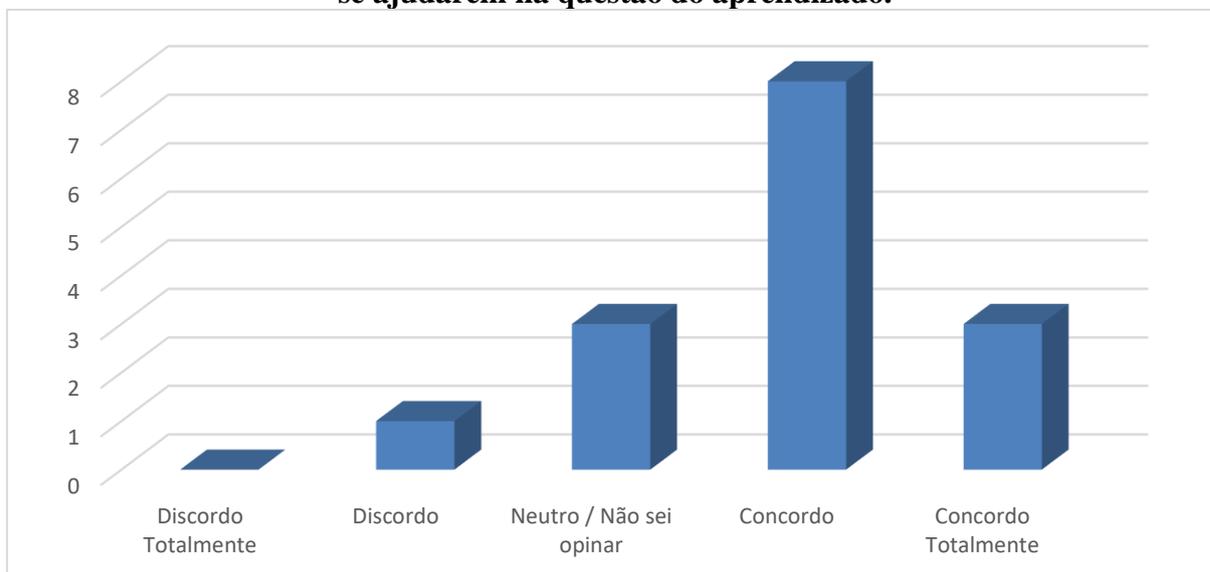
¹¹ Os limites financeiros máximos dos campi Agreste e Vitória diferem do campus Recife em consequência do valor do transporte intermunicipal, da inexistência de Restaurante Universitário e da inexistência da Moradia Estudantil.

6.2 CONCEPÇÕES A RESPEITO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO INCLUSIVO

Com relação ao ambiente inclusivo no Campus Recife da UFPE, foram apresentadas dez afirmativas aos quinze sujeitos da pesquisa com o objetivo de que eles expusessem os seus respectivos graus de concordância com a referida afirmação. Para tanto, foi pedido que escolhessem uma alternativa, baseados numa escala tipo Likert, que variava de 1 a 5, representando os seguintes graus de concordância: (1) discorda totalmente, (2) discorda, (3) neutro ou não sabe opinar, (4) concorda, (5) concorda totalmente.

A afirmativa **“Os alunos se ajudam na questão do aprendizado”** teve como objetivo saber se os colegas de turma têm a concepção de que são parte importante dentro do processo de acessibilidade. É de suma importância que todos os alunos compreendam a diversidade que os cerca e que eles são, também, responsáveis pela transformação do seu ambiente. Nesse ponto, verificamos que há uma maior concordância sobre o tema, pois oito entrevistados concordaram com a afirmação e outros quatro concordaram totalmente. Apenas um participante discordou da afirmação, como podemos verificar no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião a respeito dos alunos se ajudarem na questão do aprendizado.

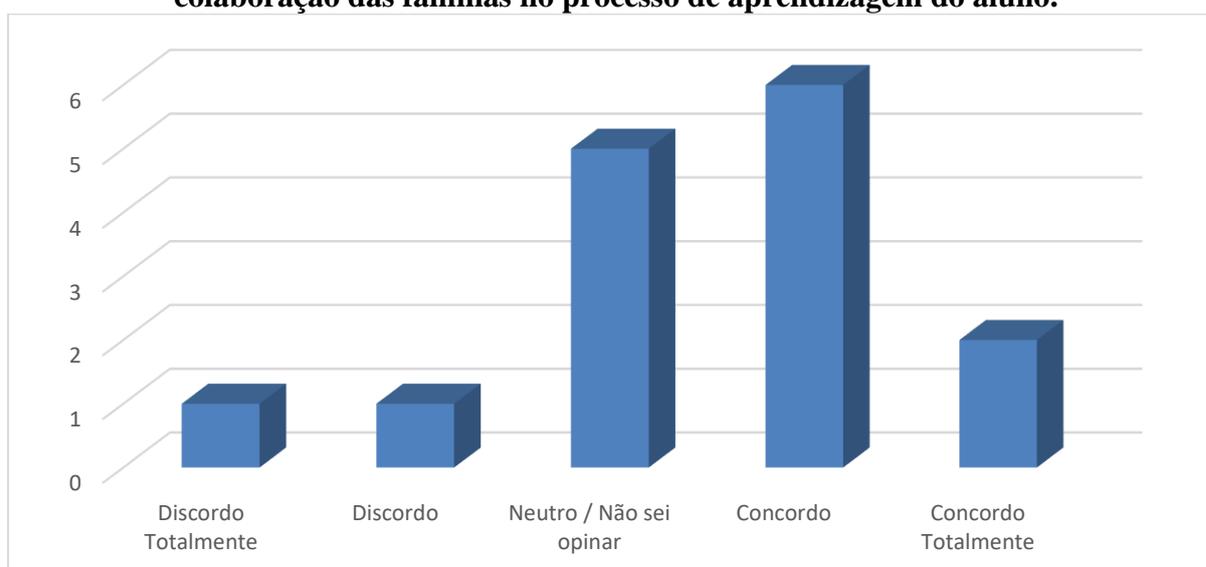


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A afirmativa **“As famílias colaboram com o processo de aprendizagem do aluno com deficiência”** teve como objetivo saber se há uma colaboração ativa por parte das famílias dos

alunos com deficiência. Para Marques (2007), a acessibilidade na escola também depende da colaboração dos pais. Segundo a autora, a presença da família na fase de adaptação e em atividades específicas pode ser muito benéfica. Afinal, pessoas que convivem diariamente com o aluno conhecem seus hábitos, manias e principais dificuldades e podem colaborar de forma efetiva no processo educacional. Nesse ponto, verificamos que há uma maior concordância sobre o tema, pois seis entrevistados concordaram com a afirmação e outros dois concordaram totalmente. Outro ponto relevante é a falta de informações por parte de cinco entrevistados para poder opinar a respeito da afirmação. Apenas um participante discordou da afirmação, e outro discordou totalmente, como podemos verificar no Gráfico 3:

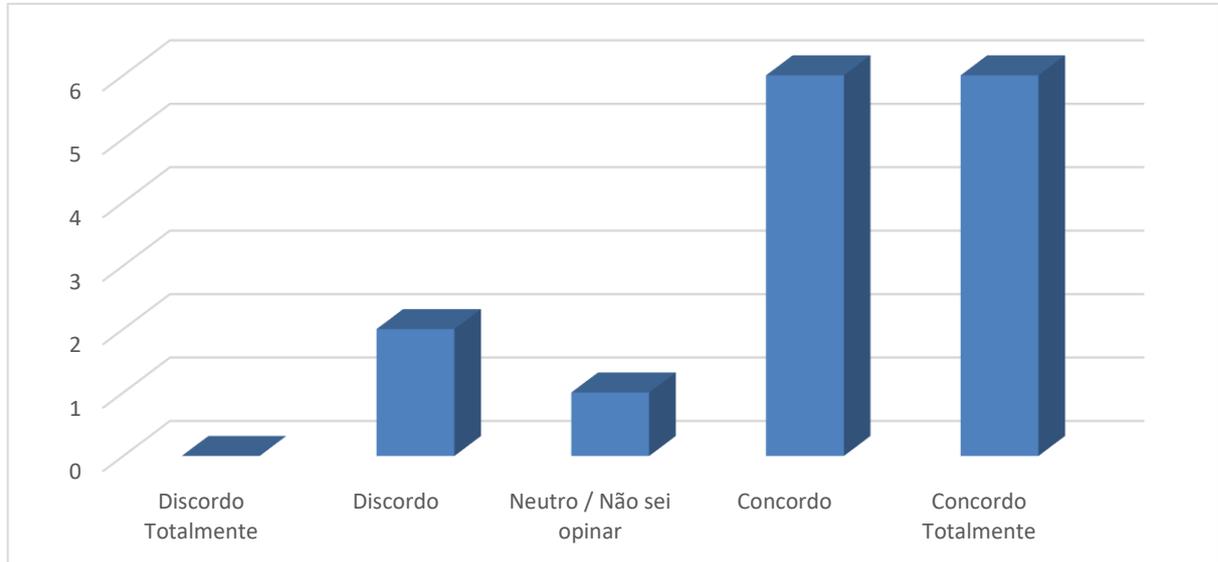
Gráfico 3 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião a respeito da colaboração das famílias no processo de aprendizagem do aluno.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

É de fundamental importância ter a consciência de oferecer ao aluno um ambiente universitário que dê prioridade e estimule o respeito à diversidade, atuando na formação de cidadãos mais bem-educados, empáticos e respeitosos a ponto de se preocuparem com outros, tendo espírito de coletividade. A afirmativa “**Funcionários e alunos se respeitam no ambiente universitário**” teve como objetivo saber se há uma relação de respeito entre os alunos e funcionários da UFPE. Nota-se nesse ponto que há uma maior concordância sobre o tema, pois seis entrevistados concordaram com a afirmação e outros seis concordaram totalmente. Apenas dois entrevistados discordam da afirmação, como verificamos no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente ao respeito mútuo entre funcionários e alunos no ambiente universitário.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

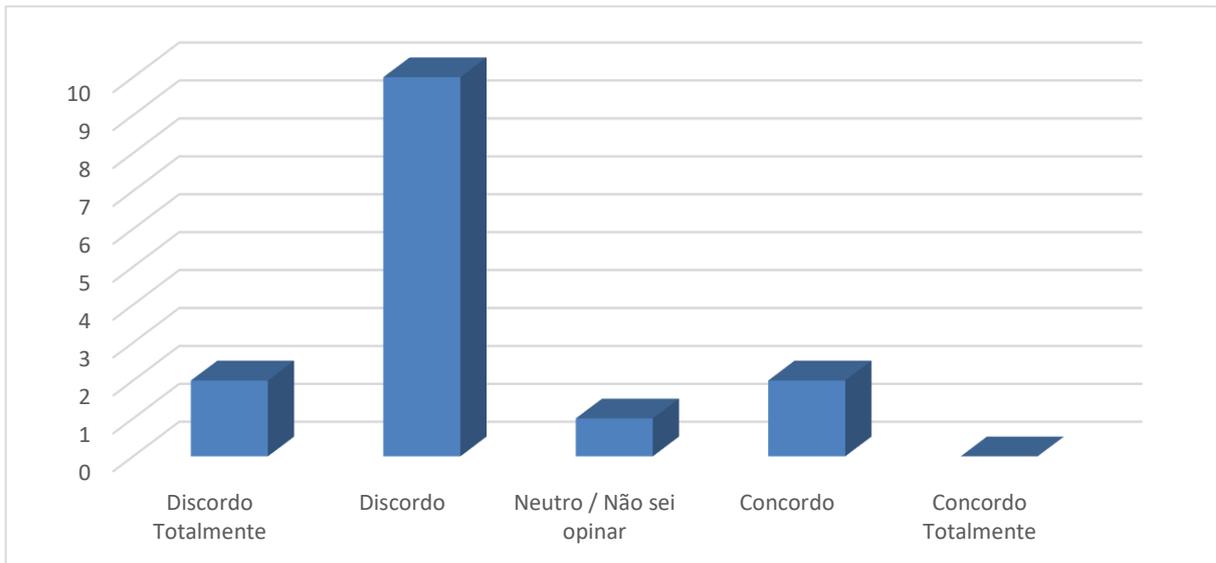
A afirmativa “**A UFPE é um modelo de cidadania democrática**” teve como objetivo saber se há uma participação ativa nas atividades do cotidiano por parte de todos os membros da comunidade acadêmica, sem que haja impedimentos, quaisquer que sejam.

Ferreira (2016) afirma que para ser cidadão ou cidadã, cada pessoa única e singular, precisa conviver com toda a sociedade, o que nos leva à conclusão que não existe cidadania sem que haja participação de cada indivíduo na dinâmica do dia a dia. Ainda segundo o autor,

[...] se uma pessoa considerada “normal” tem o direito de atravessar uma rua sem nenhum impedimento, uma pessoa com deficiência deve gozar deste mesmo direito e, para que isto ocorra, devem ser implementadas as devidas modificações necessárias do espaço físico, não somente por uma questão de solidariedade, mas, sobretudo, pelo dever de se garantir a igualdade de direitos a todos. (FERREIRA, 2016, p. 121)

Nota-se nesse ponto que há uma maior convergência sobre o tema, pois dez entrevistados discordaram da afirmação e dois discordaram totalmente. Apenas dois entrevistados concordam com a afirmação, como verificamos no Gráfico 5:

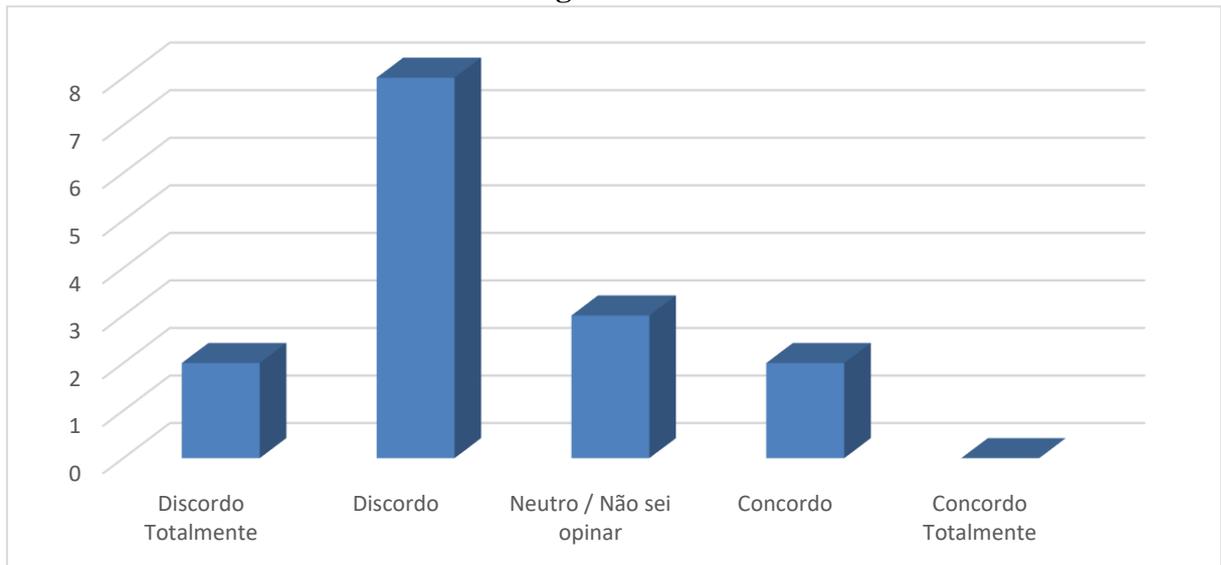
Gráfico 5 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente a UFPE ser um modelo de cidadania democrática.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A afirmativa **“Todos os alunos são igualmente valorizados, independentemente se tem deficiência ou não”**, teve como objetivo saber se os todos os alunos são valorizados igualmente, independentemente de suas necessidades individuais. Nota-se nesse ponto que há uma maior convergência para a discordância da afirmação, pois oito entrevistados discordaram e dois discordaram totalmente. Dois entrevistados concordam com a afirmação e outros três não opinaram, como verificamos no Gráfico 6:

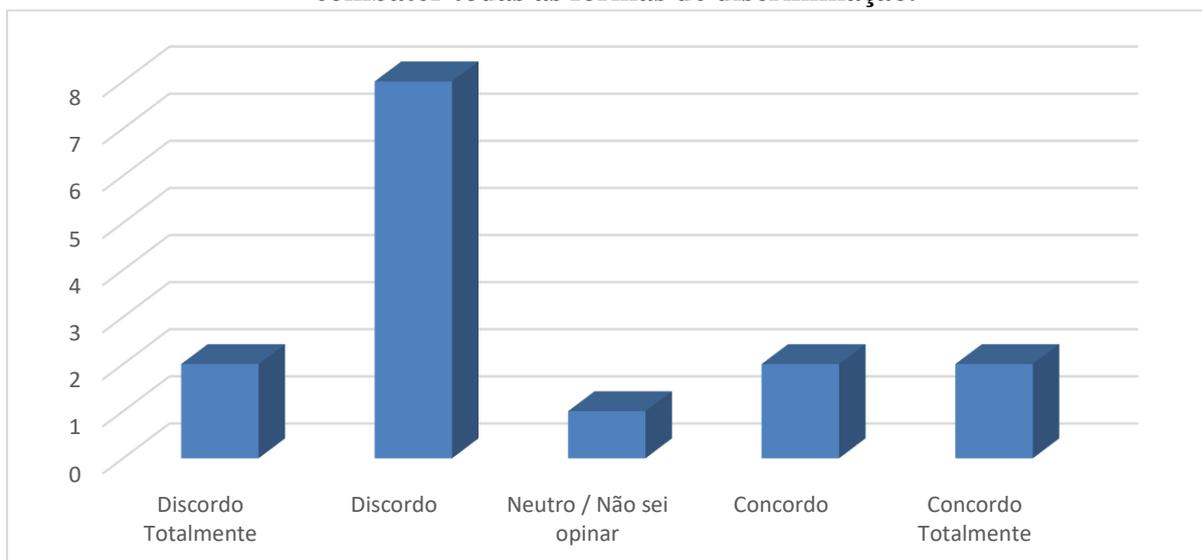
Gráfico 6 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente a todos os alunos serem igualmente valorizados.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A afirmativa “**A Universidade combate todas as formas de discriminação**” teve como objetivo saber se os alunos deixam de fazer aquilo que eles desejam pela falta de apoio ou acolhimento por parte da Universidade. Nesse quesito há uma maior convergência para a discordância da afirmação, pois oito entrevistados discordaram e dois discordaram totalmente. Dois entrevistados concordam com a afirmação e outros dois concordaram totalmente, como verificamos no Gráfico 7:

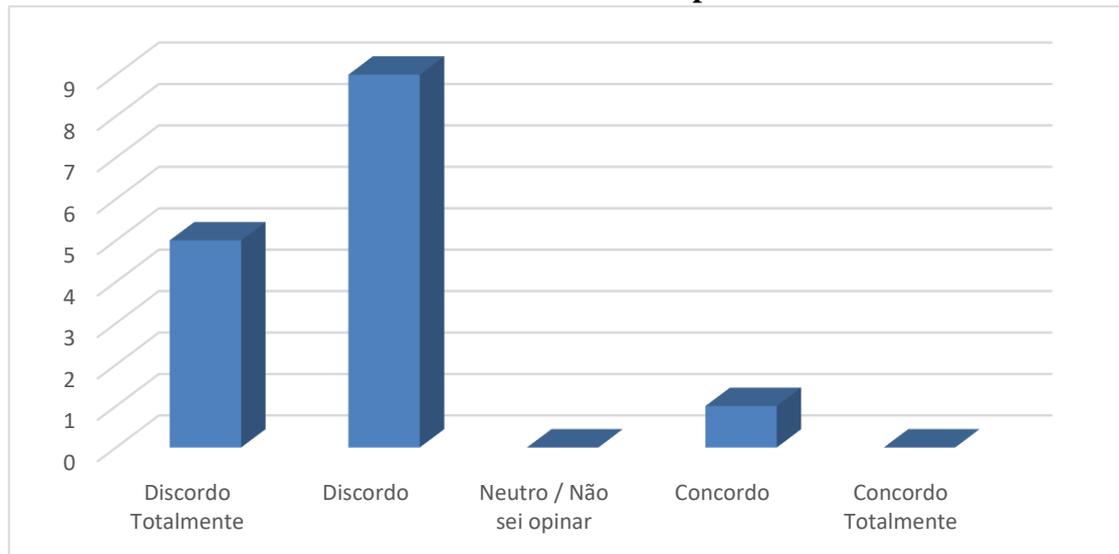
Gráfico 7 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente à UFPE combater todas as formas de discriminação.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Conforme a lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, foi indagado aos sujeitos da pesquisa qual a concepção deles a respeito da seguinte afirmativa: **“A estrutura física da UFPE é acessível a todas as pessoas, propiciando apoiar a participação de todos”**. Essa afirmação teve uma grande convergência das respostas para a discordância. Nesse quesito há uma maior convergência para a discordância da afirmação, pois nove entrevistados discordaram e cinco discordaram totalmente. Apenas um entrevistado concordou com a afirmação, como verificamos no Gráfico 8:

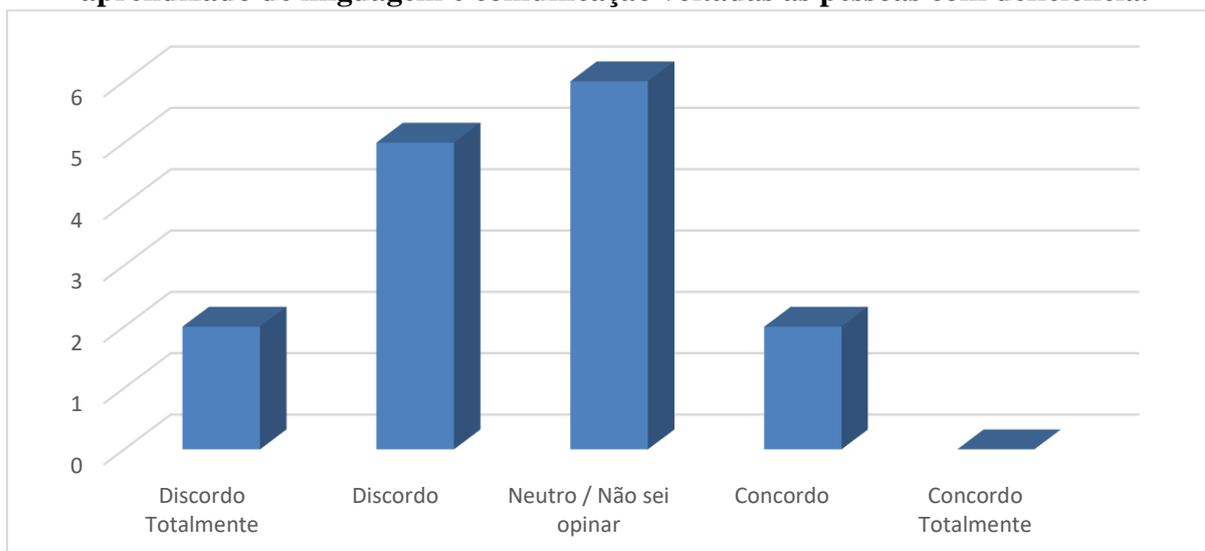
Gráfico 8 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente à estrutura da UFPE ser acessível a todas as pessoas.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A afirmativa **“Os alunos aprendem linguagem e comunicação voltadas às pessoas com deficiência e suas respectivas tecnologias”** teve como objetivo saber se a UFPE tem ofertado disciplinas voltadas à comunicação com as pessoas com deficiência. Nesse ponto há uma predominância de uma posição neutra ou de falta de informação disponível com relação a tal afirmação, pois seis entrevistados escolheram essa opção. Cinco entrevistados discordaram e dois discordaram totalmente da afirmação, ou seja, para esses alunos, a UFPE tem falhado na oferta de disciplinas que estimulem a comunicação com pessoas que tenham algum tipo de deficiência, sobretudo os que têm deficiência auditiva. Outros dois alunos concordaram com a afirmação, como verificamos no Gráfico 9:

Gráfico 9 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente ao aprendizado de linguagem e comunicação voltadas às pessoas com deficiência.



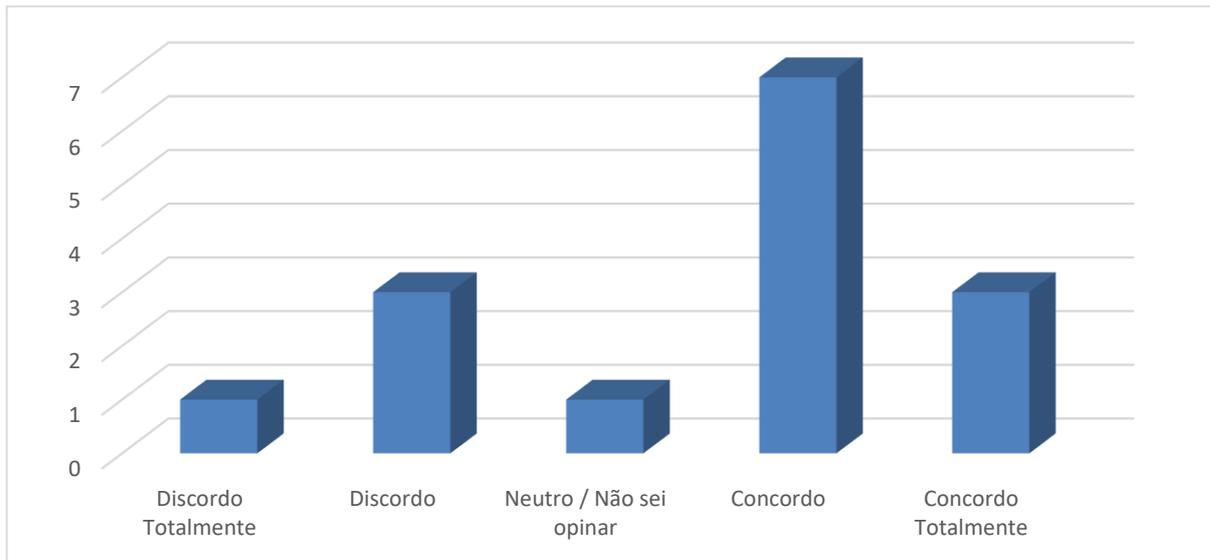
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

De acordo com Castanhos e Freitas (2006), diante das dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência que frequentam o ensino superior, é indispensável que a universidade ofereça uma educação de qualidade, pois antes de lhes ser garantido um direito, plenamente reconhecido, é um dever do estado implementar ações que favoreçam não só seu ingresso, como sua permanência e saída do ensino superior.

A afirmativa “**Na estrutura curricular estão inseridas temáticas voltadas à inclusão**” teve como objetivo ter conhecimento se estão sendo abordadas temáticas de inclusão e acessibilidade para a pessoa com deficiência na UFPE. Neste sentido, estas temáticas poderiam contribuir para dar um panorama do que tem sido desenvolvido com vista à inclusão e podem apontar caminhos para a mudança no projeto de organização universitária e na prática pedagógica dos professores que atuam no Ensino Superior.

Nesse quesito há uma maior confluência com a concordância da afirmação, pois sete entrevistados concordaram e três concordam totalmente. Outros três discordaram, e um entrevistado discordou totalmente da afirmação, enquanto apenas um entrevistado ficou neutro ou não quis opinar com relação à afirmativa, como verificamos no Gráfico 10:

Gráfico 10 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente à inserção de temáticas voltadas à inclusão na estrutura curricular.

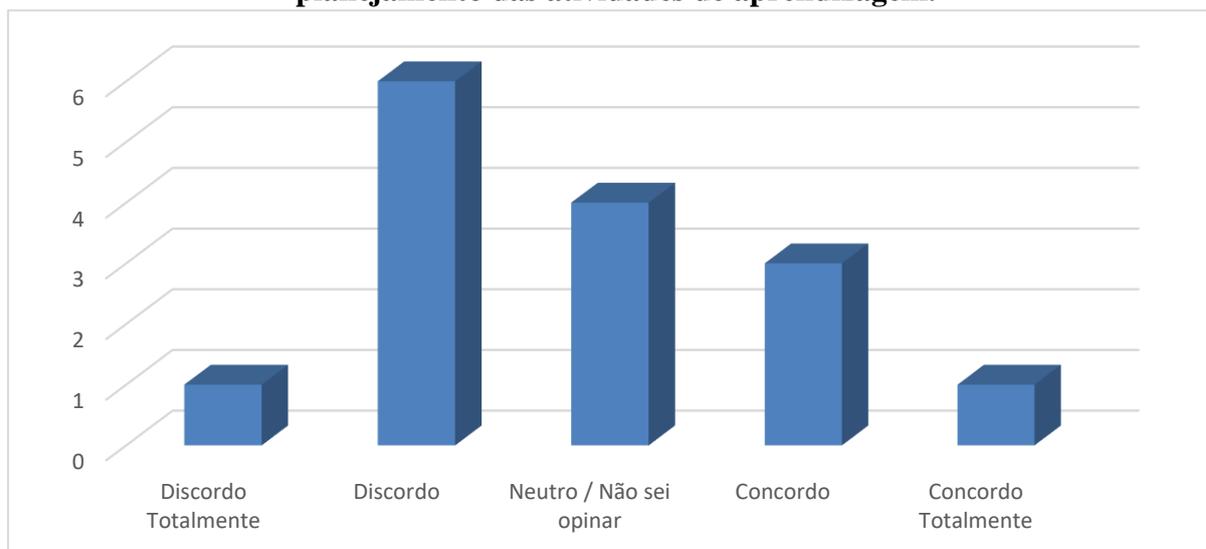


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Alguns alunos com deficiência, de acordo com o seu grau de limitação, seja ela física ou intelectual, podem sentir dificuldade para ler, escrever, se locomover ou até mesmo para interagir com os colegas. Para Martins (2010), as escolhas de atividades, estratégias e metodologias de aprendizagem adequadas, com a utilização da tecnologia como ferramenta de inclusão, se torna útil para estimular o aprendizado e permitir que todos os alunos participem das atividades propostas.

A afirmativa “**As atividades de aprendizagem são planejadas tendo em mente todos os alunos**” teve como objetivo saber se a UFPE e o corpo docente planejam as atividades de modo a contemplar todos os alunos, sejam eles com deficiência ou não. Nesse quesito há uma maior confluência para a discordância da afirmação, pois seis entrevistados discordaram e um discordou totalmente. Quatro entrevistados não souberam opinar e outros três concordaram, enquanto apenas um entrevistado concordou totalmente, como verificamos no Gráfico 11:

Gráfico 11 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa quanto à opinião referente ao planejamento das atividades de aprendizagem.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A análise revelou um certo grau de congruência entre as respostas dos entrevistados com relação às seguintes afirmações: “Os alunos se ajudam entre si na questão do aprendizado”, “Os pais/responsáveis colaboram com o processo de aprendizagem” e “Funcionários e alunos se respeitam”. Boa parte dos sujeitos da pesquisa que concordaram ou concordaram totalmente com a primeira afirmação, tendiam a concordar ou concordar totalmente com as duas afirmações subsequentes, o que pode ser um indicativo que há uma ativa colaboração na participação no processo de aprendizagem e um respeito mútuo na UFPE, seja por colegas de turma, familiares e funcionários, sendo fatores de extrema importância e que ajudam eliminar possíveis preconceitos que possam existir na Instituição. Além do mais, a afirmação que tratou do respeito entre funcionários e alunos foi a afirmação mais evidente, a que mais teve avaliação positiva dentre as colocadas.

Outro quesito que ficou latente na análise foi que a maioria dos sujeitos da pesquisa que discordaram ou discordaram totalmente da afirmação “A Universidade é um modelo de cidadania democrática” tendiam a discordar ou discordar totalmente com as afirmações “Todos os alunos são igualmente valorizados, independentemente se tem deficiência ou não”, “A Universidade combate todas as formas de discriminação” e “A estrutura física da UFPE é acessível a todas as pessoas, propiciando apoiar a participação de todos”. Esses fatores podem ser um indicativo de que a UFPE ainda necessita de mudanças e adequações nas estruturas para evitar que o aluno com deficiência se torne um “excluído no interior”, ou seja, alguém que “está

dentro, mas permanece fora”. Além do mais, a afirmação “A estrutura física da UFPE é acessível a todas as pessoas, propiciando apoiar a participação de todos” foi a que recebeu mais avaliações de discordâncias, o que pode ser um indicador de que a UFPE ainda careça de variadas adaptações na estrutura física dos centros acadêmicos e espaços de circulação.

Por fim, a análise mostrou que a afirmação “As atividades de aprendizagem são planejadas tendo em mente todos os alunos” teve a maior variedade de respostas, mas ainda assim, teve como resposta predominante a discordância com a afirmação. Outro ponto a se destacar é que quem discordou ou discordou totalmente com a afirmação supracitada, tendeu a discordar ou discordar totalmente com a afirmação “Os professores desenvolvem metodologias adequadas de aprendizagem para todos os alunos”. Esse fator pode indicar a necessidade de uma possível readequação na forma de atuação de alguns docentes, na forma como os professores mostram os caminhos para o conhecimento de modo a proporcionar a inclusão educacional na Universidade.

Dos fatores extraídos acima, se fez necessário que alguns pontos fossem explicados e exemplificados pelos sujeitos da pesquisa, de modo a fundamentar tais avaliações. Desse modo, algumas perguntas, de ordem aberta, contemplavam analisar a percepção dos entrevistados a respeito do ambiente inclusivo do Campus Recife da UFPE. Essas perguntas, como dito anteriormente, são relacionadas às seguintes categorias de análise: Infraestrutura, Comunicação e Informação e Programas de Pesquisa e Extensão. Então, vamos a elas.

6.3 INFRAESTRUTURA

Um dos principais objetivos do Programa Incluir foi a criação dos Núcleos de Acessibilidade nas IFES estruturados em eixos, como foi apresentado no capítulo 3. Esses Núcleos tem como função primordial a constituição de uma gama de ações de acessibilidade para que as barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e informação sejam minimizadas, com a finalidade de que se ofereçam requisitos para o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos estudantes com deficiência.

Dentre os eixos que compõem o campo de atuação dos Núcleos de Acessibilidade, está o de infraestrutura, que é apontado para solucionar questões no que diz respeito às barreiras arquitetônicas e urbanísticas das Instituições, ou seja, as obstruções e obstáculos físicos existentes nas vias e nas edificações.

Para identificação e avaliação das barreiras arquitetônicas dentro do Campus Recife da UFPE, foram utilizados os relatos dos estudantes entrevistados. Ao mesmo tempo, foi necessário conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo NACE para minimizar e eliminar essas barreiras. Para melhor compreensão da análise, a categoria Infraestrutura foi dividida em três subcategorias de análise: Acessibilidade física e estrutural; Obstáculos e insegurança nos espaços de circulação; Sinalização.

6.3.1 Acessibilidade física e estrutural

Com relação à acessibilidade física e estrutural, dentre os relatos dos sujeitos entrevistados, foram constatados problemas de pavimentação inadequada das vias e calçadas em péssimo estado de conservação, como podemos verificar no relato do Discente 05:

(A infraestrutura) é péssima, desde que descemos no ônibus a gente vê as dificuldades, a falta de mobilidade, as calçadas de lá pra cá são péssimas, principalmente para cadeirantes. É inacessível. Eu não sou cadeirante, mas tenho um problema no pé que pra passar aqui nessa calçada cheia de buracos, desniveladas, é muito complicado, tem que andar devagarzinho pra não cair. Imagina uma pessoa que tem deficiência física, cadeirante, um idoso andar nessas calçadas. Sem contar que quando chove, enche de água e fica horrível pra passar, é um absurdo. Tem muito a melhorar. (DISCENTE 05)

Segundo o relato acima, verifica-se que, no Campus Recife da UFPE, há problemas de locomoção. De acordo com o entrevistado, fica constatada uma falta de mobilidade dentro do Campus Recife, sobretudo devido a problemas de conservação das calçadas.

Esse problema se agrava quando essa mesma falta de conservação nas calçadas, pode ocasionar um acidente que coloque a saúde em risco de quem precisa transitar pelo Campus, como bem relatou o Docente 01:

Você anda pela Universidade e rapidamente já identifica que as calçadas não estão em boas condições para um cadeirante andar tranquilamente, muitas vezes eles têm que ir para a via dos carros para poder ter acesso a um determinado centro, podendo ocorrer um acidente gravíssimo. Como por exemplo eu vi essa semana um aluno que saiu do CCSA (Centro de Ciências Sociais Aplicadas) e ia em direção à Biblioteca central na via onde passam os carros, na contramão, depois que eu fui reparar que a calçada estava com um obstáculo no qual ele não conseguiria passar. Infelizmente essa é a realidade. (DOCENTE 01)

Infelizmente, andar por calçadas desniveladas, com buracos ou ser obrigado a andar no meio da rua, são cenas comuns em grande parte das cidades do Brasil, e, com base nos relatos acima, o Campus Recife da UFPE não foge a essa realidade. O que pesa é que para as pessoas

com deficiência, especialmente os cadeirantes, a situação é mais difícil, uma vez que estão mais vulneráveis a acidentes.

Outro ponto relatado, e que gera um pouco de aflição por parte de dois entrevistados, é em relação ao estado dos corrimões em alguns centros. Devido a alguns estarem em condições de uso precárias, a integridade física dos alunos e até mesmo a vida deles podem estar em risco.

O CFCH é um prédio que funciona academicamente, mas não deveria. A questão do apoio nas escadas, pra quem tem deficiência visual como eu, o apoio é necessário. Eu mesmo já caí da escada. Eu estava descendo de escada por que o elevador estava com problemas, e acabei pisando em falso, fui me apoiar no corrimão e ele não estava tão firme, tinha o corrimão, mas era um corrimão velho, daí que eu caí e bati o joelho. Depois disso eu vivo convivendo com as dores no joelho até hoje. (DISCENTE 12)

Quando eu entrei na UFPE, eu estava com fobia altura, eu estava tendo dificuldade de andar ali pelo CCS, tinha uma barra que ficava no corredor que liga dois pontos do prédio, eu achava ela muito baixa e o pior é que tinha lugares dessa barra que estavam moles. Pra mim, que as vezes preciso me apoiar pra andar, era uma dificuldade muito grande, além do perigo, eu achava que poderia ser que eu apoiasse e a barra se soltasse. (DISCENTE 06)

No que diz respeito às edificações, dois discentes entrevistados evidenciaram a falta de uma adaptação adequada nos banheiros, o que pode vir a acarretar muitos prejuízos para alguns alunos, sobretudo aqueles que tem uma condição mais severa de mobilidade. Verificamos essas condições citadas nos relatos abaixo:

Outra coisa é o banheiro, o banheiro que eu posso usar é o daqui da pós-graduação que dá pra entrar com a cadeira e tem barra. Mas é o único. E pra chegar lá, no meio tem uma grade de trilho, então aquele trilho tem que ter todo o cuidado, tem que ir de costas, puxar e passar por cima do trilho. O outro banheiro perto das salas tem barra, mas não é pra cadeirantes.” (DISCENTE 03)

[...] Uma questão que foi muito chocante [...] foi a questão do banheiro. Tem o banheiro adaptado para cadeirante, não posso dizer que não tem, mas não para cadeirantes, no plural, porque existem especificidades dentro das deficiências, e no meu caso, o banheiro geral que tem para cadeirante é apenas um espaço maior que pode circular com a cadeira de rodas e uma barra onde o cadeirante pode se apoiar e fazer suas necessidades.[...] Eu preciso de uma espécie de maca como se vê por exemplo, nos fraldários infantis, e isso não tinha no banheiro, então ficava desesperada, porque ou eu vinha pra aula e voltava mais cedo ou acontecia um acidente de percurso e interfere totalmente na aula, eu não conseguia me concentrar na aula, eu não conseguia ficar na sala, porque isso podia afetar o ambiente. Tudo isso por falta de estrutura e por achar que todo cadeirante é igual. Então quem me ajudou a resolver esse problema é uma funcionária daqui do Centro de Educação, que conversou com o pessoal da infraestrutura e eles fizeram uma adaptação improvisada. Na verdade, eles cortaram e serraram uma tábua e fizeram uma adaptação. [..]. Me disseram assim: você vai ter que aceitar o improvisado porque o oficial da instituição vai demorar, só que já tem mais de seis meses isso e não resolveu. [...]. O que acontece, as vezes eu arranho a perna, porque se fosse uma adaptação adequada, seria feito de cimento, ou de madeira apropriada. (DISCENTE 08)

O que podemos extrair desses relatos é que existem pessoas com deficiências, sobretudo os cadeirantes, com diversas especificidades, e todos requerem adaptações específicas para conseguirem realizar, com tranquilidade, suas atividades cotidianas. Infelizmente, em muitos lugares, sejam eles públicos ou privados, quando se constroem banheiros adaptados para pessoas com deficiência, geralmente só se lembram dos cadeirantes com a perda ou limitações de movimentos nas pernas, e se esquecem de que existem deficiências diversas, cada uma com especificidades diferentes.

Infelizmente, muitas pessoas hesitam em sair de suas casas e em ter uma vida social ativa, pois se preocupam em como fazer suas necessidades fisiológicas fora de suas residências sem constranger outras pessoas do ambiente. Para o Discente 08, utilizar o banheiro do Centro em que estuda na UFPE pode ser estressante e constrangedor. Dessa forma, a disponibilização de uma adaptação mais adequada para suas necessidades pode ser a chave para aumentar a sensação de bem-estar.

Ainda no que diz respeito às edificações, um aluno evidenciou a falta de manutenção em elevadores, o que acaba gerando um desconforto muito grande por parte dos cadeirantes e alunos com mobilidade reduzida.

O que eu posso dizer é o seguinte: demole tudo e constrói novamente. Basicamente isso. A gente está no CFCH, é um local que está cheio de escadas. São quinze andares de escadas. Já desci subi isso tudo de escada porque não é incomum os elevadores daqui ficarem inutilizados. É terrível. Quando funciona, normalmente só pega um, e os alunos cadeirantes? E aí? A gente tem um térreo, mas o que tem aqui no térreo? Tem a recepção, a biblioteca, o auditório e o banheiro que basicamente ninguém usa, que tenho minhas dúvidas se um cadeirante entra. A gente não tem salas de aula no térreo, só do primeiro andar pra cima. Fora do CFCH também é problema geral, no NIATE, que a gente tem aquelas escadas enormes, qualquer NIATE na verdade. Tem aquele elevador que é lentíssimo, as vezes nem funciona. Quando tenho aula no CAC, tem apenas um elevador que as pessoas nem sabe que aquele elevador existe, a pessoa tem que solicitar pra funcionar, e é toda uma complicação. Teve um dia que eu subi pra ter aula no segundo andar do CAC morrendo de dor no meu joelho e o elevador lá sem funcionar. No CAC, até onde eu sei, não pode usar o elevador se não for cadeirante. Eu consigo subir escada, mesmo com dores, mas vejo pessoas que não conseguem. (DISCENTE 02)

Esse relato do Discente 02 também foi ratificado pelos depoimentos abaixo do Docente 02 e do Gestor 01:

O CFCH possui 3 elevadores que logo na entrada você verifica, mas vez ou outra forma-se uma fila enorme para acessá-los, isso normalmente acontece porque eles sempre vivem quebrando, e em 80% do tempo, apenas um elevador funciona. A questão é que o prédio tem 14 andares, se eu não me engano, e se o elevador quebra, o transtorno é enorme, as pessoas têm que descer muitos andares de escada. E quem

é cadeirante? Quem tem mobilidade reduzida? Quem é idoso? Quem é cego? Fica como? (DOCENTE 02)

A gente ainda tem elevadores com problemas, o daqui mesmo da biblioteca central está desativado faz tempo. Somos um Núcleo de Acessibilidade, onde recebemos diariamente alunos das mais variadas deficiências, dentre eles alunos com mobilidade reduzida e cadeirantes. Acho que é mais falta de prioridade mesmo, porque a gente tem profissionais bons, nós temos muitas informações e pessoas habilitadas tem, agora deveriam pensar uma pauta de prioridade pra isso. (GESTOR 01)

Uma única discente apontou que a infraestrutura do Campus Recife da Universidade era boa. Foi relatado que os prédios novos que foram construídos no Campus Recife da UFPE, e também os que ainda estão em obras, estão mais adequados no quesito da acessibilidade, e que a Universidade tem feito melhorias na infraestrutura que resultem numa melhor qualidade de acesso por parte das pessoas com deficiência. Porém, por mais que ela tenha essa concepção, a aluna não descartou que algumas estruturas precisariam ser revistas e melhoradas:

Elas são boas, principalmente os prédios novos, verificamos também que estão sendo feitas algumas reformas pontuais para melhorar a questão da acessibilidade. Mas não dá para descartar o fato de que há negligências quanto ao cuidado com essas estruturas físicas, principalmente nas edificações mais antigas, o que prejudicam o seu desempenho e reduz a qualidade delas, a exemplo, temos os elevadores da biblioteca central que há meses está interditado e os banheiros que se encontram alguns em situação onde é impossível utilizar. São detalhes como esses que precisam receber um pouco de carinho, cuidado e também respeito de todos na UFPE. (DISCENTE 07)

Para os sujeitos entrevistados, a falta de acessibilidade impõe barreiras e obstáculos para além da esfera pedagógica, ou seja, além de enfrentarem a intensa rotina de aulas, trabalhos e provas, os alunos com deficiência, sobretudo os que tem deficiência física e visual, têm que enfrentar as barreiras de infraestrutura impostas em seus caminhos.

6.3.2 Obstáculos e insegurança nos espaços de circulação

Com relação aos obstáculos encontrados nos espaços comuns de circulação, houve explicações com relação às mudanças nos posicionamentos de objetos nos espaços coletivos dos centros, principalmente quando se tem algum evento, o que acaba gerando algum risco físico, sobretudo aos alunos com deficiência visual, pois estes usam a memorização dos obstáculos para se locomoverem com mais facilidade, além das dificuldades de locomoção por parte dos cadeirantes, tendo que manobrar mais vezes com a cadeira para poder passar por determinado lugar.

[...] a questão de deixar as coisas espalhadas no meio dos lugares, aqui acontece muito disso. Aqui no CAC sempre tem exposição, e sempre é a mesma coisa, sempre deixam a exposição no meio do hall, estátuas e coisas, e as vezes não está tão acessível. Pra mim que sou deficiente visual, fica complicado porque eu sempre tenho que ir com mais cautela que o normal, pois eu não sei onde é que eles colocaram a exposição. (DISCENTE 01)

[...] agora mesmo está tendo uma feira aqui no CFCH, os corredores estão cheios de obstáculos, o auditório é um caminho reto, mas uma pessoa cega conseguiria chegar sem esbarrar nas barracas que estão no caminho? Na mesa cheia de livros? Quando o pessoal organiza esses eventos, eles não pensam nos alunos cegos, colocam o caminho todo cheio de obstáculo. O aluno cego memoriza o caminho, e quando colocam os obstáculos no caminho, eles batem, os bancos mesmo vivem sendo mudados de lugar, esse banco que estamos sentados nesse exato momento, na semana passada estava em outro lugar. Outra coisa é nas calçadas aqui do campus, muitas calçadas estão em péssimas condições, tem uma calçada lá perto do CCB que tem uma árvore bem no meio, outra é um poste que me atrapalha, como eu vou as vezes lá, eu sempre tenho que ir pra rua pra poder passar, é muito triste isso. (DISCENTE 02)

Aqui no campus, até dá pra andar de cadeiras de rodas, mas tem muitos buracos, o que folga a cadeira todinha. Pra eu ir pra Biblioteca central por exemplo, eu consigo atravessar a rua, que é do CAC até o RU, mas pra chegar até a biblioteca central é terrível pois a calçada até lá é toda cheia de desníveis e buracos. (DISCENTE 03)

Lá no departamento acontece de tudo. Tem vasos grandes no corredor, caixas, as vezes tem cadeiras amontoadas no meio, no outro dia as cadeiras estão em outro ponto, aí você memoriza aquilo lá no ambiente, no outro dia vai lá e tá diferente. (DISCENTE 11)

De acordo com os discentes acima entrevistados, todos esses obstáculos aumentam a probabilidade de acidentes, o que pode prejudicar tanto suas vidas acadêmicas quanto suas vidas pessoais. Além do mais, este cenário vai contrário à Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, a chamada Lei de Acessibilidade, que em seu capítulo IV, artigo 11, inciso II, determina ser necessário que o acesso do interior de edifícios de instituições públicas seja livre de barreiras arquitetônicas ou qualquer obstáculo que impeça ou dificulte a passagem de pessoa com deficiência.

6.3.3 Sinalização

De acordo com a NBR nº 9.050 há três formas de comunicar e sinalizar: visual (através de textos ou figuras), tátil (usando caracteres em relevo, braile e figuras em relevo), sonora (quando se utiliza recursos sonoros). A sinalização pode ser permanente quando se trata de espaços com funções definidas, direcional quando indicar direções de um percurso ou distribuição espacial de setores num prédio, de emergência para indicar rotas de fuga e saída de emergência e temporária para sinalizar informações temporárias ou que podem ser alteradas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015)

Com relação a esse tema, alguns relatos trouxeram à tona questões que aparentemente são simples de resolver, bastando um pouco de disposição por parte da equipe de infraestrutura e manutenção da Universidade, como por exemplo a adequação das sinalizações em braile e Libras dos espaços do Campus Recife no geral.

[...] por exemplo, nem todas as salas tem indicações, sinalizações em braile, para que a gente saiba se é uma sala de aula, se é a escolaridade, se é a pró-reitoria, a coordenação [...]. (DISCENTE 01)

[...] por exemplo, trocaram todos os quadros do CFCH, colocaram os quadros de vidro, e são quadros péssimos, porque a luz bate e eu não consigo visualizar nada, é a mesma coisa que nada, é como pegar um quadro e escrever qualquer coisa que vira um borrão, sabe?! E tem a questão da minha fotofobia, tem o fato do astigmatismo também, a luz bate no quadro, reflete e eu fico agoniado. Outra coisa são as salas que não são sinalizadas para uma pessoa cega, não tem identificação. [...] como é que vai saber onde é o auditório? Como vai saber onde é a coordenação? (DISCENTE 02)

[...] eu tenho aulas pela manhã e à tarde, e eu não fico numa sala só. Então tem dias que eu fico em salas diferentes, se eu chegar atrasada, eu vou ter que chegar no meu corredor, escutar pra tentar reconhecer as vozes, ou vou batendo e abrindo as portas, contando as portas pra tentar chegar até lá. Ou então eu retorno e vou até a portaria pra pedir pra alguém me levar até minha sala. Tudo porque não tem uma placa indicativa e é uma coisa tão simples. Uma plaquinha de acrílico, uma coisa simples. Colocava nos banheiros, nas salas, na copiadora. (DISCENTE 03)

A letra da sala de aula é pequena também [...] eu não vejo direito, a coisa é péssima. O CCSA precisa dar uma melhorada. As salas do corredor C, as identificações das salas são muito pequenas. Quando mudam de sala, eu tenho que perguntar, se não tiver ninguém pra me dizer, eu praticamente fico cheirando as portas pra saber qual a sala. [...] é uma coisa fácil de ser corrigida, se não tiver como resolver de forma definitiva, é só pegar um papel maior e colar na porta. (DISCENTE 12)

[...] Quando o banheiro foi modificado aqui no Centro de Educação, mudou a placa do banheiro, que foi pra atender mulheres trans, travestis... que eu acho, inclusive, que é um dos grandes avanços da universidade. Foi excelente, ótimo, perfeito, mas entrou uma questão: tiraram o bonequinho de madeira, e aí essa aluna, que é cadeirante e deficiente visual, ela não tinha como identificar mais qual era o masculino e qual era o feminino. Tanto que ela uma vez entrou no banheiro masculino sem saber. E essa aluna é uma aluna extremamente independente, [...] ela é do instituto do cego, ela tem todo um suporte por trás, mas as outras pessoas não tem, e ela sabe o que é que é necessário, ela sabe indicar, eu disse pra ela: eu ia passar cinquenta vezes no banheiro e eu não ia perceber isso, sinto muito. Uma coisa simples, tiraram o bonequinho que ela usava pra identificar qual era o feminino. Achei ótima a placa nova, mas que impactou de forma negativa na situação dela pra ir ao banheiro, gerou toda uma polêmica com a turma, com os amigos. (DOCENTE 01)

Quando analisamos o contexto sob a ótica do aluno surdo, verificamos que há algumas adaptações que necessitariam ser realizadas. O aluno surdo é capaz de realizar ações inteligentes, desde que lhe propiciem um contexto adequado partindo de situações

significativas. O que acontece é que muitas vezes, os alunos com deficiência auditiva ficam sem saber o que fazer em determinadas situações, como podemos verificar no relato abaixo:

Acho que esses recursos na verdade, direcionado ao surdo, eles não existem. [...] para uma pessoa surda, o recurso com tecnologia ainda falta muito. Por exemplo: Um aviso luminoso para alertar aos surdos o momento de sair, o que aconteceu. Por exemplo, aconteceu uma vez lá no CAC, um momento em que o professor alertou que estava tendo algum barulho, como se fosse a estrutura que estivesse tremendo, mas a gente não sabia o que estava acontecendo. Se houvesse um sinal luminoso, a gente poderia identificar o que é que estava acontecendo. Se fosse alguma tragédia, todos teriam ido embora e a gente teria ficado. Não acho que seja muito complicado fazer essas adaptações por toda a UFPE, mas infelizmente nós somos uma parcela muito pequena na comunidade. (DISCENTE 09)

Através de uma sinalização adequada podemos entender onde estamos e aonde vamos. Segundo o Decreto 5.296/04, é obrigatório que os estabelecimentos atendam às pessoas com deficiência visual, por meio da implementação das normas de acessibilidade, que visam sinalizações específicas nos ambientes, como é o caso das placas em braile. Essas devem estar localizadas na entrada e saída de ambientes, nos elevadores, nos banheiros masculino e feminino, entre outros. A ideia é que os locais estejam adequados para receber todas as pessoas. As sinalizações adequadas têm como objetivo gerar nas pessoas com deficiência, sobretudo visuais e auditivos, maior confiança ao se locomover nos locais. Além disso, devolve à pessoa a autonomia, sem que precise da informação de terceiros para se locomover. Mas, infelizmente, o que podemos inferir é que a UFPE ainda não está totalmente inserida nesse contexto

Nesse contexto, foi levantada por quatro estudantes a questão da falta de sinalização dos pisos e aplicação de pisos táteis pela UFPE como um todo. É recomendado que todos os ambientes sejam projetados com as placas em braile e que as escadas, rampas e entradas estejam adaptadas com a instalação do piso tátil. Pisos táteis são de extrema importância pra quem tem baixa visão ou cegueira, pois fornece uma sinalização adequada para pessoas com esses tipos de deficiência, facilitando a locomoção de maneira independente pelo local.

De acordo com a NBR 9050/2015, o piso tátil é um piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, à pessoas com deficiência visual ou baixa visão.

Mas o que era pra ser uma facilidade para os alunos com deficiência visual, acabou sendo um verdadeiro problema, sendo até mesmo um grande perigo à integridade física dos discentes em questão, como podemos ver nos seguintes trechos:

[...] olha o caminho que a gente tem aqui, é totalmente liso, não tem aquelas plaquinhas de sinalização pra você chegar nos lugares, a gente entra numa sala achando que é outra, a pessoa se perde aqui dentro. Nas escadas não tem aquelas faixas amarelas e os degraus são todos da mesma cor. Quando eu cai foi nessa situação, eu achava que estava pisando num degrau e acabei pisando em outro. E é uma coisa muito simples de se resolver. Muitos banheiros não tem sinalização adequada para cegos. (DISCENTE 02)

A UFPE, no quesito da acessibilidade arquitetônica, não está preparada adequadamente para receber os estudantes com deficiência. Por exemplo, você pode perceber o piso tátil das calçadas quando você for andando, você vai vai vai... e de repente ele dobra e coloca você para o meio da rua. Juro a você, joga no meio da rua mesmo. É muito complicado. Eu acho que quem colocou isso, achou que era de enfeite, pra embelezar as calçadas. Outra coisa, aqui no CE, não tem uma placa indicativa em braile, onde diz assim: Banheiro feminino, sala tal... A pessoa entra na secretaria achando que é uma sala de aula. Eu mesmo já entrei no banheiro dos meninos, isso mesmo. Um colega meu me puxou na hora e disse que isso era o banheiro dos meninos. Aí eu respondi: tiraste meu barato!! Aí saímos rindo. (DISCENTE 03)

Eu sinto dificuldades em escadas, porque não tem demarcações, nem de onde iniciam os degraus e onde terminam os degraus. Queria que tivesse faixas amarelas que sinalizassem o início e o final. Agora no geral assim, nem tanto. Eu queria que tivesse pisos táteis, porque não tem em todos os centros, isso falta ainda. Na sala de aula falta também sinalizações, que possibilitem a gente localizar o local exato. (DISCENTE 04)

Quando eu cheguei na universidade, eu conheci o piso tátil, que é uma tecnologia que serve para orientar a pessoa com deficiência visual. Aí eu comecei a usar a linha tátil aqui na UFPE, já que ela tem, vamos usar. Daí eu comecei a usar, achando o máximo. Mas um belo dia a noite, que é muito pior pra quem é deficiente visual, eu seguindo pela linha tátil, me deparei com um poste, que inclusive ficava perto de uma caixa, não sei se é uma caixa de poço, de esgoto, enfim. Eu fui com tudo e esbarrei no poste. Então essa linha tátil dá diretamente para um poste. (DISCENTE 11)

Para os sujeitos entrevistados na pesquisa, a sinalização dos ambientes da UFPE como um todo apresenta falhas. Essas falhas de sinalização fazem com que as pessoas se percam pelos caminhos ou que não se localizem no interior dos Centros Acadêmicos da UFPE. Sem sinalização, tudo se torna mais difícil, desde achar um banheiro, ou uma determinada sala. A dificuldade pode ser ainda maior, se imaginarmos alguém cego ou com baixa visão, já que eles não têm como visualizar as placas de sinalização.

Quando olhamos a infraestrutura como categoria de análise, na visão dos professores entrevistados, a Universidade como um todo não é considerada boa com relação à acessibilidade. Ambos disseram que a acessibilidade física da UFPE necessita de muitas melhorias, mas que ao passar dos anos, vem sendo verificada uma sensível melhora nesse quesito.

Para um deles, isso é explicado pela necessidade da adaptação que tem que ser feita nos espaços para acompanhar o ritmo de implementação de políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência nas Universidades e ambientes públicos e privados no geral.

O que eu percebo e que eu venho discutindo com outros professores, é que a Universidade é completamente diferente hoje da época que eu entrei para fazer minha graduação. Eu estou há 14 anos na universidade como professora e como aluna, e claro que os rostos mudaram, as pessoas mudaram, de todos os sentidos, isso é algo muito incrível, sem dúvida nenhuma. Então, a política pública de expansão, de atendimento de acesso à universidade ela está se configurando, mas ao mesmo tempo a gente tem uma outra demanda, que eu acho que, sobretudo essa gestão, de um educador, no sentido de, a política pública, continuidade dessas pessoas na universidade é que precisa ser observada, em todos os sentidos, então no sentido que antigamente, essas pessoas não estavam na universidade. A gente não tinha cego, não tínhamos cadeirantes, não tínhamos surdos, pessoas com outras dificuldades, inclusive de aprendizado, e hoje a gente tem. (DOCENTE 01)

Para o outro professor entrevistado, as mudanças que ocorrem na Universidade na questão da acessibilidade física são resultado da pressão da comunidade acadêmica e que infelizmente nem todos os setores da UFPE, principalmente os que são os responsáveis por realizar os estudos de acessibilidade, estão de fato comprometidos para tornar a Universidade mais acessível a todos.

As mudanças que houve aqui na Universidade nos últimos anos, felizmente e infelizmente vem muitas vezes das pressões que são feitas constantemente pelos próprios alunos deficientes, de seus colegas, de alguns colegas professores, que por vezes também tem deficiência. Digo infelizmente porque a gente vê que a Universidade poderia estar melhor se os setores responsáveis pelas obras que deixariam a UFPE mais acessível trabalhassem de forma mais proativa e não ficassem esperando chegar reclamações e denúncias. (DOCENTE 02)

Na visão da coordenação geral do NACE, o quesito infraestrutura não é de responsabilidade direta deles, a UFPE teria um setor responsável para fazer as adaptações necessárias para tornar o ambiente mais inclusivo, que seria a Superintendência de Infraestrutura (SINFRA). Segundo a coordenadora geral do NACE, o que cabe a eles é a realização de ações de mapeamento e diagnósticos junto à comunidade acadêmica, se baseando também em trabalhos publicados relacionados à acessibilidade para que, junto à SINFRA, possam colaborar na elaboração de projetos de readequação na estrutura física da UFPE. O grande problema, é que, ainda segundo a coordenadora do NACE, a Universidade e sua gestão não priorizam a construção de um ambiente mais acessível para todos. Esse argumento pode ser comprovado no seguinte trecho:

A verdade é que a gente não tem autonomia pra isso e a Universidade não prioriza essa questão, porque se ela priorizasse a gente não estava sofrendo com tantas queixas, entra ano e sai ano e a gente não avança isso. A gente tem mapeamentos no setor de projetos lá na SINFRA, a gente tem artigos, dissertações de mestrado, doutorado, que apontam as necessidades, que apontam diagnósticos e a gente não avança, eu acredito, uma análise minha, acho que é uma falta de prioridade. [...]. A gente encaminha todas as demandas de acessibilidade física que recebemos dos alunos, servidores, e professores diretamente pra SINFRA. (GESTOR 01)

Observa-se que o argumento da gestora do NACE é compatível com a percepção que o Docente 02 tem com relação à falta de comprometimento por parte de alguns setores da Universidade.

Para exemplificar e justificar essa falta de prioridade por parte da UFPE, a gestora do NACE relatou uma ocorrência na qual foi solicitada uma readequação em um banheiro no departamento de farmácia e que durou três anos para obter uma resposta do setor responsável. A gestora argumentou que entende, que devido a alguns prédios serem muito antigos, fica inviável de se fazer muitas mudanças, mas que tem que ser criadas alternativas para que os alunos não sofram mais do que já sofrem no seu dia-a-dia, e ter que esperar tanto tempo, no caso três anos, para obter uma resposta é inadmissível.

Por exemplo, a gente encaminhou uma adaptação de um banheiro no departamento de farmácia, lá eles tem um problema de acessibilidade e é estrutural de quando a universidade foi criada, a gente entende que tem prédio que não dá pra fazer adaptação, só um pouco, mas a gente tem que criar um meio enquanto isso, a gente mandou esse processo em 2015 e a tramitação na SINFRA demorou um ano pra passar de um setor pra outro e depois desse um ano, teve um mês pra passar pra outro setor, isso já em 2016, e depois, três anos exatos, três anos depois, veio a resposta: dizendo que a adaptação não seria possível, só um novo projeto que já está feito, um projeto, então não há prazo para fazer um novo prédio, mas a gente esperou três anos pra ver aquilo que a gente já sabe. A gente até entende a dificuldade de conseguir fazer, mas é isso, qual foi a prioridade da acessibilidade física na universidade? Foram três anos. Pra dar uma resposta de que não existe a prioridade. Tem “n” projetos chegando na superintendência e não há sinal de prioridades, é uma leitura que a gente faz e não conseguimos entender como a acessibilidade é escanteada, sempre deixando pra depois. (GESTOR 01)

No final, fica um sentimento de que o NACE está de “mãos atadas”, sendo admitido pela gestora do Núcleo que não há muito o que fazer na questão da infraestrutura da Universidade e que eles trabalham apenas no que podem, restando-lhes receber todas as reclamações e denúncias que são feitas pelos alunos e até do Ministério Público pela falta de estrutura para promover a acessibilidade na UFPE.

E a gente vai sempre apagando os incêndios, a gente fica levando as pancadas dos alunos, do ministério público. Quando tem denuncia no ministério público por falta de acessibilidade, o primeiro setor a ser cobrado é o NACE, independente da temática,

aí temos que explicar sempre, orientar, encaminhamos às unidades que estão relacionadas. A gente tem a nossa adequação, nosso trabalho, mas infelizmente estamos limitados. A gente esbarra em uma situação e não temos mais pra onde ir. (GESTOR 01)

Após obter o relato da coordenadora geral do NACE a respeito da questão da acessibilidade física na Universidade e da aparente falta de prioridade nesse campo, buscamos uma explicação com a Superintendência de Infraestrutura da UFPE para que os fatos elencados fossem esclarecidos¹². A resposta confirma que, de fato, existe um projeto muito bem elaborado para dar início às reformas para minimizar os problemas da acessibilidade física do Campus Recife da UFPE. O referido projeto é intitulado de “Diagnóstico de Acessibilidade Física Campus – Recife / UFPE”, e está orçado em um montante de R\$ 23.561.280,86. O grande entrave é que não existe um prazo certo para o início da implementação das ações, pois as atividades estão condicionadas à liberação de recursos pelo Governo Federal. Com relação a esse argumento, a SINFRA diz o seguinte:

Informamos que no ano de 2018 foi desenvolvido pelo DPP um diagnóstico sobre acessibilidade física dentro do Campus Recife com previsão de investimentos para captação de recursos junto ao MEC. A partir deste diagnóstico iniciou-se o processo de desenvolvimento do Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares do CAC (Centro de Artes e Comunicação), atualmente em fase de revisão de desenhos e término previsto para o mês de novembro de 2019. Concomitantemente estão em desenvolvimento os projetos executivos de arquitetura do CCEN e CB. As implementações das ações se darão mediante liberação de recursos pelo Governo Federal. Segue em anexo material resumo do trabalho de diagnóstico. (SINFRA, 2019)

Com relação à infraestrutura mais especificamente, o governo federal tem tomado algumas iniciativas ao longo dos anos voltadas para as Instituições de Ensino Superior, como por exemplo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em que um dos objetivos principais é ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Ao avaliar sob a ótica do Programa Incluir, verificamos que as ações são concretizadas através das articulações entre o NACE e os diversos outros centros e setores da UFPE, como por exemplo a Superintendência de Infraestrutura, onde há uma harmonização de ideias para

¹² Durante o início do mês de novembro de 2019, foram realizadas tentativas de agendamento de entrevista com o responsável pela SINFRA/UFPE, mas não foi obtido êxito. Restou a alternativa de solicitar a informação desejada via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), no dia 12/11/2019, sob protocolo nº 23480026366201977

observar os obstáculos e propor alterações nas estruturas de forma que as barreiras encontradas sejam minimizadas e até eliminadas.

Diante do exposto, de acordo com os relatos, verifica-se que a UFPE, ao longo dos anos, tem feito melhorias no que diz respeito à acessibilidade com relação à infraestrutura. Percebe-se que a discussão acerca do tema está na agenda da Instituição. Há um habitual debate em relação à acessibilidade, o que pode ser explicado pela crescente chegada de alunos, servidores e professores com as mais variadas deficiências na Instituição ao longo dos últimos anos e que pleiteiam junto aos órgãos responsáveis, o NACE por exemplo, o que precisa ser feito para que eles tenham a autonomia para fazer suas atividades. Porém, para alguns sujeitos entrevistados, foi verificado que essas ações, essas melhorias não estão sendo suficientes para garantir que a infraestrutura, no geral, seja acessível. De acordo com eles, ainda são verificadas muitas barreiras nos espaços, edificações, mobiliários e ambientes que acabam prejudicando, e muito, a vida acadêmica dos estudantes com deficiência do Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco.

6.4 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

O eixo da comunicação e informação é apontado para garantir pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência. Ele é executado por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras (BRASIL, DOCUMENTO ORIENTADOR DO PROGRAMA INCLUIR: acessibilidade na educação superior, 2013)

Segundo Draibe (2001) a informação e a divulgação satisfatória dessa informação são pontos fundamentais a serem avaliadas nos programas sociais. A autora em questão condiciona parte do êxito de um programa a um ajustamento adequado dos meios de divulgação para o público alvo, bem como uma informação de qualidade entre os agentes implementadores e os beneficiários.

Verifica-se que na UFPE há grupos que, para participarem com mais autonomia do processo acadêmico, necessitam de adaptações de materiais pedagógicos, da disponibilização de equipamentos acessíveis e de serviços específicos, como por exemplo interpretação e tradução em Libras. Dessa forma, com o objetivo de avaliar como vem sendo implementado o eixo “Comunicação e Informação”, foram feitos alguns questionamentos aos sujeitos da

pesquisa de forma que fossem revelados de quais materiais didáticos, recursos, serviços e tecnologias assistivas a UFPE dispõe.

6.4.1 Equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos acessíveis

Em se tratando dos equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, na expectativa de ter uma avaliação mais robusta, questionamos aos alunos, professores e a coordenadora geral do NACE se a quantidade desses materiais atendia às suas necessidades.

Na instituição de ensino, os equipamentos e materiais didáticos devem oferecer total autonomia, conforto e independência para qualquer tipo de alunos com deficiência, oferecendo a eles o direito de ir e vir a todos os locais, de se comunicar com liberdade e de participar de todas as atividades.

Mais do que simplesmente a acessibilidade arquitetônica, é necessário que a instituição de ensino tenha materiais e equipamentos adequados que estimulem a acessibilidade como forma de desenvolvimento de uma cultura de valores inclusivos.

Nesse contexto, com relação aos alunos, apesar das ressalvas, apenas dois deles relataram que a UFPE atende suas demandas completamente em relação aos materiais didáticos e pedagógicos acessíveis.

Sim, acredito que todas as minhas necessidades, até agora foram sanadas, não posso dizer que tudo são flores, mas até o momento está tudo ok. (DISCENTE 04)

Sim, até o momento é adequado, apesar de que tudo o que a gente precisa a gente tem que trazer aqui na biblioteca central pra fazer, enquanto que se a gente tivesse um aplicativo ideal, não precisava tudo a gente estar recorrendo ao NACE, e o processo demora, enquanto se eu tivesse o aparelho eu mesmo resolveria tudo. Não nego que tem melhorado, tem melhorado sim, porém ainda tem suas limitações, se eles nos dessem autonomia, como um aplicativo, um computador próprio, ficaria muito mais acessível, minha vida acadêmica se tornaria muito mais prática. (DISCENTE 06)

Por outro lado, verificamos que oito alunos não estavam completamente satisfeitos com a disponibilização dos materiais didáticos pelo NACE, um deles sequer pede auxílio ao NACE e três alunos preferiram não falar. Podemos verificar nos argumentos abaixo:

[...] é complicada essa questão dos materiais, no meu curso, [...] como é curso de música não precisa, eu tenho acesso ao material em braile, mas na parte estritamente de música, por exemplo, partituras em braile é mais complicado, não é uma coisa

muito fácil, aí essa parte, realmente não. Nem sempre eu tenho, e quando, as vezes tem chegam com certo atraso.” (DISCENTE 01)

Eu preciso de textos ampliados, que no meu caso eu não consigo, tem a questão do NACE, eu sei, sei que podemos solicitar um bolsista a eles, dependendo como funciona, podem ler o texto que dão pra você, mas comigo não funciona. Pelo que eu vi, comigo não funciona, eu mesmo não peço nada ao NACE. (DISCENTE 02)

Eu preciso apenas que o pessoal do NACE mande o material pro meu e-mail que eu mesma desenvolvo a aprendizagem. Eu preciso de alguns aplicativos especializados, mas o pessoal da UFPE não disponibiliza isso. Não tenho como ficar satisfeita dessa forma. (DISCENTE 03)

A questão é que os alunos com deficiência precisam muito de materiais e recursos adaptados e, infelizmente, ainda falta muito material, o que impede a gente progredir academicamente. (DISCENTE 11)

Quando olhamos para a ótica do aluno surdo, por exemplo, a produção e edição de recursos didáticos pedagógicos audiovisuais, equipamentos e tecnologia assistiva ainda é muito incipiente. Argumento sustentado pelo seguinte depoimento:

Faz três anos que venho para o NACE todos os dias, geralmente estou aqui na UFPE, manhã tarde e noite, e são poucos os intérpretes para a questão do atendimento de acessibilidade, então muitas vezes eu preciso de algumas adaptações pela falta desses profissionais, através da informática, de vídeos, de Libras, e ainda sim esses recursos ainda faltam também e a questão do atendimento, por exemplo: para o ouvinte, ele está lá na sala de informática e consegue desenvolver tudo bem, mas para o surdo, o equipamento as vezes não é adaptado. Precisam ofertar para as pessoas de forma igualitária todos os atendimentos, e aqui na UFPE não obedece a essa regra. [...]. A gente entende que existe a falta de intérpretes, mas quando tem é apenas nas salas de aula, precisamos de acessibilidade em outros lugares também. Como no hospital das clínicas e em vários outros centros, em diferentes centros a gente precisa e a gente não tem. Precisaríamos dessa segurança em todos eles. (DISCENTE 09)

Podemos argumentar que o aluno, ao entrar na Universidade, pode não encontrar uma estrutura, um suporte adequado para atendê-lo, seja no campo da infraestrutura, seja no campo dos recursos e materiais didáticos. Uma vez dentro da sala de aula, os alunos com deficiência precisam de materiais específicos e adaptados para poder acompanhar com mais autonomia as aulas. Mas, de acordo com o discente 04, nem sempre a culpa pela falta de acessibilidade é da Universidade, mas também dos próprios alunos, que não tomam a iniciativa de buscar informações.

Eu acho que os recursos, que são limitados e não conseguem atender a todos, não é o único problema, tem também a questão dos próprios alunos, não é apenas a universidade. Tenho colegas que demoram muito pra procurar ajuda, as vezes é por falta de conhecimento também sabe?! acham que a universidade não tem, eu mesmo tive que levar a informação pra eles, pois eles não tinham o conhecimento do Núcleo de Acessibilidade. Eu mesmo tive que correr atrás de informações, pois eu vim de outra graduação e lá me disseram o seguinte: quando você chegar lá, procura um órgão

pra te dar suporte. E alguns não tem conhecimento que existe essa oferta. (Discente 04)

Com relação aos professores, os dois relataram que só conheceram o NACE e os recursos disponibilizados por esse Núcleo após ter aulas com alunos com deficiência, e que foram eles que apresentaram o setor e o funcionamento, antes disso, eles não faziam ideia que existia um Núcleo exclusivo para dar suporte aos alunos com deficiência. Um deles inclusive desconhece quase que totalmente o funcionamento do Núcleo de Acessibilidade. Esse argumento é sustentado pelos seguintes trechos das entrevistas.

Eu presenciei umas coisas bem difíceis com essa aluna, fui até o NACE e falei pra eles: Olha, quem me apresentou o NACE foram os alunos, então, eu nem sabia que o NACE ficava aqui, eu não sabia que existia esses recursos, eu fiquei impressionada quando o aluno foi apresentar o trabalho e levou todo o material que ele entregou pra gente, no seminário, um aluno entregou o material impresso, inclusive que foi sobre a questão de gênero e levou todo o material em braile. Aí eu o questioneei onde foi que ele conseguiu todo o material, aí foi que ele me explicou como foi que conseguiu, aí eu disse: Como eu não sabia? Então quer dizer que todo esse tempo eu negligenciei uma aluna com deficiência, e como outros tantos que eu não consigo lidar. (Docente 01)

Eu particularmente não sabia do NACE, não sabia que ficava na Biblioteca Central, não sabia que eles atendiam os alunos com deficiência. Eu estou aqui há cinco anos e não tinha ideia de como funcionava o Núcleo de Acessibilidade. Infelizmente eu não posso dizer quais recursos assistivos o NACE oferece e se eles atendem satisfatoriamente aos alunos. Quando eu ministrei aula para uma aluna deficiente, ela mesma não quis um atendimento especializado por sentir que dava pra acompanhar a aula normalmente. Na verdade, eu não sei como funciona o atendimento do NACE. (Docente 02)

Superado o primeiro momento de desconhecimento do que era de fato o NACE e após frequentar o Núcleo com mais frequência e ter ciência dos equipamentos e recursos assistivos disponíveis, a docente entrevistada pôde avaliar a questão da quantidade dos equipamentos e se eles estariam suprimindo as necessidades dos alunos com deficiência.

O NACE tem um atendimento muito rápido, para fazer essa articulação, como dependia de outras agendas para cada sala, eu tive que fazer um agendamento com mais ou menos quinze dias, quando a gente entrega com antecedência, eles imprimem em braile muito rápido. (DOCENTE 01)

Quando questionada, a gestora do NACE afirmou que, com os equipamentos e materiais disponíveis hoje no Núcleo, eles atendem apenas parcialmente aos alunos, e que não conseguem suprir todas as necessidades acadêmicas destes. A justificativa está no fato de que a quantidade de alunos com deficiência aumentou na Universidade, com expectativa de um crescimento maior, sem que os recursos que chegam através do Programa Incluir aumentem.

Parcialmente atende, porque pelos recursos que nós temos hoje, a gente tem que buscar estratégias para atender o máximo que pode, mas ainda é insuficiente, porque hoje a gente tem 60 alunos atendidos, dos mais de 300 cadastrados, há uma tendência de aumentar, mas não há tendência de aumentar recursos, então não dá pra acompanhar, então talvez não dê pra acompanhar pela escassez de recursos que a gente tem no orçamento, mas talvez, mesmo tendo esses outros recursos, a gente, acho que ainda é um dos núcleos, que dentre as universidades, que consegue gerir da melhor maneira, que a gente tem bons equipamentos, a gente tem pessoas treinadas, mas ainda é uma coisa parcial, face à evolução dessas pessoas, esse excesso. (GESTOR 01)

O Quadro 05 expõe o recurso orçamentário recebido pela UFPE¹³ desde 2013, ano em que todas as IFES começaram a receber recursos do Programa Incluir sem a necessidade de submeter projetos ao MEC, até 2019. Podemos verificar que, de fato, o orçamento desde 2013 vem sofrendo cortes. Iniciou com uma dotação orçamentária de R\$ 382.538,00 em 2013 e no ano de 2019, o valor tinha sido reduzido para R\$ 169.965,00.

¹³ Disponível em:

<https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true>, acesso em 15 de nov. 2019.

Quadro 5 - Recursos orçamentários recebidos pela UFPE do Programa Incluir¹⁴

Ano	Ação Orçamentária	Projeto de Lei	Dotação Orçamentária Final
2013	4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R\$ 382.538,00	R\$ 382.538,00
2014	4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R\$ 382.538,00	R\$ 382.538,00
2015	4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R\$ 346.148,00	R\$ 346.148,00
2016	4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R\$ 346.148,00	R\$ 341.159,00
2017	4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R\$ 346.148,00	R\$ 346.148,00
2018	4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R\$ 173.074,00	R\$ 173.074,00
2019	20GK - Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	R\$ 169.965,00	R\$ 169.965,00
Total		R\$ 2.146.559,00	R\$ 2.141.570,00

Fonte: Adaptado do Painel do Orçamento Federal

Segundo a gestão do NACE, esse corte orçamentário que vem sendo efetuado pelo MEC causa um prejuízo acadêmico enorme para os alunos com deficiência, afetando diretamente o desenvolvimento do ensino na UFPE.

Do fato de que o orçamento vem sendo reduzido pelo MEC, questionamos se em algum momento o Núcleo deixou de atender algum aluno por falta de material ou equipamento assistivo. Eles afirmaram que nos casos em que não exista o equipamento ou material disponível, o aluno teria que ter autonomia para conseguir que suas demandas sejam sanadas.

Não que a gente não atendeu, é assim: a gente não atendeu a o que o aluno espera. As vezes o aluno espera ter um bolsista, mas a gente trabalha com ele diante da realidade, não ter recurso pra ele entender que ele tem outras formas de conseguir ter a assistência dele, a gente trabalha muito também com a autonomia, o aluno conseguir fazer suas ações sem ter um bolsista ou o equipamento que ele quer, que as vezes tem aluno que vem pedindo o equipamento, e as vezes a gente conversando com esse aluno, percebemos que ele não necessita do equipamento. Tem caso de aluno que

¹⁴ Filtros básicos utilizados no site do Painel do Orçamento Federal:

Ano: 2013-2019;

Órgão Orçamentário: 26000 – Ministério da Educação;

Unidade Orçamentária: 26242 – Universidade Federal de Pernambuco;

Ação: 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior; 20GK – Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

criou sua própria tecnologia, a gente não tem recurso, mas o aluno tem uma habilidade, ele mesmo que quer aquela tecnologia, criou pra ele mesmo. A gente não deixa de atender o aluno, agora esse atendimento muda as vezes porque o orçamento não é aquele almejado. E também todos vem com essa expectativa de direito, mas dentro desse direito nós temos nossa estrutura, eles não deixam de ser atendidos, mas eles vem com essa expectativa de querer tudo, mas percebemos que nem tudo é necessário, então cada estudante será uma pessoa diferente, ele é uma pessoa diferente, ele tem necessidades diferentes, as vezes eles vem dizendo: eu preciso porque fulano tem, mas esse estudante que ele cita, tem necessidades que eram diferentes, então nem todos os pleitos deles são adequados para a sua vida acadêmica. A gente trabalha com os recursos humanos, recursos financeiros, e muitas das vezes o que precisa é apenas de uma orientação de como trabalhar, de como adaptar. (GESTOR 01)

Diante dessas exposições, verificamos, por meio da Quadro 06, que existe uma diversidade de equipamentos e materiais didáticos assistivos disponíveis no NACE para os alunos com deficiência, caracterizando dessa forma como ferramentas que proporcionam a inclusão educacional desses discentes na UFPE. De acordo com o NACE, majoritariamente, esses equipamentos e serviços tem como origem orçamentária o Programa Incluir.

Quadro 6 - Equipamentos de tecnologia assistiva disponíveis no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da UFPE (LABC).

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Impressora Teca- Fusa (Impressora de Relevos Táteis): Máquina Fusora de relevos táteis e braile para pessoas com deficiência visual terem acesso a desenhos e imagens. Tombamento: 2016006750.	01
Scanner de Voz – Freedom Scientific: O Scanner com voz Sara-PC converte documentos impressos em áudio, para que o deficiente visual tenha acesso ao seu conteúdo, usando reconhecimento óptico de caracteres (OCR) instalado no seu PC. Tombamentos: 2016/006751; 2016/006753; 6056/2014; 4789/2015; 2016006751; 6056/2014; 2016006753; 2017010921; 2017010920; 2017010919.	09
Visor Ampliador Portátil AUMED EYE – K: O Visor –Lupa Eletrônica compacta e muito leve com um aumento de até 36X com características de diversas opções de contrastes diferentes disponíveis no aparelho; possui função congelamento de imagem, que permite a alteração de zoom e contraste para não perder nenhum detalhe da leitura. Tombamento: 717/2015.	02
Linha braile - Focus 40 Blue: Equipamento que atende os usuários cegos e surdo-cegos. Sua função é reproduzir em caracteres braile as informações emitidas por um Software leitor de telas (JAWS, WINDOW EYES, NVDA...) ou por um Leitor Autônomo de texto impresso (SARA CE), simultaneamente ao funcionamento do sistema. Tombamentos: 20170 – 10917.	02
Impressora braile: Impressora para impressão gráfica e textos em braile, com reprodução em voz sintetizada em Português dos comandos executados. Tombamento: 201701091.	01
Index Everest: Impressora braile de mesa e de folha solta, é ideal tanto para uso pessoal como para grande produção braile. Compatível com as tecnologias: Wi-Fi e Bluetooth; Impressão a partir de dispositivos móveis; Impressão a partir de arquivos doc, docx, pdf, txt, entre outros; Entrada para PenDrive USB para imprimir documentos, configurações do braile configurações do layout, arquivos cópia de segurança; Retorno em áudio por voz sintetizada Acapela HD de alta definição; Suporta os principais tamanhos de papéis. Tombamento não informado.	01
Amplificador Eletrônico Portátil RUBY XL HD: A lupa oferece auxílio para todas as pessoas com baixa visão que necessitam de ajuda para ler textos e detalhes. Através de ampliação com imagem clara, opções de cores de auto contraste e luz LED embutida. Tombamento: 201701091.	01
Mouses Estacionários de Esfera: Mouse especial com esfera gigante de 7 cm de diâmetro, que possibilita o movimento do cursor na tela exigindo menor necessidade de controle motor fino por parte do usuário. Tombamentos: 2017009449; 2017009450; 2017009451; 2017009452; 2017009453.	05
Cadeira de Rodas: Cadeira de alumínio aeronáutico temperado de alta resistência com rolamentos blindados nas quatro rodas e sistema de fechamento em duplo ‘‘X’’, garantindo maior durabilidade ao produto e maior robustez estrutural. Tombamento: 9825/2014.	01
Apoiador de Livros e Papéis: Apoio de leitura de em madeira, possui ajuste de nível e hastes móveis de apoio, que podem girar se ajustando conforme o desejo do usuário.	Não informado
Punção: Equipamento para escrita em braile.	15
Reglete: Instrumento usado para a escrita em braile. Prancha acompanhada de uma régua com celas.	01
Engrossador: Utilizado para facilitar-propiciar a pressão de lápis, caneta ou outro material esférico.	43
Caderno Pauta Grande: Caderno com Pauta Ampliada para Baixa Visão com 100 Folhas Tamanho A4.	14
Assinador: Peça em metal, vazada utilizada como guia de assinatura para deficientes visuais.	Não informado

Fonte: NACE (2019)

Dos doze entrevistados, onze afirmaram que necessitam da disponibilização de recursos acessíveis e serviços especializados, e apenas um afirmou que não necessita de nenhum apoio. Foram elencados uma grande variedade de recursos, materiais e serviços assistivos, sendo muito destacado entre os alunos entrevistados os equipamentos de tecnologia assistiva e os materiais didáticos adaptados, como materiais em braile, textos ampliados, aplicativos especializados, disponibilização de softwares, utilização e disponibilização de slides.

A avaliação da comunicação e informação, segundo os alunos com deficiência, de uma forma geral, é de que a Universidade precisa melhorar em vários pontos, assim como no eixo de infraestrutura. Ainda se observam problemas relacionados à disponibilização de equipamentos de tecnologia assistiva, além dos materiais didáticos e pedagógicos acessíveis.

6.4.2 Serviços especializados no atendimento ao estudante com deficiência

No que se refere aos serviços acessíveis disponíveis na UFPE, sabe-se que para uma pessoa com deficiência visual realizar suas atividades acadêmicas, é relevante que sejam disponibilizados materiais adaptados, além do auxílio humano, este com a finalidade de leitura da prova, preenchimento de gabaritos e transcrição de textos.

Para que o aluno surdo seja incluído é desejável que a comunicação se realize através da Língua de Sinais, no Brasil, Libras. A Língua de Sinais é de extrema importância para a inserção e inclusão de alunos surdos no ambiente acadêmico.

No que diz respeito aos alunos entrevistados, alguns deles, sobretudo os que tem deficiência visual e auditiva, precisam de bolsistas específicos, como transcritores, leitores e intérpretes de Libras que os acompanhem durante as aulas e eventos, porém, dentre os alunos entrevistados, alguns relatos enfatizam a falta desse serviço, acarretando inclusive, reprovação em disciplinas.

Eu estou um pouco magoada com o NACE. Minha ledora foi tirada. Já falei com o Reitor, o atual, já falei com o pessoal do NACE e já solicitei que devolvessem minha ledora. Tiraram minha ledora e deram pra outra pessoa. Mas teria que cobrir todos. Eles não têm leitores suficiente pra todos. Não tem bolsa pra oferecer. Minha mágoa ao NACE eu falei diretamente ao Reitor e a eles. (DISCENTE 03)

Já aconteceu mais ou menos há um ano, no primeiro semestre do ano passado de eu solicitar um intérprete e não ter sido atendido, o que acarretou que reprovei na disciplina. Na época, o número de intérpretes ainda era bem mais reduzido, eles ainda precisariam atender várias outras demandas. Agora, graças a Deus, aumentou um pouquinho, em 2019 o número aumentou. Mas esperamos que ainda aumente por

conta que as demandas são grandes, e devido a isso acho que vai melhorar bastante, porque o número de surdos tem aumentado e as demandas vão aumentando. (DISCENTE 09)

Mas também tivemos relato de um aluno que nunca teve problemas com o suporte dos bolsistas especializados. Como verificamos a seguir:

[...] as vezes eu preciso de um leitor na hora da prova. O que é que o NACE orienta: ele orienta ao aluno que reporte ao NACE antecipadamente, para que eles possam se organizar enquanto núcleo e posicione um bolsista para auxiliar na hora da prova, porque? O meu leitor é também aluno da minha classe, então a gente não pode fazer a prova no mesmo momento, até agora eu sempre fui atendido. Eu sempre peço com uma antecedência com 10 a 15 dias e sempre fui atendido. Até agora nunca houve problema. (DISCENTE 04)

Mas esse mesmo discente reconhece a dificuldade que é para conseguir os serviços especializados, muito devido à falta de pessoas especializadas.

Os técnicos tem que aumentar bastante, porque a gente só tem, se eu não me engano, uma técnica de braile em toda a universidade para contemplar um número exorbitante de alunos, apenas uma técnica, não dá. Por exemplo, se você for um aluno cego e precisar do braile, você tem que enviar 15 dias antes pra que a técnica possa transcrever para o sistema braile, isso é uma demanda que é complicada. Então precisa de mais profissionais relacionados a essa área. (DISCENTE 04)

Fazendo uma comparação da quantidade de alunos com deficiência matriculados na UFPE e a quantidade de bolsistas que prestam serviços ao Núcleo de Acessibilidade, percebemos que, se muitos alunos solicitarem suporte ao mesmo tempo, o NACE pode não ter pessoal suficiente para disponibilizar.

Tabela 3 – Especialistas na área de acessibilidade disponíveis na UFPE.

Função	Especialidade	Quantidade
Técnicos do Setor de atendimento em Acessibilidade	Pedagogo	02
	Psicólogo	02
	Fonoaudiólogo	01
Técnicos do Setor de Tradução e Interpretação de Libras	Tradutor Intérprete: Libras	08
Bolsistas Apoiadores em Acessibilidade	Ledor/Transcritor	14
	Tecnologia Assistiva	01
TOTAL		28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo NACE (2019)

De acordo com a Tabela 3, fornecida pelo Núcleo de Acessibilidade da UFPE, no Campus Recife da UFPE, são disponibilizados para dar suporte aos alunos com deficiência,

vinte e oito especialistas na área de acessibilidade, sendo cinco técnicos do setor de atendimento, oito técnicos tradutores de Libras e quinze bolsistas, ao passo que em 2018, conforme mostramos na Tabela 01, estavam matriculados no Campus Recife, 367 alunos com deficiência.

Com relação à acessibilidade nos meios eletrônicos, desde 2004, o Decreto Federal nº 5.296/04 torna obrigatório que todos os portais e sites dos órgãos da administração pública atendam aos padrões de acessibilidade digital. Esse decreto, entre outras legislações, serviu de grande avanço em relação aos direitos da população brasileira com deficiência, garantindo que todos possam usar a internet da mesma forma, seja qual for sua condição.

O Decreto supracitado garante a acessibilidade com relação aos portais e sites dos órgãos da administração pública. Porém, com relação ao sistema interno da UFPE, verificamos um certo descontentamento por parte dos alunos devido à falta de recursos no Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (SIG@), como podemos verificar nos relatos abaixo:

“[...]. E eu também preciso de ser assistida pela parte de recursos de tecnologia assistiva pra estar me orientando como usar o computador e que atenda a minha deficiência visual e minha deficiência motora, já que não é qualquer teclado que eu consigo usar visto que eu tenho deficiência motora e também por conta da minha deficiência visual, eu preciso de um leitor de tela acessível, inclusive o próprio site da universidade não é acessível. Então não tem como eu acompanhar minhas faltas, minhas notas, não tenho liberdade de escolher eletiva quando vou pagar, como vou pagar, tem o pessoal do NACE que eu posso está ligando, posso está pedindo, mas não é mesma coisa de fazer sozinha. Então por isso que eu nem paguei eletiva esse período que eu queria tentar, por que eu não conseguia olhar o que é que tinha de opção, como por exemplo: tem ciências biológicas, mas pra fazer o que exatamente? Eu não tinha como saber através do site. Tudo por conta da falta de acessibilidade do próprio site. (DISCENTE 08)

Se aqui na Universidade criasse um sistema que tivesse acessibilidade com intérprete em diferentes áreas, diferentes centros, a gente teria informações melhores. Por exemplo: No ato da matrícula, no curso de design, de arquitetura, colocaria a opção lá no site: Você vai precisar de intérprete? Sim ou não? Você já teria a opção lá no site pra dizer se você vai precisar de suporte ou não, através de uma janela, então se eu não precisar, colocaria lá direto que não precisaria de intérprete. Seria interessante que fosse desenvolvido esse modelo para todos os deficientes. Se você precisasse de um intérprete, e tivesse essa ferramenta no site, ficava bem mais fácil e mais prático, então os diretores dos centros iriam discutir como criar metodologias de como adaptar aquele aluno que iria chegar naquele curso com antecedência. É de se pensar desde o ato da inscrição e em qualquer curso. (DISCENTE 09)

. Diante do exposto, temos aqui, talvez, um dos maiores gargalos que a UFPE enfrenta. O que podemos perceber é que alguns relatos demonstraram que certas barreiras de comunicação e informação ainda estão presentes no dia-a-dia, como por exemplo a falta de informação a respeito do funcionamento do Núcleo de Acessibilidade, a falta de profissionais

especializados, como ledores, tradutores e intérpretes de Libras para todos os alunos que solicitarem tal serviço, bem como a falta de comunicação entre os alunos, NACE, professores e coordenação.

6.4.3 Acesso à informação

O acesso a informações é uma necessidade crescente da população. Freire (2006) ressalta que se faz necessário democratizar o acesso e uso da informação, principalmente porque esse processo torna-se um elemento fundamental nas políticas de inclusão social, ajudando as populações economicamente carentes a se beneficiarem das vantagens do progresso tecnológico.

Com relação a esse contexto, foram feitos questionamentos aos alunos e professores acerca de como e quando tiveram o acesso à informação de que existia um setor específico para atendê-los e dar suporte no que for necessário. Sete alunos responderam que tiveram conhecimento do NACE logo no momento da matrícula e quatro alunos disseram que conheceram apenas durante o curso através de outros alunos.

[...] eu tive acesso à informação no meu primeiro período, assim que eu entrei eles me informaram sobre os equipamentos e materiais. (DISCENTE 01)

Quando eu entrei aqui. A gente entra como aluno com deficiência e a gente tem que passar lá no NACE. (DISCENTE 03)

Eu conheci através de uma colega. Ela conheceu o NACE na graduação dela, como ela entrou aqui primeiro do que eu, então ela veio, foi na reitoria procurou saber se existia algum núcleo relacionado ao apoio ao estudante com deficiência e me avisou depois. (DISCENTE 04)

Eu tive acesso a essas informações no dia da pré-matrícula, o NACE nos orientou, se mostrou, disse que tinha, onde tinha, disse que pudesse procurar eles quando tivesse dificuldade. (DISCENTE 07)

Eu tive informação no comecinho do ano, assim que eu entrei, quem me informou foi a transcritora do centro de estudos inclusivos, e o professor... ele também trabalha no setor de inclusão de acessibilidade. (DISCENTE 08)

[...] eu só soube do NACE depois de começar as aulas, que a funcionária do setor de inclusão do CE me falou. (DISCENTE 10)

Apenas um aluno relatou que não teve acesso à informação a respeito do NACE até o momento da entrevista.

Não tive nenhum tipo de acesso às informações. Foi algo que eu até senti falta na matrícula das pessoas com deficiência. [...]. Simplesmente cheguei lá e foi uma matrícula como outra qualquer, só não tive o acolhimento das pessoas do meu curso e foi só chegar, entregar o documento, fui pra uma avaliação com um clínico e nem lembro mais o que tinha lá, mas não tinha ninguém voltado pra área da visão, sabe?! Até hoje eu não sei qual o setor que dá o suporte. (DISCENTE 12)

Quando questionada a respeito do acesso inicial à informação dos serviços e atividades do Núcleo, a gestora afirmou que essa prática ocorre sempre no ato da matrícula.

a gente adotou a partir do ano passado (2018), que na efetivação da matrícula, na semana da matrícula, quando eles vem fazer a validação dos documentos, em paralelo à comissão de validação, a equipe do NACE já fica lá também no CCSA, no hall, recebendo os estudantes a partir do momento que eles são validados, reconhecidos, a gente já identifica, já tem uma conversa, já apresenta o NACE, a informação da localização e diz que a gente está com um espaço de acolhimento a partir da necessidade dele quando ele precisar. (GESTOR 01)

Vale salientar que, como essa prática foi adotada apenas a partir do ano de 2018, pode ser justificável alguns alunos entrevistados não terem conhecimento do NACE logo no ato da matrícula, visto que o ingresso desses alunos na UFPE, em específico, ocorreu antes de 2018.

Com relação aos professores, percebe-se nos relatos que há uma contrariedade na forma de comunicação a respeito do encaminhamento de acadêmicos com deficiência. Eles alegam que muitas vezes, os professores só sabem que terão um aluno com deficiência pouco antes do início, ou até quando começam as aulas. Fato este que impede que o professor desenvolva a melhor metodologia de ensino adequada às necessidades de determinado aluno.

Fico insatisfeito com a atual forma de comunicação sobre o encaminhamento de acadêmicos com deficiência. Teve uma situação que apenas identifiquei que o aluno necessitaria de um apoio especializado quando já estávamos em aula, então a partir daí eu fui me mobilizando, fui correndo atrás de dar o suporte necessário para o aluno. (DOCENTE 02)

Esse fato é confirmado pelo próprio NACE e também por uma discente. Quando indagada a respeito de como era feita a troca de informações com os professores e coordenações dos cursos, a gestora argumentou que essa comunicação era feita apenas se os alunos solicitarem os serviços, deixando a entender que se o aluno não for atrás, eles também não vão.

A gente atende por demanda espontânea, então o aluno só vai saber da sua necessidade quando ele tiver na sala de aula, na relação do professor e o aluno. [...]. A gente respeita a autonomia da pessoa e o direito de ela ir e vir, ou seja, ela tem que dizer o que quer e o que ela necessita. O fluxo pode ser através também de um professor, que as vezes tem professores mais sensíveis e mais atentos. Ele percebe que tem uma coisa diferente com esses estudantes, então quando eles já conhecem o NACE, eles procuram também. Ou o próprio estudante, ou o próprio amigo do estudante que

conhece o NACE e diz: ó, existe esse espaço, vai lá. Quando ele chega aqui, ele é atendido pela equipe multiprofissional, o psicólogo, o pedagogo, quem tiver no plantão, ele faz a triagem e a gente escuta, entende qual a necessidade, quais são as adaptações que eles necessitam e a partir daí ele é acompanhado e orientado. Além disso, depois de observado quais são as necessidades, a gente elabora um documento de orientação de recomendações, de sugestões para a coordenação do curso e para o coordenador do curso e publicite ao professor da disciplina para que ele tenha conhecimento sobre como interagir ou como será a avaliação, como algumas adaptações como na questão didática, mas é sempre a gente conversando com o estudante, analisando, conversando com o professor, conversando com o coordenador, quais as melhores estratégias pra gente ter um desempenho satisfatório desses estudantes. (GESTOR 01)

Os professores às vezes não têm noção de que na turma tem algum aluno com deficiência. No primeiro período foi meio difícil, só vieram saber que eu era deficiente auditiva só depois, com isso ficou um pouco difícil, visto que sou uma pessoa um pouco tímida. Mas quando souberam, os professores melhoraram na questão didática, tentaram melhorar a dicção, falar mais pausadamente. Já vieram mais preparados para lidar com minha deficiência. (DISCENTE 05)

Vale ressaltar que a má comunicação entre os sujeitos competentes para implementar uma educação inclusiva pode acarretar danos graves aos alunos com deficiência. A acessibilidade das pessoas com deficiências não se resume apenas em uma adaptação física. Ter uma comunicação acessível também é essencial para a inclusão de pessoas com deficiência. De acordo com os alunos, professores e a gestão do NACE, os quais foram entrevistados, ainda há alguns obstáculos a serem superados, sobretudo na comunicação feita entre a gestão e o professor, este que é um dos principais intermediadores na promoção da acessibilidade na Universidade.

6.4.4 Recursos pedagógicos

Ferrari e Sekkel (2007) argumentam a respeito do grande desafio que é para os docentes trabalhar com as diferenças em sala de aula. Para os autores, uma abordagem individualizada entre o professor e o aluno com deficiência não é suficiente, pois a educação escolar é uma situação grupal, sendo fundamental que todos os sujeitos, sejam alunos, professores e coordenadores, reconheçam as diferenças encontradas nas salas de aula e participem da construção de condições efetivas de ensino.

Com relação aos recursos pedagógicos e considerando que os professores são um dos elementos principais no processo de implementação do Programa Incluir nas Universidades, sendo fundamentais na aprendizagem dos alunos, foram feitos questionamentos aos discentes a respeito da atuação dos docentes em sala de aula e se eles estavam adotando metodologias adequadas de ensino com base nas deficiências que determinados alunos apresentavam.

No quesito atuação dos professores em sala de aula, a maioria dos alunos entrevistados apontou que os docentes não estão 100% preparados para ministrar uma aula para alunos com deficiência.

Tive alguns problemas com alguns professores, mais com relação à dinâmica, mas foram coisas que se resolveram facilmente. Eu percebo que todos eles até o presente momento foram muito atenciosos, pedem pra sentar um pouco mais na frente, perguntam se o zoom está ok, eles se esforçam pra melhorar as coisas, perguntam se podem mandar o material prático com antecedência, mas é algo que não é suficiente. (DISCENTE 02)

No geral a atuação dos professores é ruim. Muitos professores não estão preparados, não digo que eles façam por maldade, eles simplesmente não sabem como fazer. Esse período mesmo chegou uma professora e me disse: - Eu nunca ensinei a ninguém cego. Como é que eu posso fazer isso? Eu disse: - Dê sua aula normal e se eu sentir dificuldades eu vou falando. Aí pronto. Chegou num momento em que eu falei que precisava de audiodescrição, aí ela falou: - O que é isso? Ela não tinha a menor noção de como fazer. Repito, não por maldade. Os professores buscam melhorar muito porque eu falo, e falo mesmo. Porque se ficar calada, muitos professores passam despercebidos, acham que está tudo certo e pronto. Os professores estão preparados para dar aula para alunos sem deficiência. Agora eles têm a sensibilidade de procurar o melhor, como por exemplo teve um professor que foi passar um filme na sala, e um dia ou dois antes mandam pra mim para que alguém em casa assista comigo e faça audiodescrição. Eles procuram sempre o melhor, eu reconheço, mas não tem ainda aquele hábito de pensar que na sala tem pessoas com deficiências. (DISCENTE 03)

Eu sinto que eu tenho professores bem empenhados, em esforço. Eles realmente se esforçam para que eu realmente me sinta contemplado dentro das minhas necessidades. Mas as vezes ainda falta muitas coisas. As vezes eles passam vídeos sem áudio descrição que por lei não poderia. Mas é assim, em geral eu acho que eles se esforçam bastante. Claro que tem professores meio que não ligam, sabe? Tipo, uma vez eu escutei um professor falar assim: pensando bem é legal ter você na turma, tipo, eu me senti mal com isso. Pensando bem, cara? A priori você pensou que era negativo, sabe? Então são nuances que atrapalham um pouco as barreiras atitudinais de relação que de certa forma prejudica. (DISCENTE 04)

Os professores em si, eles procuram abraçar, incluir os alunos com deficiência, fazem o possível pela inclusão. Agora mesmo assim ainda há a dificuldade, sem recursos metodológicos, parte dos alunos também não compreendem as necessidades do deficiente. Infelizmente, o deficiente auditivo é quase que invisível, é dado como normal, como ouvinte normal. Os professores acham que o deficiente é só aquele que aparenta fisicamente. Tem professor que fala muito rápido e eu não consigo acompanhar. Não são todos, mas tem alguns professores que não ajudam nesse ponto. (DISCENTE 05)

Quando a atuação dos professores, eu ainda vejo aquele ensino normal, voltados para as pessoas que não tem deficiência, ao invés dele englobar o deficiente na aula. O que acontece é que o deficiente tem que se adequar a metodologia padrão por parte dos professores. Eu vejo que a formação dos professores é aquela formação voltada ao aluno "normal". Não posso generalizar também, alguns professores tem me dado suporte, alguns me mandam a aula antecipadamente, mas muito pouco, pouco demais. (DISCENTE 06)

Com exceção de nossas professoras de psicologia dos nossos dois períodos, os outros professores não possuíam preparação para lidar com as situações do dia a dia na sala de aula de maneira adequada com as alunas deficientes da nossa sala, mas mesmo assim, todos eles se mostravam muito prestativos e dedicavam-se para serem

inclusivos ao máximo. As metodologias ainda precisam ser avaliadas para melhor atender a especificidade de cada aluno deficiente em nossa sala, mas no geral elas se mostram medianamente eficientes no momento das aulas, tanto para as alunas deficientes quanto para os demais alunos. (DISCENTE 07)

Meus prejuízos eu sempre tive, por exemplo, tem alguns professores que não fazem essas adaptações, aí algumas vezes a gente não compreende o que ele está trabalhando, se pelo menos algumas atividades fossem feitas em Libras ficaria mais viável, [...], a gente sempre fica nessa dependência do intérprete. Para os alunos ouvintes é fácil, que estão ali ouvindo na hora, mas pra nós, surdos, é muito complicado, e os professores algumas vezes não colaboram com o processo. (DISCENTE 09)

Os argumentos acima explanados pelos alunos podem ser explicados pelo que Rodrigues (2003) preconiza. Segundo o autor, apesar de a necessidade de preparação adequada dos agentes educacionais estar preconizada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) como fator fundamental para a mudança em direção às escolas integradoras, o que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos.

Indagados se a Universidade oferecia cursos de formação continuada para poder atuar junto aos alunos com deficiência, os professores argumentaram de formas distintas: um relatou a inexistência desses cursos na UFPE, e outro reconheceu que existem formações e demandas do departamento a que está vinculado, mas que muitas vezes não participa, preferindo se abster de falar sobre o tema, como podemos verificar a seguir:

[...] eu vou falar por mim, não posso falar pela comunidade acadêmica, mas eu não desenvolvo porque eu não tive essa formação, quem me ensinou a desenvolver foi uma aluna e não a UFPE, eu não sabia a quem procurar, qual era o contato, qual era o núcleo que cuidava dessa parte. Eu não tive essa formação durante minha graduação, nem durante minha pós, nem no processo de formação de inserção a universidade, e isso dificultou bastante. [...] Essa aluna, que é cega e cadeirante, rompeu com a minha ideia de uma sala ideal, a gente prepara a aula e se prepara para ministrar uma aula para um aluno ideal e não para uma aluna como ela, que inclusive me ensinou a ministrar aula para alunos com deficiência. Eu não sabia como dar aula, não sabia como falar, como direcionar o olhar e claro que eu não sabia preparar uma aula para um aluno com deficiência, quem me ensinou foi ela mesma e outros alunos da turma, que me diziam: professora, não pode ser assim, não pode trazer o slide assim, o texto tem que ser formatado e organizado dessa forma, a senhora tem que falar de tal e tal maneira. Então, durante o processo é que eles foram me dizendo: você está falando rápido, está falando muito devagar. Tudo isso eu tive que me adequar até a atividade externa, que nós fizemos duas e que ela participou e que eu tive que fazer toda uma preparação, depois que eu entendi todo o processo para que ela pudesse ter, assim, participar 100% da atividade, aí foi que eu fiz toda uma articulação, mas até esse momento, eu não conhecia esses processos. (DOCENTE 01)

Determinadas demandas, por exemplo, dos departamentos, das formações que acontecem, enfim, muitas delas eu não participo. Então eu prefiro não opinar. Eu sei

que tem as capacitações sim, a gente foi convidado, mas eu não tenho como opinar. (DOCENTE 02)

Quando a gestora do NACE foi indagada a respeito desse tema, ela afirmou que esse cenário é muito decorrente da falta de interesse dos próprios professores.

[...] dentro do nosso planejamento de ação institucional, existe uma linha de formação continuada. A gente está buscando, fizemos cerca de quatro cursos junto a Progepe (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas) para Libras, especificamente para servidores da UFPE e professores. Fizemos uma parceria também com o HC (Hospital das Clínicas), específico para o pessoal da saúde, e fizemos também uma sensibilização nos centros acadêmicos de como interagir com as pessoas com deficiência, de como superar as barreiras atitudinais. A gente trabalha com essa perspectiva com parcerias com os centros para realização desses cursos. Porém os professores participam pouquíssimo, nas sensibilizações mesmo que a gente fez nos centros, que serviu pra divulgar o NACE e quebrar um pouco das barreiras e distâncias entre o NACE e os centros, alguns foram melhores e outros nem tanto. Quando chegamos no quinto ou sexto centro, e vimos que a participação foi zero dos professores, nós simplesmente paramos, porque era um desgaste de planejamento e não tem como forçar isso, é uma questão de sensibilização mesmo. A gente fazia toda uma programação, mapeamos os centros pra saber quem eram as pessoas e o quantitativo de pessoas deficientes daqueles centros, fizemos uma programação específica, por exemplo: se a gente via que tinha deficiente visual no centro a gente chamava alguém pra falar sobre a deficiência visual, as abordagens e de como se adaptar a esse tipo de deficiência. Aí como não tivemos adesão, avaliamos que o desgaste era grande para não ter o retorno dos professores. De toda forma, o nosso dever, a nossa tarefa é fazer, mas reconheço que é desestimulante, muita gente não conhece o NACE e perguntam: o que é o NACE? Eu não conheço o NACE, isso existe? Mas infelizmente é isso, é um problema da universidade como um todo, a questão da divulgação, da adesão, da sensibilização. Infelizmente os professores só procuram o NACE quando o problema bate na pele. Quando ele sente muita dificuldade, eles são os primeiros a ligar e dizer: olha, eu não sei como fazer isso, como é que eu faço pra me adaptar a esse aluno? Mas infelizmente é isso, eu acho que é inerente à natureza humana, as pessoas só procuram quando sentem a necessidade. (GESTOR 01)

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases destaca a importância da preparação adequada dos professores como pré-requisito para a inclusão, determinando que os sistemas de ensino devam garantir professores capacitados e especializados para a integração e adaptação dos alunos com deficiência no ensino regular. (BRASIL, 1996).

Para alguns alunos com deficiência e para o Docente 01, os quais foram entrevistados nessa pesquisa, a falta de preparo e formação adequada dos docentes para atender às necessidades específicas dos discentes com deficiência, de um modo geral, acaba ganhando destaque.

6.5 PROGRAMAS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Segundo Mazzilli (2011), a Universidade é composta sobre três pilares: o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino é a transmissão dos conhecimentos adquiridos pelos professores. A pesquisa é a aplicação e desenvolvimento de novos conceitos a partir do que foi aprendido na etapa do ensino. E a extensão é a aplicação direta do conhecimento adquirido nas fases de ensino e pesquisa.

De acordo com o artigo terceiro da Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE),

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação. (BRASIL, 2018)

Dessas definições podemos extrair que a pesquisa e extensão universitária são de suma importância para o aluno, pois possibilitam uma aprendizagem complementar daquela vista em sala de aula, além da formação do profissional cidadão, permitindo o contato direto com a comunidade. Além do mais, por explorar conhecimentos mais práticos e variados, o aluno consegue vivenciar de maneira mais efetiva o que se aprende em sala de aula.

Com relação à UFPE, será que os alunos com deficiência têm essa vivência de pesquisa e extensão? Para compreender essa temática, foi questionado aos sujeitos da pesquisa se haveria um planejamento prévio de atividades extra aula, como os programas de pesquisa e extensão, de modo a incluir todos os discentes, sobretudo os que tem deficiência.

Dessa forma, quanto aos alunos com deficiência entrevistados, alguns mostraram total desconhecimento dos programas de pesquisa e extensão da UFPE, e outros salientaram pouco interesse em participar dos programas, como verificamos a seguir:

Com relação a essa questão, um aluno inclusive me chamou pra fazer um curso de extensão, um curso de braille, não no NACE, mas aqui no CE. Mas pra ser bem sincero, eu não me interessei, ele iria ocupar metade de um período meu, e fora daqui eu faço mil coisas. (DISCENTE 02)

Não tem, que eu conheça não tem. Eu pelo menos nunca vi e nunca foi proposto a mim. (DISCENTE 09)

Com relação aos cursos e grupos de pesquisa e extensão, eu meio que não me engajo muito. Muito devido ao que observei em algumas situações em sala de aula. Como os

professores vão contemplar os alunos na aula prática? Para os alunos com deficiência visual, como eles vão contemplar os alunos? (DISCENTE 11)

Sei que existe esses programas aqui na Universidade, mas ninguém nunca chegou pra me chamar pra participar, não sei como funciona. (DISCENTE 12)

Quando questionamos ao Núcleo de Acessibilidade da UFPE se haveria algum apoio aos alunos com deficiência quanto aos projetos de Pesquisa e Extensão, verificamos que a Universidade não tem nenhum tipo de acompanhamento nesse sentido, como podemos averiguar no relato abaixo:

Na verdade, nós não temos projetos desse tipo aqui no Núcleo. O que identificamos no início é que a grande parte dos alunos que atendemos não são engajados em atividades de pesquisa e extensão. Não sei dizer o motivo para tal, mas não há o engajamento deles. (GESTOR 01)

Entende-se que uma das principais funções do NACE nesse quesito seria de orientar e discutir com os centros e departamentos formas de ter uma educação mais inclusiva. Porém o fato é que, com relação ao eixo de pesquisa e extensão, de acordo com os depoimentos acima expostos, verificamos que não há um acompanhamento por parte do NACE nem há uma articulação entre esse órgão e os departamentos para o êxito da inclusão dos alunos com deficiência.

6.6 DEMANDAS NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO CAMPUS RECIFE DA UFPE.

Algumas demandas foram evidenciadas no questionário como necessárias para que houvesse êxito na implementação da educação inclusiva no Campus Recife da UFPE. Foi solicitado aos entrevistados que assinalassem sobre cada tipo de recurso se seria necessário diminuir (1), manter (2), aumentar (3) ou se não respondia ou não sabia -NR/NS- (4). Assim, seguem as tabelas abaixo.

Tabela 4 - Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à infraestrutura que atenda aos princípios de acessibilidade.

Categoria	Item	Distribuição
Gestão	Aumentar	1
Docentes	Aumentar	2
Discentes	Aumentar	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

No quesito da infraestrutura que atenda aos princípios de acessibilidade comunicacional, informacional e arquitetônica, dos quinze entrevistados, todos disseram que deveria aumentar. Para os entrevistados, as adaptações arquitetônicas (que envolve rampas de acesso, banheiros acessíveis, dentre outros), a acessibilidade comunicacional (como intérprete de Libras, recursos que facilitem a comunicação), bem como a acessibilidade tecnológica (por exemplo, softwares e aplicativos específicos), que muito podem auxiliar nas atividades acadêmicas, deveriam ter algum tipo de melhoramento.

Tabela 5 - Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à quantidade de técnicos especializados para auxiliar no apoio aos alunos com deficiência.

Categoria	Item	Distribuição
Gestão	Aumentar	1
Docentes	Aumentar	2
Discentes	Aumentar	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Quanto à quantidade de técnicos especializados para auxiliar no apoio aos alunos com deficiência, também houve uma unanimidade entre os entrevistados, todos disseram que deveria aumentar. Para os entrevistados, o número de técnicos especialistas no quesito da acessibilidade na UFPE ainda é insuficiente. O baixo número de técnicos pode vir a ocasionar uma sobrecarga de serviços e, conseqüentemente, o não atendimento de forma satisfatória de todas as demandas dos alunos com deficiência no Campus Recife da UFPE.

Tabela 6 - Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à utilização de metodologias adequadas de ensino.

Categoria	Item	Distribuição
Gestão	NS/NR	1
Docentes	Manter	1
	Aumentar	1
Discentes	Manter	2
	Aumentar	10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

No quesito metodologias adequadas de ensino, a gestão do NACE não soube opinar; entre os docentes, um disse que deveriam ser mantidas do jeito que estão e outro disse que deveriam aumentar ou melhorar. Já entre os estudantes, dois disseram que deveriam ser mantidas e outros dez que deveriam aumentar ou melhorar, indicando que o processo exige mudanças na maneira de conduzir as aulas e mostrar o caminho adequado para a construção do conhecimento.

Tabela 7 - Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à formação específica dos professores para atuar junto aos alunos com deficiência.

Categoria	Item	Distribuição
Gestão	Aumentar	1
Docentes	Aumentar	2
Discentes	Aumentar	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Com relação à formação específica dos docentes para atuar junto aos alunos com deficiência, também houve uma uniformidade entre os entrevistados, todos disseram que deveria aumentar. Para todos os entrevistados, os professores não tem a formação adequada para lidar com todas as especificidades dos alunos com deficiência.

Tabela 8 - Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à integração entre os professores e gestores para promoção de uma qualidade de ensino para todos.

Categoria	Item	Distribuição
Gestão	Aumentar	1
Docentes	Aumentar	2
Discentes	Manter	2
	Aumentar	10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Com relação à integração entre os professores e gestores da UFPE para a promoção da acessibilidade, dos quinze entrevistados, apenas dois estudantes disseram que essa integração deveria se manter do jeito que está. Os demais, inclusive a gestão do NACE, afirmaram que deveria aumentar / melhorar esse quesito. Essa integração é de suma importância, pois permite que se tenha um canal de diálogo entre os agentes que estão lidando diretamente com os alunos com deficiência, e tem como objetivo discutir melhores ações e eliminar todos os obstáculos percebidos no caminho.

Tabela 9 - Distribuição das opiniões dos sujeitos da pesquisa quanto à avaliação e acompanhamento dos alunos por professores e equipe pedagógica.

Categoria	Item	Distribuição
Gestão	Aumentar	1
Docentes	Manter	2
Discentes	Manter	4
	Aumentar	8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

Por fim, com relação à avaliação de acompanhamento dos alunos pelos professores e equipe pedagógica, houve uma certa divisão de opiniões dos sujeitos entrevistados. Com relação à gestão do NACE, a ideia é de que deveria aumentar/melhorar nesse quesito, ao passo que para os dois docentes e quatro discentes, a questão da avaliação e acompanhamento deveria se

manter do jeito que é atualmente, ao passo que outros oito discentes acham que deveria aumentar/melhorar.

7 RECOMENDAÇÕES À GESTÃO

Tendo como referência o modelo americano de pós-graduação, no Brasil, os programas de mestrado e doutorado foram criados há mais de quarenta anos pelo Ministério da Educação. Na época, o mestrado foi definido como um “grau autônomo por ser um nível da pós-graduação que proporciona maior competência científica ou profissional para aqueles que não desejam ou não podem dedicar-se à carreira científica”. (BRASIL, 1965)

Da sua criação até o ano de 1995, o termo “mestrado” não diferenciava o ambiente acadêmico do profissional. Só a partir desse ano o órgão responsável pela expansão, regulação e avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no país, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), flexibilizou o modelo de mestrado, criando a modalidade profissional.

De acordo com a CAPES, o Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho, cujos objetivos são elencados no artigo 2º da Portaria N° 389, de 23 de março de 2017:

- Capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- Transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
- Promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados;
- Contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas (BRASIL, 2017).

Na área de educação inclusiva, é de grande importância que o planejamento das ações seja realizado de modo a atender as necessidades de cada ator envolvido no processo, seja ele o estudante com deficiência, que necessita de suporte, seja o professor, que necessita de material adequado para ministrar suas aulas apropriadamente, e também a gestão, que tem grande responsabilidade pela construção do ambiente inclusivo.

Dentre as tantas atribuições que lhe competem, também cabe à gestão atender as necessidades dos estudantes com deficiência, sejam estas físicas, comunicacionais ou sociais;

além de promover a formação dos docentes com relação à educação inclusiva, com a finalidade de que estes profissionais estejam aptos a mostrar o caminho adequado para a construção do conhecimento aos discentes com deficiência.

Diante dessa esfera, foram elencadas abaixo algumas recomendações à gestão da UFPE para que a educação inclusiva seja realizada com melhor qualidade:

- Promover a capacitação e formação continuada dos professores e garantir boas condições de trabalho para que seja efetivada uma educação mais inclusiva no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco.
- Estimular a participação do aluno em um ambiente livre de preconceitos e de igualdade.
- Viabilizar a construção do conhecimento e acompanhamento das necessidades específicas de cada aluno.
- Promover adequações nos equipamentos, serviços e instalações do Campus Recife da UFPE.

Dessa forma, objetivando delinear estratégias e ações para promover melhorias voltadas para a educação inclusiva na UFPE, diante da realidade encontrada, foi elaborada, como produto técnico desta dissertação, uma proposta de intervenção, apresentada no Apêndice A.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estigma que acompanha a pessoa com deficiência é secular. Por um grande período de tempo essas pessoas eram segregadas da sociedade (SASSAKI, 1997). Houve mudanças significativas com o passar dos anos, é verdade, sobretudo a partir da década de 80 do século passado, com o advento de normativas que englobaram o tema acessibilidade. A situação de exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência encontrou na proposta da inclusão um caminho capaz de transformá-las em pessoas socialmente visíveis.

Incluir é abranger a todos sem exceção. Na educação inclusiva, os espaços são adaptados para o convívio de todos, assim como os materiais utilizados nas atividades. É uma educação que busca identificar todo e qualquer obstáculo que o aluno possa enfrentar e eliminar as barreiras. Por isso, incluir é reconhecer a diversidade de aprendizado.

Com o Programa INCLUIR as instituições públicas iniciaram uma ação programada para o acesso das pessoas com deficiência, sensibilizando sobre as barreiras comportamentais, pedagógicas, e com o objetivo de diminuir as barreiras de infraestrutura, comunicacionais e de informação, e identificando outras dificuldades que esses alunos encontram para o acesso à educação superior.

Nesta pesquisa, analisamos as percepções de alunos com deficiência, de docentes e da gestão do Núcleo de Acessibilidade com relação à implementação do Programa INCLUIR como mecanismo de acesso e permanência na educação superior.

O Programa referenciado recomenda a operacionalização de quatro eixos norteadores. Todavia, na realidade estudada, de acordo com os relatos dos entrevistados, verificamos a prevalência dos eixos de infraestrutura e de comunicação e informação. A implementação desses se efetiva mediante a parceria entre o Núcleo de Acessibilidade e os demais setores da UFPE, destacando-se a Superintendência de Infraestrutura, principalmente por meio da quebra de barreiras arquitetônicas; e da adaptação de recursos didáticos pedagógicos em formato acessível no Laboratório de Acessibilidade.

Um dos objetivos específicos da pesquisa foi identificar a existência de barreiras de infraestrutura, de comunicação e informação, e nos projetos de pesquisa e extensão, e pode-se afirmar que foram encontrados obstáculos em todos os eixos analisados, algumas mais acentuadamente que outras, como por exemplo as arquitetônicas, que impactam imediatamente,

pois comprometem a mobilidade com autonomia das pessoas com deficiência. Para os sujeitos entrevistados, através de suas impressões, a UFPE possui alguns gargalos que podem acarretar em muitos prejuízos para os alunos com deficiência.

Quanto à avaliação do eixo de infraestrutura, com base nas entrevistas realizadas, verificamos as mudanças e melhorias implementadas nos últimos anos na UFPE. Contudo, os sujeitos da pesquisa apontaram a necessidade de melhorá-la, haja vista as inúmeras barreiras arquitetônicas nas vias públicas, nas edificações, nos espaços, na falta de mobiliário adaptado, na disposição inadequada de objetos, algumas plataformas elevatórias e banheiros adaptados inadequados, entre outros fatores que dificultam o processo de inclusão de acadêmicos com deficiência na UFPE.

O programa Incluir recomenda, entre os recursos para o acesso, a participação e a aprendizagem das pessoas com deficiência, a disponibilização de materiais didático-pedagógicos acessíveis, bem como tecnologias assistivas. Para tanto, a UFPE, com recursos oriundos do Programa Incluir, criou e instalou o Laboratório de Acessibilidade na Biblioteca Central, aparelhado com diversos equipamentos de tecnologia assistiva.

De acordo com as entrevistas realizadas, constatou-se que os serviços e recursos relativos ao eixo comunicação e informação vem sendo implementados na UFPE, mediante a produção, adaptação e disponibilização dos recursos didáticos pedagógicos em formato acessível, como por exemplo: textos impressos em fonte ampliada e no sistema braile, ou convertidos em meio digital e com audiodescrição. Entretanto, alguns alunos com deficiência que foram entrevistados alegaram que os recursos não são distribuídos equitativamente e em tempo hábil entre os discentes com deficiência visual, tampouco entre os diferentes tipos de deficiências, sobretudo com os discentes com deficiência auditiva.

A subcategoria “Sinalização” constitui um item à parte. Foram constatados alguns problemas com relação a esse quesito. Verificou-se que, com base nas entrevistas realizadas, alunos com deficiência visual sofrem bastante para identificar as salas de aulas e setores específicos dos centros, pois é através de uma adequação na sinalização que eles podem entender onde estão e aonde querem ir. Relatos também apontaram problemas na sinalização de escadas, corroborando, inclusive, para que um discente se acidentasse; pisos táteis que, segundo alguns entrevistados, foram colocados de forma que mais atrapalha do que ajuda, se

transformando em um verdadeiro problema, sendo até mesmo um grande perigo à integridade física dos alunos com deficiência visual e baixa visão.

Com relação aos recursos pedagógicos, as explicações dos participantes desta pesquisa indicam que a escolha metodológica dos docentes merece destaque quando se refere à trajetória acadêmica dos alunos com deficiência.

Segundo alguns relatos, a prática pedagógica com discentes com deficiência é um dos aspectos que tem sido desconsiderado na formação dos professores. Segundo um docente entrevistado, o que ocorre é que o professor encontra dificuldades concretas em trabalhar com alunos com deficiência. Situação essa agravada ao se deparar com a falta de uma infraestrutura adequada nas universidades para atender esse tipo de demanda. Esse fator torna-se ainda mais difícil se levada em consideração a formação de base do professor para atuar no ensino superior que, de acordo com o relato do Docente 01, muitas vezes não possuem uma formação didático-pedagógica adequada.

Embora as barreiras pedagógico-curriculares sejam frequentes no meio universitário, como foi verificado em alguns depoimentos, algumas experiências dos estudantes entrevistados mostram que a grande parte dos docentes tem atitudes acolhedoras que contribuem para uma melhor vivência acadêmica.

Subestimar a participação dos professores constitui um dos pontos mais frágeis do programa. Isto porque, se considerarmos que todas as barreiras foram quebradas, essas serão insuficientes se o professor, em sala de aula, não estiver comprometido e revestido de conhecimento e vontade para utilizar todas as estratégias e serviços que a educação inclusiva exige.

A oportunidade de participar de grupo de estudos, de pesquisa e extensão, assim como de congressos e eventos acadêmicos permite aos estudantes produzirem conhecimento e adquirirem habilidades para uma formação de qualidade. Para alguns alunos com deficiência entrevistados, no entanto, fazer parte de um grupo de estudo e pesquisa e participar de atividades extraclasse ainda é uma realidade distante. Alguns relataram que a falta de comunicação e informação acessível os impede de participar de projetos de pesquisa e extensão, bem como de se inscreverem em congressos, seminários e outros eventos. Porém, vale salientar que há o fato de alguns estudantes entrevistados demonstrarem total falta de interesse em participar dessas atividades.

É importante ressaltar que a identificação das barreiras pode variar de acordo com a especificidade de cada condição apresentada pelos discentes com deficiência. Em outras palavras, não há um tipo de acessibilidade que possa ser considerada mais relevante, mais importante para toda a comunidade de estudantes com base apenas em suas deficiências. É preciso ouvi-los a respeito dos serviços, modificações e adaptações que são favoráveis em cada contexto de vida e acadêmico em particular.

A despeito das lacunas e fragilidades detectadas, é inegável reconhecer que a implementação de um conjunto de recursos, serviços e equipamentos de tecnologia assistiva contribuiu e contribui para atenuar as distintas barreiras que se intercalam na aprendizagem dos acadêmicos com deficiência na UFPE.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Guilherme de Andrade; FERREIRA, Eliana Lucia. **Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior**: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicol. Esc. Educ.*, 2018, vol.22, no.spe, p.67-75. ISSN 1413-8557.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR - 9050:2015** – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos, 2015. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação - Educere. Curitiba, 2011

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira. **Direito à educação da pessoa com deficiência no ensino superior**: Um estudo da acessibilidade arquitetônica e nas comunicações nas Universidades dos Ceará. 220 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza, 2016.

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli. **Análise das condições de acessibilidade no ensino superior**: um estudo com Pós-Graduandos. 164 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista, 2015.

BRASIL. Aviso Circular nº 277/MEC/GM, 08 de maio de 1996. Brasília, 1996. Dirigido aos Reitores das IES, solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. **Decreto 3.956/01** - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. (Convenção da Guatemala). Brasília, 2001b.

_____. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a lei 10.436 de 2002. Brasília, 2005.

_____. **Lei 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências

_____. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parecer nº 977/65 CESu-CFE, de 3 de dezembro de 1965.** Define os cursos de pós-graduação.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. **Portaria nº 3.284 de 07 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2012. Brasília/DF, 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2013. Brasília/DF, 2013.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2014. Brasília/DF, 2014.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2012. Brasília/DF, 2015.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2013. Brasília/DF, 2016.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2014. Brasília/DF, 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2011.** In: Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Parte I – Avaliação de Cursos de Graduação. 2013.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2007. Brasília/DF, 2011.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 389, de 23 de março de 2017:** Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 2678, de 24 de setembro de 2002.** Aprova o projeto da Grafia Braille. Brasília, 2002.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Incluir.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acesso em: 25 set. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

_____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos. **Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública.** (3ª ed.) Coordenação de documentação e Informação – Brasília: MP, 2018.

_____. SECASI/SESu. **Documento Orientador:** Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 set. 2019.

CAPES. **Mestrado Profissional: o que é?** Disponível em: <<https://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>> Acesso em: 22 nov. 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. **Inclusão e prática docente no ensino superior.** Revista Educação Especial | n. 27. p. 93-99, 2006, Santa Maria. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4350>>. Acesso em: 12 out. 2019.

CASTRO, Sabrina Fernandes de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras.** 245 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, 2011.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. **Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.** Rev. bras. educ. espec., Set 2016, vol.22, no.3, p.413-428. ISSN 1413-6538.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação:** esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO,

Maria do Carmo Brant de (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP. 2001.

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2007, vol.27, n.4, pp.636-647. ISSN 1414-9893. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>>. Acesso em: 20 out. 2019.

FERREIRA, Mateus de Paula. **Acessibilidade urbana: democracia, cidadania e direitos humanos**. *Dignidade Re-Vista*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 8, 2016. ISSN 2525-698X. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/212>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FERREIRA, Nilma Maria Cardoso. **Educação Inclusiva no Ensino Superior: Análise de políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão**. 125 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, 2012.

FREIRE, I. M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **A tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas**. 346 f. Tese (Doutorado) –Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 2, n. 56, p. 137-160, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4054_JANUZZI_P_Construcao_Indicadores_Sociais.pdf> Acesso em: 20 out. 2019.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao século XXI**. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

JUVÊNCIO, Vera Lúcia Pontes. **Contribuição das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual: o caso da Universidade Federal do Ceará**. 156 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, 2013.

LIKERT, Rensis. **A Technique for the Measurement of Attitudes**. *Archives of Psychology*. N. 140, 1932.

LOBATO, Beatriz Cardoso. **Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: implicações da Lei de cotas.** 149 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES, Suely Moreira. **Pensar e agir na inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais decorrentes de uma deficiência, a partir de referenciais freirianos: rupturas e mutações culturais na escola brasileira.** 344 F. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo / Universidade Lumière Lyon, 2007.

MARTINS, Mary Grace. **Direito à educação e acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação por alunos com deficiência.** 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 27, n. 2, dez. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/24770>>. Acesso em: 01 set. 2019.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. **Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional.** *Psicol. Esc. Educ.*, 2018, vol.22, no.spe, p.57-66. ISSN 1413-8557. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392018046>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.33. set/dez.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em 5 dez. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MORAES, Roque.; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, abr. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

MOREIRA, Laura Ceretta. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais**: das ações institucionais às práticas pedagógicas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Luiza Maria Pereira de. **Variadas maneiras de dizer não**: acessibilidade na UFPE, existe? 100 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2019.

PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca. Central Cesar Lattes, 2006.

REIS, Maria Simone Oliveira dos. **Percepção dos estudantes com deficiência sobre as políticas de inclusão na Universidade Federal do Ceará (UFC)**. 157 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., v. 2, 2015.

RODRIGUES, David. “Educação Inclusiva: as boas e as más notícias”, in: David Rodrigues (Org.) “Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade”, Porto Editora, Porto, 2003.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RUA, Maria das Graças. **Para aprender Políticas Públicas**: Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais. 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_x_-_protegido.pdf> Acesso em: 15 jul. 2019.

SANTOS, Jacirene Lima Pires dos. **O Programa Incluir na UFMT**: Acesso e permanência na Educação Superior. 205 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão. Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa. **Avaliação do processo de implementação do Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012-2014)**. 401 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SILVA, Cleudimara Sanches Sartori. **Acesso e permanência do estudante deficiente na educação superior**: Análise do Programa Incluir na Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul (2005 – 2010). 129 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, 2013.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. **Acessibilidade, barreiras e superação**: Estudo de caso de experiências de estudantes de estudantes com deficiência na educação superior. 242 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

SOUZA, Bianca Costa Silva de. **Programa INCLUIR (2005 -2009)**: uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Revista Sociologia. PORTO ALEGRE; v. 16, n. 8, p. 20-45, jul. 2006.

SOUZA, K. R., & KERBAUY, M. T. M. (2017). **Abordagem quanti-qualitativa**: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *EDUCAÇÃO E FILOSOFIA*, 31(61), 21-44. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>>. Acesso em: 05 de jun. 2019.

SOUZA, Karlene Ferreira de. **Inclusão de pessoas com deficiência na Ufac**: uma análise das políticas de acesso no período de 2010 -2017. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Normativa nº 04/2016, de 16 de fevereiro de 2016**: Institui o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2016.

_____. **Anuário Estatístico UFPE 2018**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/1317627/Anu%C3%A1rio+Estat%C3%ADstico+UFPE+2018+-Base+2017_Final_corrigido+em+05_19.pdf/ffd50aa3-ad1b-4e83-bce8-8cbf8bb20bf3>. Acesso em: Acesso em: 18 mai. 2019.

_____. **Informações Gerenciais**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/proplan/informacoes-gerenciais>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

_____. **Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

_____. **Resolução nº 02/2016-CADM**. ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 1/2016, QUE REGULAMENTA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/398575/497382/Res+2016+02+CADM.pdf/6f4fa82c-ebcd-4a86-8c5a-31fa08ddbde1>>. Acesso em: Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. **UFPE em Números 2019**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/institucional/ufpe-em-numeros>> Acesso em: 17 jun. 2019.

VIANA, Márcia Rafaella Graciliano dos Santos. **O processo de Inclusão de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior de Maceió**. 133 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, 2010.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes. Geneva: WHA, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICE A - PROPOSTA DE INTERVEÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

PROGRAMA INCLUIR: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Título: ELIMINANDO BARREIRAS: As percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Proponente: Douglas Henrique da Silva Nascimento

Justificativa do projeto: Esta proposta de intervenção pretende atenuar os principais gargalos e obstáculos detectados na pesquisa realizada, de modo a garantir uma melhor acessibilidade a todos da comunidade acadêmica da UFPE, seja para os alunos que tem algum tipo de deficiência ou não, de forma igualitária, garantindo o direito de todos. Dessa forma, diante de um panorama onde grande parte dos entrevistados nesta pesquisa salientaram a necessidade de haver melhorias no âmbito da acessibilidade, é imprescindível que sejam adequados os espaços e as práticas adotadas pela gestão da UFPE com o que determina o documento orientador do Programa Incluir, de modo a oferecer a tal parcela da comunidade acadêmica, condições de acessibilidade que contemplem suas limitações físicas, intelectuais e sensoriais.

Objetivos: Diante da realidade encontrada e na intenção de possibilitar a independência das pessoas com deficiência dentro da UFPE, de forma que possam chegar ao seu destino sem dificuldades, e estimulando a participação dos indivíduos no cotidiano das atividades acadêmicas de forma ativa e livre dos constrangimentos, essa Proposta de Intervenção tem como objetivo delinear estratégias e ações para promover melhorias voltadas para a educação inclusiva na UFPE.

Estratégias e Plano de Ação: A seguir, é apresentado o planejamento de trabalho.

Quadro: Estratégias e Plano de ação.

PROBLEMA	ESTRATÉGIAS	AÇÕES PROPOSTAS	ATORES	TEMPO	RECURSOS	VIABILIDADE
Falta de preparo e formação inadequada dos docentes para atender às necessidades específicas dos discentes com deficiência.	Promover a capacitação e formação continuada dos professores e garantir boas condições de trabalho para que seja efetivada uma educação mais inclusiva no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco.	Capacitar e realizar a formação continuada dos professores com o auxílio de profissionais habilitados nas áreas de Libras, braile, materiais pedagógicos, tecnologias assistivas e adequações arquitetônicas ou conforme a demanda identificada e/ou solicitada.	- NACE; - Centros Acadêmicos; - Docentes.	Uma semana de capacitação por semestre.	- Sala de reunião equipada com materiais pedagógicos acessíveis e equipamentos de tecnologias assistivas; - Orçamento para pagamento aos prestadores de serviço; - Tempo definido e garantido na agenda dos profissionais responsáveis para realização das capacitações; - Tempo definido e garantido na agenda dos docentes.	Depende dos recursos disponíveis: - Viabilidade da disponibilização de sala equipada adequadamente com os materiais e equipamentos acessíveis; - Recursos orçamentários disponíveis; - Garantia de tempo na agenda dos profissionais responsáveis para realização das capacitações; - Garantia de tempo na agenda dos docentes e da sensibilização e motivação dos mesmos.
		Realizar cursos e palestras voltados para a temática da educação inclusiva.	- NACE; - Centros Acadêmicos.	Uma semana de cursos e palestras por ano.	- Sala de reunião para agendamentos dos encontros com os profissionais de educação inclusiva. - Orçamento disponível para pagamento aos prestadores de serviço; - Tempo garantido na agenda dos profissionais para a participação nos encontros.	Depende dos recursos disponíveis: - Garantia de tempo na agenda dos profissionais de educação inclusiva. - Interesse administrativo do serviço no momento e priorização das mesmas. - A sensibilização e motivação dos diretores, coordenadores e professores dos centros acadêmicos.

Baixa participação dos alunos com deficiência nas atividades acadêmicas.	Estimular a participação do aluno em um ambiente livre de preconceitos e de igualdade.	Realizar um evento para compartilhamento das experiências dos estudantes com deficiência com a comunidade acadêmica.	- NACE; - Centros Acadêmicos; - Discentes.	Dois eventos anuais.	- Espaço adequado para realização do evento. - Orçamento disponível para confecção dos materiais de consumo; - Tempo garantido na agenda dos profissionais para a participação nos encontros.	Depende dos recursos disponíveis: - Viabilidade da disponibilização do espaço para realização do evento; - Recursos orçamentários disponíveis; - Garantia de tempo na agenda dos profissionais responsáveis pela organização do evento - Garantia de tempo dentro do cronograma acadêmico; - A sensibilização e motivação dos diretores, coordenadores e professores dos centros acadêmicos.
		Incentivar os estudantes com deficiência a participarem integralmente das atividades disponíveis no Campus Recife da UFPE.	- NACE; - Centros Acadêmicos.	Durante todo o ano letivo.	Nenhum	- Dependência da participação proativa do NACE quanto a disponibilização de informações das atividades acadêmicas disponíveis para os alunos com deficiência; - A sensibilização e motivação e participação dos diretores, coordenadores e professores dos centros acadêmicos;

Falha no acompanhamento das necessidades dos alunos com deficiência	Viabilizar o conhecimento e acompanhamento das necessidades específicas de cada aluno.	Promover encontros periódicos com os discentes com deficiência para informar sobre a situação acadêmica e intercambiar as experiências e informações.	- NACE; - Discentes com deficiência.	Um encontro semestral.	- Tempo definido e garantido na agenda dos técnicos do NACE; - Tempo definido e garantido na agenda dos discentes com deficiência.	Depende dos recursos disponíveis: - Garantia de tempo na agenda dos técnicos do NACE; - Garantia de tempo na agenda dos discentes com deficiência.
		Ajustar o sistema de matrícula de modo que o aluno com deficiência possa indicar antecipadamente quais suas reais necessidades para o semestre letivo.	- NACE; - Centros Acadêmicos; - Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI).	Uma atualização por semestre.	- Tempo definido e garantido na agenda dos técnicos do NTI; - Material de informática; - Conhecimento prévio pelos técnicos do NACE das demandas dos discentes com deficiência.	- Dependência do domínio dos dados das demandas necessárias dos discentes para o semestre letivo pelos técnicos administrativos do NACE para o fornecimento correto aos técnicos do NTI.
Barreiras de infraestrutura.	Promover adequações nos equipamentos, serviços e instalações do Campus Recife da UFPE	Oportunizar encontros com os alunos com deficiência para que sejam debatidas as barreiras encontradas no Campus.	- NACE; - Centros Acadêmicos; - Discentes.	Um encontro semestral.	- Espaço adequado para realização dos encontros. - Tempo garantido na agenda dos técnicos do NACE. - Tempo garantido na agenda dos discentes com deficiência.	Depende dos recursos disponíveis: - Viabilidade da disponibilização de espaço para realização dos encontros; - Garantia de tempo na agenda dos técnicos do NACE; - Garantia de tempo na agenda dos discentes com deficiência. - A sensibilização e motivação dos discentes em querer participar dos encontros.

		Investir em tecnologias assistivas.	<ul style="list-style-type: none"> - NACE; - Centros Acadêmicos; - Discentes. 	A depender das demandas.	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento prévio pelos técnicos do NACE das demandas dos discentes com deficiência. - Orçamento disponível para compra de equipamentos. 	<p>Depende dos recursos disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos orçamentários disponíveis; - Domínio dos dados das demandas necessárias dos discentes pelos técnicos administrativos do NACE.
		Viabilizar contratação de técnicos especializados em comunicação para pessoas com deficiência visual e auditiva em número compatível com a realidade encontrada no Campus Recife da UFPE.	<ul style="list-style-type: none"> - NACE; - Centros Acadêmicos; - Discentes. 	A depender das demandas.	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento prévio pela gestão do NACE das demandas dos discentes com deficiência visual e/ou auditiva. - Orçamento disponível para contratação de técnicos especializados. 	<p>Depende dos recursos disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos orçamentários disponíveis; - Domínio dos dados das demandas necessárias dos discentes com deficiência visual e/ou auditiva pela gestão do NACE.
		Realizar reuniões com o Setor de Infraestrutura da UFPE (Sinfra) para ajustar as ações em conjunto com relação à acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> - NACE; - Sinfra 	Um encontro por semestre.	<ul style="list-style-type: none"> - Sala de reunião para agendamentos dos encontros com os técnicos da SINFRA. - Tempo garantido na agenda dos técnicos administrativos do NACE e da SINFRA. 	<p>Depende dos recursos disponíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Viabilidade da disponibilização de sala de reunião; - Garantia de tempo na agenda dos técnicos administrativos do NACE e da SINFRA.

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa: **ELIMINANDO BARREIRAS: Uma avaliação de implementação do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2012-2018)**, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador Douglas Henrique da Silva Nascimento, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária, Sala 349 – Proplan, CEP 50670-901. Telefones para contato: (81) 2126-8626 e 98665-0364; e-mail: douglas_hsn@hotmail.com.

Esta pesquisa está sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Gabriela da Silva Tarouco. Endereço: Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n – Cidade Universitária – Recife – PE - CEP 50670-901 (14º andar do CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE). Telefone para contato: (81) 2126-8000 e-mail: gabrielat@uol.com.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do

estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa:

Partindo da concepção de que nem sempre os resultados esperados nas políticas públicas são alcançados, a proposta da pesquisa é de realizar uma avaliação das percepções do processo de implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), identificando como o público-alvo percebe a implementação desta política pública na Instituição.

Os sujeitos da pesquisa participarão de uma entrevista semiestruturada consoante ao roteiro pré-determinado com o objetivo de avaliar como o Programa Incluir está contribuindo para o processo de inclusão de discentes com deficiência no ensino superior na UFPE. A expectativa é que essa pesquisa possa ser aproveitada pelos gestores da UFPE com o objetivo de sempre buscar a melhoria do Programa, solucionando ou amenizando os principais gargalos que por ventura venham a ser detectados e que os conhecimentos adquiridos possam ser usados em favor do direito a uma educação superior mais inclusiva.

RISCOS diretos para o voluntário

Esta pesquisa não oferece riscos à sua integridade física, moral, social, econômica e emocional, visto que as informações serão obtidas por meio da aplicação de um roteiro de entrevista, asseguradas a confidencialidade e privacidade das mesmas, bem como a proteção da sua imagem, não sendo as informações utilizadas em seu prejuízo. Como forma de prevenir a possibilidade de algum constrangimento decorrente da situação da deficiência, o participante poderá ler antecipadamente o roteiro da entrevista, estando livre para tirar as dúvidas e decidir quais questões irá responder e se, ainda assim, sentir-se constrangido durante o desenvolvimento da mesma, a pesquisa será interrompida imediatamente e os pesquisadores

assumem a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, assim como a concessão de ressarcimentos e indenizações previstas, caso seja comprovada legalmente a sua necessidade.

BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários.

Nesta pesquisa todos os participantes poderão discutir aspectos relacionados com o processo educativo no qual estão inseridos, refletindo sobre os fatores que facilitam e os fatores que dificultam esse processo, podendo contribuir para a sua melhoria no contexto pesquisado.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa através das entrevistas, ficarão armazenados em um computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período de no mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

(assinatura do pesquisador)

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO
VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **ELIMINANDO BARREIRAS: Uma avaliação de implementação do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2012-2018)**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Impressão
digital
(opcional)

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DISCENTES

1. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

- 1.1. Ano de ingresso na UFPE: _____
- 1.2. Idade: _____
- 1.3. Curso em que está matriculado na UFPE: _____
- 1.4. Período que está cursando: _____
- 1.5. Tipo de deficiência: _____ () Congênita () Adquirida
- 1.6. Sexo: () Masculino () Feminino
- 1.7. Estado Civil: () Solteiro(a); () Casado(a); () Separado(a); () Viúvo(a); ()
Outros(a)
- 1.8. Desenvolve alguma atividade remunerada? () Sim () Não
- 1.9. Renda familiar:
- () Até R\$ 998,00 - Até 1 salário mínimo
 - () De R\$ 998,00 Até R\$ 1.996,00 - De 1 a 2 salários mínimos
 - () De R\$ 1.996,00 Até R\$ 4.990,00 - De 2 a 5 salários mínimos
 - () De R\$ 4.990,00 Até R\$ 9.998,00 - De 5 a 10 salários mínimos
 - () De R\$ 9.998,00 Até R\$ 19.960,00 - De 10 a 20 salários mínimos
 - () Mais de R\$ 19.960,00 - Mais de 20 salários mínimos
 - () NS/NR (Não sei / Não respondeu)

2. CONCEPÇÃO DOS DISCENTES A RESPEITO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO INCLUSIVO

A respeito do plano de desenvolvimento inclusivo da UFPE – Campus Recife, indique, na escala de 1 a 5, na qual **1 significa discorda totalmente e 5 concorda totalmente**, a sua avaliação nas afirmativas a seguir:

- 1) Discordo totalmente, 2) Discordo, 3) Neutro ou não sei opinar, 4) Concordo e 5) Concordo totalmente
- 2.1. Os alunos se ajudam na questão do aprendizado. ()
- 2.2. As famílias colaboram com o processo de aprendizagem do aluno com deficiência. ()
- 2.3. Funcionários e alunos se respeitam no ambiente universitário. ()
- 2.4. A UFPE é um modelo de cidadania democrática. ()

- 2.5. Todos os alunos são igualmente valorizados, independentemente se tem deficiência ou não. ()
- 2.6. A Universidade combate todas as formas de discriminação. ()
- 2.7. A estrutura física da UFPE é acessível a todas as pessoas, propiciando apoiar a participação de todos. ()
- 2.8. Os alunos aprendem linguagem e comunicação voltadas às pessoas com deficiência e suas respectivas tecnologias. ()
- 2.9. Na estrutura curricular estão inseridas temáticas voltadas à inclusão. ()
- 2.10. As atividades de aprendizagem são planejadas tendo em mente todos os alunos. ()

3. DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

- 3.1. No processo de formação acadêmica, você precisa de algum atendimento, apoio ou serviço especializado? Sim () Não ()
- 3.1.1. Caso a resposta anterior seja afirmativa, indique os recursos, serviços, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis e apoios de que você necessita.

Resposta:

- 3.2. Com relação aos recursos, serviços, atividades, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis e apoios materializados na UFPE:

- 3.2.1. São disponibilizados por qual órgão/departamento/centro acadêmico da UFPE?

Resposta:

- 3.2.2. Como e quando teve acesso a essa informação?

Resposta:

3.2.3. A quantidade de serviços, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, atende às suas necessidades? () Sim; () Em parte; () Não. Explique:

Resposta:

3.2.4. A frequência com que esses serviços e recursos são disponibilizados é satisfatória? () Sim () Não. Por que?

Resposta:

3.2.5. Os recursos e serviços são adequados às necessidades educacionais dos alunos com deficiência? Como você avalia a qualidade desses recursos e serviços? () Sim; () Não. Por quê?

Resposta:

3.2.6. Como é a atuação dos professores em sala de aula? Eles adotam metodologias adequadas para todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência?

Resposta:

3.2.7. Com relação à estrutura física, como você avalia o grau e a qualidade da acessibilidade dos espaços, ambientes, edificações, mobiliários, equipamentos da UFPE?

Resposta:

3.2.8. Há planejamento de programas de atividades extra aula, como projetos de pesquisa e

extensão, de modo a contemplar a todos os inseridos no processo de inclusão?

Resposta:

4. DEMANDAS NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO CAMPUS RECIFE DA UFPE

Com relação às demandas necessárias para o processo de uma educação inclusiva, dada as afirmativas a seguir, indique se essas demandas devem ser diminuídas, mantidas, aumentadas ou simplesmente dizer que não sabe ou não tem opinião formada.

	1. Diminuir	2. Manter	3. Aumentar	99. NS/NR
Infraestrutura que atenda aos princípios de acessibilidade comunicacional, informacional e arquitetônica.				
Técnicos especializados para auxiliar no apoio aos alunos com deficiência.				
Metodologias adequadas de ensino.				
Formação específica dos professores para atuar junto aos alunos.				
Integração entre os professores e gestores para promoção de uma qualidade de ensino para todos.				
Avaliação e acompanhamento dos alunos por professores e equipe pedagógica.				

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DOCENTES

1. CONCEPÇÃO DOS DOCENTES A RESPEITO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO INCLUSIVO

A respeito do plano de desenvolvimento inclusivo da UFPE – Campus Recife, indique, na escala de 1 a 5, na qual **1 significa discorda totalmente e 5 concorda totalmente**, a sua avaliação nas afirmativas a seguir:

1) Discordo totalmente, 2) Discordo, 3) Neutro ou não sei opinar, 4) Concordo e 5) Concordo totalmente

- 1.1. Os alunos se ajudam na questão do aprendizado. ()
- 1.2. As famílias colaboram com o processo de aprendizagem do aluno com deficiência. ()
- 1.3. Funcionários e alunos se respeitam no ambiente universitário. ()
- 1.4. A UFPE é um modelo de cidadania democrática. ()
- 1.5. Todos os alunos são igualmente valorizados, independentemente se tem deficiência ou não. ()
- 1.6. A Universidade combate todas as formas de discriminação. ()
- 1.7. A estrutura física da UFPE é acessível a todas as pessoas, propiciando apoiar a participação de todos. ()
- 1.8. Os alunos aprendem linguagem e comunicação voltadas às pessoas com deficiência e suas respectivas tecnologias. ()
- 1.9. Na estrutura curricular estão inseridas temáticas voltadas à inclusão. ()
- 1.10. As atividades de aprendizagem são planejadas tendo em mente todos os alunos. ()

2. DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

2.1. Entre as disciplinas que está lecionando nesse semestre, tem algum discente com deficiência? () Sim () Não

2.1.1. Qual é (são) o (s) tipo (s) de deficiência?

Resposta:

2.2. Encontra alguma dificuldade em lecionar acadêmicos com deficiência? () Sim
() Não.

2.2.1. Caso afirmativo, identifique o (s) tipo (s) de deficiência e as dificuldades.

Resposta:

2.3. Usa algum material didático – pedagógico e/ou outros recursos para atender as demandas específicas dos discentes com deficiência? () Sim () Não

2.3.1. Sendo a resposta anterior afirmativa, cite os materiais didático-pedagógico e/ou outros recursos utilizados nas aulas e avaliações para cada tipo de deficiência.

Resposta:

2.4. A quantidade de serviços, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, atende as necessidades dos acadêmicos com deficiência? () Sim; () Em parte; () Não; Explique.

Resposta:

2.5. A periodicidade com que esses serviços e recursos são disponibilizados corresponde ao ritmo das suas atividades docentes?

Resposta:

2.6. Os recursos e serviços são adequados às necessidades educacionais dos acadêmicos com deficiência? () Sim; () Não. Por que?

Resposta:

2.7. Existe alguma necessidade educacional não tendida pela UFPE? () Sim
() Não.

2.7.1. Caso afirmativo, qual (is)?

Resposta:

2.8. Como você avalia o grau e a qualidade da acessibilidade dos espaços, ambientes, edificações, mobiliários, equipamentos da UFPE?

() Excelente () Bom () Ruim. Explique

Resposta:

2.9. Como você avalia a qualidade desses serviços e recursos especializados e disponibilizados pela UFPE?

Resposta:

2.10. A UFPE tem ofertado capacitações? () Sim () Não

2.10.1. Você considera necessário algum tipo de curso de orientação/capacitação para trabalhar com discentes com deficiência? () Sim () Não. Explique

Resposta:

2.10.1.1. Caso a resposta anterior seja afirmativa, o que sugere?

Resposta:

2.11. Há planejamento de programas de atividades extra aula, como projetos de pesquisa e extensão, de modo a contemplar a todos os inseridos no processo de inclusão?

Resposta:

3. DEMANDAS NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA UFPE – CAMPUS RECIFE

Com relação às demandas necessárias para o processo de uma educação inclusiva, dada as afirmativas a seguir, indique se essas demandas devem ser diminuídas, mantidas, aumentadas ou simplesmente dizer que não sabe ou não tem opinião formada.

	1. Diminuir	2. Manter	3. Aumentar	99. NS/NR
Infraestrutura que atenda aos princípios de acessibilidade comunicacional, informacional e arquitetônica.				
Técnicos especializados para auxiliar no apoio aos alunos com deficiência.				
Metodologias adequadas de ensino.				
Formação específica dos professores para atuar junto aos alunos.				
Integração entre os professores e gestores para promoção de uma qualidade de ensino para todos.				
Avaliação e acompanhamento dos alunos por professores e equipe pedagógica.				

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A GESTÃO

1. DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

A respeito do plano de desenvolvimento inclusivo da UFPE – Campus Recife, indique, na escala de 1 a 5, na qual **1 significa discorda totalmente e 5 concorda totalmente**, a sua avaliação nas afirmativas a seguir:

1) Discordo totalmente, 2) Discordo, 3) Neutro ou não sei opinar, 4) Concordo e 5) Concordo totalmente

- 1.1. Os alunos se ajudam na questão do aprendizado. ()
- 1.2. As famílias colaboram com o processo de aprendizagem do aluno com deficiência. ()
- 1.3. Funcionários e alunos se respeitam no ambiente universitário. ()
- 1.4. A UFPE é um modelo de cidadania democrática. ()
- 1.5. Todos os alunos são igualmente valorizados, independentemente se tem deficiência ou não. ()
- 1.6. A Universidade combate todas as formas de discriminação. ()
- 1.7. A estrutura física da UFPE é acessível a todas as pessoas, propiciando apoiar a participação de todos. ()
- 1.8. Os alunos aprendem linguagem e comunicação voltadas às pessoas com deficiência e suas respectivas tecnologias. ()
- 1.9. Na estrutura curricular estão inseridas temáticas voltadas à inclusão. ()
- 1.10. As atividades de aprendizagem são planejadas tendo em mente todos os alunos. ()

2. DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

2.1. Como os serviços e recursos oferecidos pelo NACE são divulgados no âmbito da comunidade acadêmica?

Resposta:

2.2. Como se efetiva o acesso e acompanhamento dos acadêmicos com deficiência a esses serviços e recursos? É apenas através das demandas deles ou existe algum tipo de processo por parte daqui do NACE para oferecer esses recursos?

Resposta:

2.3. Segundo os dados do NTI, a UFPE tem mais de 300 alunos com algum tipo de deficiência. A quantidade de recursos, serviços, equipamentos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, bolsistas especializados como por exemplo os letores, atende as necessidades dos acadêmicos com deficiência no geral?

Sim; Em parte; Não. Explique

Resposta:

2.4. O NACE recebe ou proporciona capacitações, seja para professores, alunos ou bolsistas? Caso afirmativo, como essas capacitações são implementadas?

Resposta:

2.5. A UFPE mantém alguma parceria ou estabelece uma rede de apoio com outras instituições que trabalham com educação numa perspectiva inclusiva? Ou vocês dependem exclusivamente dos recursos do Programa Incluir?

Resposta:

2.5.1. Caso afirmativo, você sabe a partir de que ano se efetivou essa parceria?

Sim Não

Resposta:

2.6. Ainda existe alguma necessidade educacional não atendida pelo NACE/UFPE? () Sim
() Não. Caso afirmativo, qual (is)?

Resposta:

2.7. Com relação à acessibilidade arquitetônica, como você avalia a qualidade da acessibilidade dos espaços, ambientes, edificações, mobiliários, equipamentos da UFPE? Há muita coisa ainda para melhorar?

Resposta:

2.8. Há planejamento de programas de atividades extra aula, como projetos de pesquisa e extensão, de modo a contemplar a todos os inseridos no processo de inclusão?

Resposta:

3. DEMANDAS NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NA UFPE – CAMPUS RECIFE

Com relação às demandas necessárias para o processo de uma educação inclusiva, dada as afirmativas a seguir, indique se essas demandas devem ser diminuídas, mantidas, aumentadas ou simplesmente dizer que não sabe ou não tem opinião formada.

	1. Diminuir	2. Manter	3. Aumentar	99. NS/NR
Infraestrutura que atenda aos princípios de acessibilidade comunicacional, informacional e arquitetônica.				
Técnicos especializados para auxiliar no apoio aos alunos com deficiência.				
Metodologias adequadas de ensino.				
Formação específica dos professores para atuar junto aos alunos.				
Integração entre os professores e gestores para promoção de uma qualidade de ensino para todos.				
Avaliação e acompanhamento dos alunos por professores e equipe pedagógica.				